

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

As narrativas sobre ética profissional dos jornalistas de televisão em Juiz de Fora

Juiz de Fora
Fevereiro de 2014

Caio Cardoso de Queiroz

As narrativas sobre ética profissional dos jornalistas de televisão em Juiz de Fora

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para obtenção
de Grau de Bacharel em Comunicação
Social na Faculdade de Comunicação
Social da UFJF

Orientadora: Prof.^a. Dra. Iluska Maria da
Silva Coutinho

Juiz de Fora
Fevereiro de 2014

Caio Cardoso de Queiroz

As narrativas sobre ética profissional dos jornalistas de televisão em Juiz de Fora

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Comunicação Social na Faculdade de Comunicação Social da UFJF

Orientadora: Profa. Dra. Iluska Maria da Silva Coutinho

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado em 10/02/2014 pela banca composta pelos seguintes membros:

Prof.^a Dra. Iluska Maria da Silva Coutinho

Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal

Prof.^a Ms. Renata Venise Vargas Pereira

Conceito obtido _____

Juiz de Fora
Fevereiro de 2014

Se as coisas são inatingíveis... ora!
Não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos se não fora
A presença distante das estrelas!

Das Utopias
Mário Quintana

AGRADECIMENTOS

A quem primeiro acreditou nessa caminhada, meus pais, obrigado pelo apoio constante e por acreditar que lugar algum era longe o suficiente.

Aos meus irmãos, por ensinar a não ser um só em momento nenhum.

Pedro Carlos (TYB), minha inspiração, pelo companheirismo e incentivo. Obrigado por ver sempre o melhor em nós.

Jani, obrigado por compartilhar sonhos e momentos desde a infância.

Tia Tilinha, Tia Eliana, Tio Mimi e Tiago pelas acolhidas, que me deixaram em casa e ajudaram na base disso tudo...

Aos companheiros de Viçosa, Gustavo, Daniel, Rayza... Foi doce e continua sendo assim, como deve ser. A Facom trouxe a minha turma, os que não valem nada, mas de quem gosto muito. Ao PET Facom, pelo desafio em tempo integral e suas inspirações: Alice, Analu, Ana Clara, Bruna, Cícero, Isabela, Lia, Livinha... E muitos outros petianos parceiros de momentos incríveis.

Iluska, quem primeiro acreditou neste trabalho, que continua me motivando a buscar mais. Obrigado pela confiança, amizade, paciência e pela dedicação.

Aos professores que me servem de inspiração na Facom, em especial Paulo Roberto e Renata Vargas, pelo carinho e pela disponibilidade.

Obrigado a todos que ajudaram de muitas formas até aqui, que estiveram junto de mim, torcendo, sorrindo, dando um abraço ou uma entrevista para as centenas de matérias.

Novamente às estrelas, por tudo mais, e pelo que ainda está por vir. Muito obrigado!

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de temas abordados no Jornal da Alterosa - Edição Regional	46
Gráfico 2 - Formato das produções veiculadas pelo Jornal da Alterosa - Edição Regional	47
Gráfico 3 - Origem da produção dos VTs veiculados no Jornal da Alterosa	48
Gráfico 4 - Produção por jornalista.	49
Gráfico 5 - Duração aproximada de tempo de cada telejornal	50
Gráfico 6 – Editorias cobertas pelo JA, Edição Regional	50
Gráfico 7 – Tipos de fontes ouvidas no telejornal	51
Gráfico 8 – Quantidade de temas abordados no MGTV - Segunda Edição	63
Gráfico 9 - Formatos de notícias usados no MGTV - Segunda Edição	64
Gráfico 10 - Duração aproximada do conteúdo do telejornal	65
Gráfico 11 - Tipos de fontes ouvidas no MGTV Segunda Edição	67
Gráfico 12 – Inserção de cada repórter no MGTV Segunda Edição	68
Gráfico 13 - Editorias presentes no MGTV Segunda edição	69

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	ÉTICA E DEONTOLOGIA JORNALÍSTICA	11
2.1	ÉTICA FILOSÓFICA	12
2.2	ÉTICA E <i>ETHOS</i> DOS JORNALISTAS	16
2.3	A ÉTICA EM DISCUSSÃO E O CAMPO JORNALÍSTICO	19
3	NEWSMAKING E AS ROTINAS PRODUTIVAS	23
3.1	A QUESTÃO DOS CÓDIGOS DEONTOLÓGICOS	24
3.2	OS MANUAIS DE REDAÇÃO: ENTRE RECOMENDAÇÕES E DIRETRIZES EDITORIAIS	28
3.3	A PRÁTICA E A REFLEXÃO SOBRE ÉTICA	32
4	ROTINA DE PRODUÇÃO E A ÉTICA JORNALÍSTICA	37
4.1	PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE: APRESENTANDO OS TELEJORNAIS	39
4.2	JORNAL DA ALTEROSA	41
4.2.1	Factual, comunidade e curiosidades: a linha editorial do jornalismo da TV Alterosa	42
4.2.2	O Jornal da Alterosa edição regional está no ar	45
4.2.3	A rotina e o produto	52
4.3	MGTV SEGUNDA EDIÇÃO	56
4.3.1	Hard news, o factual do MGTV Segunda Edição	57
4.3.2	O MGTV Segunda Edição começa agora	62
4.3.3	Cruzando (e contando) histórias	70
5	CONCLUSÃO	72
6	REFERÊNCIAS	75
7	APÊNDICES	79

RESUMO

O trabalho tem como proposta analisar de quais são as narrativas dos jornalistas de televisão da cidade de Juiz de Fora acerca da ética de sua profissão. No total, foram entrevistados seis jornalistas e analisadas as produções de dois telejornais da cidade – Jornal da Alterosa Edição Regional e MGTV 2ª Edição – na busca pelo entendimento de quais são as narrativas e demonstrações de ética e rotina profissional desenvolvidas por jornalistas com diferentes funções e tipos de experiência. Interessa-nos perceber como estes profissionais se baseiam nas noções de hábito e rotina produtiva para uma discussão aprofundada da ética de sua profissão e de seu papel social. Para isso utilizamos referencial teórico que baseia nossas noções de ética, *ethos* jornalístico, *habitus* de Pierre Bourdieu, estudos sobre telejornalismo, em especial trazendo a Dramaturgia do Telejornalismo. A metodologia se alicerça na utilização da análise de conteúdo de cinco edições de cada um dos dois telejornais locais objeto do estudo empírico, formando uma semana composta; o recorte temporal estabelecido foi de 18 de novembro a 07 de dezembro de 2013. À análise do produto jornalístico se somaram entrevistas com os profissionais envolvidos na realização dos programas, para a uma leitura completa da leitura que esses profissionais fazem da ética jornalística e de como isso pode ser (ou não) evidenciado em suas produções diárias. Com isso destacamos as relações entre diferentes tipos de códigos deontológicos na rotina dos profissionais da cidade.

Palavras-chave: Telejornalismo. Ética. Deontologia

1. INTRODUÇÃO

Os conceitos e reflexões acerca de ética e deontologia serão apresentados de modo a introduzir não somente os preceitos mais gerais sobre os temas, mas também abordar sua aplicação a uma problematização em torno da ética à prática profissional jornalística. Por meio de uma reflexão aprofundada na ética como tema filosófico básico, abordamos as questões referentes à raiz destes estudos, à proximidade com os ditames de preceitos morais e seus afastamentos atuais. Além disso, haverá espaço para uma breve explanação acerca dos estudos clássicos de Ética, passando pelas obras de Aristóteles, por exemplo.

Todo esse percurso do trabalho atende à constituição de uma base efetiva sobre a qual a compreensão acerca da ética profissional jornalística se estrutura. A partir daí verificamos a ética como virtude das ações concretas (o *ethos*), olhando para os hábitos da rotina, constituintes dessa virtude. Há, então, uma ligação clara para o *habitus* de Pierre Bourdieu, de acordo com Clóvis de Barros Filho & Luiz de Sá Martino (2003).

Este *habitus* é pensado a partir de um conjunto de práticas “irrefletidas”, ou “automatizadas” na rotina de produção a constituir a identidade, o *ethos* profissional do jornalista. Ou seja, o jornalista tem seu *ethos*, sua autoridade moral, (ARISTÓTELES, 2001) no discurso constituído por meio de um *habitus* no qual a questão ética pode e deve assumir centralidade nas discussões, desse estudo ao menos. O *ethos* se constituiria como uma virtude moral que concede também a credibilidade ao discurso, no caso o jornalístico. Essa credibilidade é trabalhada em termos da reafirmação de padrões éticos de ação, que serão parte constituinte de um *habitus* e, conseqüentemente, do campo jornalístico.

Com o foco de trabalho voltado para esse campo, estudamos as tensões de formatos e dimensões variadas, de acordo com a abrangência e a capacidade de influência do veículo. Desta forma analisamos essa produção condicionada a diversos fatores tangenciando a questão ética, dada a responsabilidade social da atividade. Já se incute, aqui, que o *habitus* atua na formação/sendo formado em conjunto com o campo jornalístico e a questão moral, de fundo e reflexão ética, se inserem numa série de práticas da rotina profissional.

As questões acerca do *newsmaking*, sobre as rotinas enquanto parcelas de impacto considerável na produção dos jornalistas, serão importantes na ligação também com o

conjunto de pensamentos que incluem o jornalista como instância selecionadora de conteúdo e tema a ser divulgado, o *gatekeeper*. A seleção desses temas e o tratamento deles na rotina de trabalhos são esferas, em alguma medida, “automatizadas” pelo *habitus*, mas que, assim como ele, não são estáticas e que tendem a incorporar as narrativas sobre ética dos profissionais de referência.

Os trabalhos de Caco Barcellos (2003, 2003), suas reflexões e padrões de ações em torno da ética profissional, tanto nos livros-reportagem quanto nos programas de TV, serão também analisados. A possível tomada desses valores como referências foi, no estudo, associada à perspectiva de Claudio Abramo (1991), que afirma não haver ética específica dos jornalistas, mas a ética cidadã. Com isso, há o retorno às características do *habitus* e do campo, colocando em evidência o fato de que, sendo o campo específico, com *habitus* estabelecidos, há a necessidade de reflexão ética específica, chegando à questão dos códigos de ética.

Os códigos de ética são movimentos específicos do campo jornalístico em uma dada época para a consolidação da atividade (MEYER, 1989) e foram construídos como agentes de contato e asseguradores contratuais entre o jornalismo (jornalista e empresa) e seu público. Seu papel normativo e didático acaba por estimular as criações de diversos desses documentos e, com isso, de nomeação de possíveis conflitos. Com efeito, ainda com a existência desses códigos podem aparecer questões referentes aos manuais de jornalismo ou aos princípios editoriais na consolidação e reafirmação do papel social do jornalista.

Essas relações entre o papel social do jornalista e os códigos deontológicos da profissão possibilitam, então, a percepção de possíveis tensões de fatores da rotina de produção no sentido de uma disputa entre códigos explícitos e implícitos, onde a própria rotina mostra os *habitus* e conforma o jovem jornalista à realidade do mercado. Nesta mesma direção olhamos para esta conformação como uma possibilidade de deslocamentos, ainda que pequenos, dos sentidos e movimentos do campo em seu *status quo* e o *habitus* também pelas possíveis diversidades e idealismos.

Os telejornais de Juiz de Fora são trazidos a essa discussão de modo a propiciar uma discussão de suas particularidades, inclusive de rotina de produção, por serem a maneira mais evidente pela qual se manifestam os jornalistas e empresas de jornalismo da cidade. Esta análise também alcança uma análise de conteúdo dos telejornais por meio da dramaturgia do telejornalismo (COUTINHO, 2003; MATA, 2013). Cada um desses telejornais é analisado em sua dinâmica de funcionamento, tendo como recorte uma semana composta (de modo a

evitar a leitura errada de uma cobertura específica), para que sirvam de material de análise também dos discursos dos jornalistas entrevistados ao longo do trabalho.

Foram entrevistados jornalistas de dois telejornais veiculados em Juiz de Fora atualmente no período da noite: o MGTV 2ª edição (TV Integração) e Jornal da Alterosa edição regional (TV Alterosa). Dois jornalistas em função de reportagem, sendo um o mais recente e o outro o mais antigo nestes cargos; um produtor, por ser esta a função que a maior parte dos recém-formados assume nas redações e um editor, por este profissional ser normalmente mais antigo na função e conhecer os meandros da prática profissional naquele ambiente e mesmo as principais pressões do meio jornalístico.

2. ÉTICA E DEONTOLOGIA JORNALÍSTICA

A ética é comumente entendida como um conjunto de regras e de boas ações que se impõem sobre as pessoas de uma maneira geral, determinando quais são as atitudes esperadas de um indivíduo ou de um determinado grupo social. Assim, ética e moral estão muitas vezes ligadas, integrando um só sentido das ações humanas identificadas e recomendadas dentro de um conjunto de práticas possíveis. Segundo Mayra Rodrigues Gomes “os estudos sobre a Moral se referem a um conjunto de valores e a Ética se volta como reflexão sobre estes, ao mesmo tempo que propõe, sugere novas relações” (2005, p. 45).

Dentro desses cenários de ações que são objetos de leitura e reflexão da Ética identificam-se as relações entre os homens que os seus costumes ganhando destaque. Na medida em que esses cenários estão baseados nos preceitos Morais que os condicionaram, eles adquirem também a perspectiva de valor, dado que essas “ações têm suas implicações como desejáveis ou não, apontando assim o valor de cada uma” (GOMES, 2005. p.45). Entendemos, porém, que há uma diferenciação não somente entre ética e moral, no que tange às chaves de leitura que serão mobilizadas para compreender os termos, mas também a diferença entre ambos e um terceiro conceito: deontologia.

A deontologia é um “conjunto de princípios e de regras, estabelecidos pela profissão, de preferência em colaboração com os usuários, a fim de responder melhor às necessidades dos diversos grupos da população” segundo Claude-Jean Bertrand (1999, p.12). Desta forma, a deontologia é estudada como o caminho por meio dos quais podemos estabelecer leituras das ações tomadas em ocasião dos dilemas éticos, uma vez que elas levam em consideração esta cultura profissional de maneira muito acentuada. Ela tem a moral pessoal e profissional como base e pode ser utilizada em estudos sobre o pensamento ético jornalístico, mas se baseia neste código cultural, oculto, como observado também por Phillip Meyer (1989).

Ao analisar a inserção dos códigos de ética (ou deontológicos, na medida em que estabelecem o que “se faz” e o que “não se faz”) em setores da imprensa norte-americana, Meyer notou então a presença forte e aliada dos códigos de ética expressos a um código oculto. Este código, subjacente à narrativa da redação sobre ética, se baseia nas experiências vivenciadas pelos profissionais mais antigos e se impõe, de alguma forma, sobre as práticas dos novos profissionais, segundo o autor.

Nesta relação entre Ética, Moral e Deontologia identificamos que os jornalistas com frequência trazem valores e práticas das rotinas de produção como premissas identitárias compartilhadas para legitimar sua posição, segundo Clóvis de Barros Filho & Luiz de Sá Martino (2008). À medida que os jornalistas têm um *habitus* de suas ações, parte-se destes hábitos e ações reiteradas para constituir um *habitus* para a consolidação de uma política da ação jornalística muito permeada pelas narrativas acerca da ética profissional¹.

Desta forma, os estudos sobre a ética e suas relações iniciais com o jornalismo desenham a própria noção do campo jornalístico, a função social que ele toma para si e as ações a serem desenvolvidas para o alcance de seus objetivos. Os tensionamentos da formação da estrutura do campo podem vir de questionamentos dos jornalistas sobre, por exemplo, o financiamento da atividade jornalística, de ações e críticas da classe profissional e de aspectos de formação destes jornalistas.

2.1 ÉTICA FILOSÓFICA

As noções filosóficas de Ética remetem, de maneira considerável, ao entendimento da Ética enquanto ciência, pensamento e maneira de compreensão da melhor ação dentre as mais diversas possibilidades que se colocam à disposição dos homens. A finalidade destes estudos em ética seria, portanto, a criação de um sistema racional, crítico e refletido que seja guia das ações humanas (VÁSQUEZ, 2008).

Um sistema ético como explicado pelo autor não deve, contudo, ser confundido com um código fechado designado a situações específicas. Ele pode ser compreendido de maneira mais ampla como a síntese das ações e da reflexão sobre a ação dos homens que resulta em uma compreensão geral daquilo que é bom e ruim para a conduta humana. Este sistema racional sobre as ações humanas pode (ou não) se cristalizar posteriormente na forma de normas codificadas e claras, na formação da deontologia.

¹ O *habitus* pode ser visto, segundo Pierre Bourdieu, como um sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um sistema de esquemas geradores. Ele é gerador de estratégias que podem ser objetivamente afins dos interesses objetivos de seus autores sem terem sido expressamente concebidas para este fim. A teoria do *habitus* visa fundar a possibilidade de uma ciência das práticas que escape à alternativa do finalismo ou do mecanicismo. (BOURDIEU, 1983)

Antes, porém, de nos debruçarmos sobre a formação destes sistemas éticos específicos, o que vai justificar inclusive a defesa de uma ética profissional jornalística, devemos nos voltar para a “ação ética”. Aristóteles (1991) propõe que a ética seja pensada a partir de hábitos e ações que ganham corpo no dia a dia. Para ele a ética é a ciência que investiga os comportamentos humanos e mantém grande proximidade de sentido com a moral, sendo parte de uma virtude, adquiridas pelo exercício. Pois segundo Aristóteles “as coisas que temos de aprender para depois fazê-las, aprendemos fazendo” (1991, p.31).

Os clássicos estudos de Aristóteles (1991) nos ajudam a refletir não somente sobre quais são os tipos de ética possível e quais são as matrizes de argumentos ligados às ações, mas também quanto à presença dos conceitos de hábito no que tange a essas ações. Com efeito, essas noções norteiam também nossos pensamentos sobre a prática rotineira, neste caso a jornalística. Essas práticas da rotina de produção são surgidas das tensões que integram não somente os pensamentos sobre o chamado bom jornalismo, mas também sobre o próprio sistema de ações que constituem o campo jornalístico.

A importante noção de hábito associado às virtudes é usada por Aristóteles (1991) para basear sua Ética. A virtude moral, baseada no pensamento e no comportamento correto - que visa o bem -, é o *ethos* do agente que profere um discurso, sendo que este discurso seria composto ainda da paixão (*pathos*) que envolve tal agente e o seu público e o conhecimento (*logos*) que ele e o público trazem como bagagem. Aristóteles ressalta que somente a vontade de agir, porém, não garante excelência para atingir o bem, o fim desejado de todas as ações. Para ele o processo de formação daquele que conduz a ação é peça importante dessa trajetória rumo ao bem, ao objetivo da ação. “Mas não terá o seu conhecimento, porventura, grande influência sobre essa vida? Semelhantes a arqueiros que têm um alvo certo para sua pontaria, não alcançaremos mais facilmente aquilo que nos cumpre alcançar?” (ARISTÓTELES, 1991, p. 8).

Há, então, necessariamente ação boa (esse juízo que está presente em última instância das perspectivas da Ética) na atividade virtuosa, só o ânimo não basta. A nobreza reside em ter qualidade por si mesma, sem necessariamente se constituir de prazer na atividade, sabendo que realizar atos nobres, quase sempre associados a princípios e parâmetros éticos, depende dos meios. Logo, o *ethos* passa a ser então entendido por nós como o espírito motivador das práticas e dos costumes, como ação constituinte de traços identitários jornalísticos, do que a Ética é um forte influenciador.

O que hoje chamamos de preceitos éticos e que era lido como virtude moral àquela época, diz respeito aos meios pelos quais os indivíduos agem. Porém, esta perspectiva individualizadora das ações deve gerar uma análise que leva em conta a conduta das pessoas em linhas gerais e não específicas, “[a situação dos] casos particulares é ainda mais carente da exatidão, pois não há arte ou preceito que os abranja a todos, mas as próprias pessoas atuantes devem considerar, em cada caso, o que é mais apropriado à ocasião” (ARISTÓTELES, 1991. p.31)

Desta forma se estabelece uma ligação direta e necessária com as leis morais de Immanuel Kant, donde o comportamento moral não se refere a uma ação em si, específica, mas principalmente ao comportamento moral como um todo. A diferenciação Kantiana ocorre no que tange à relação entre máximas morais e leis morais, a partir dos estudos de Ética: a primeira ligada às práticas individuais e oscilantes das quais se retiram as leis morais universalizantes, que não são relativas a uma situação específica, mas a todas as particularidades, ao mesmo tempo, segundo Gomes (2005).

Tendo como referencial de análise a produção e atuação jornalística, podemos pensar que o estabelecimento de critérios e parâmetros de ética profissional são as definições de leis morais a partir das práticas dos jornalistas em seus dias a dia. Essas leis não variam de acordo com condições específicas dos acontecimentos apurados, porém se baseiam neles desde o início e se remetem a ele o tempo todo. Sendo assim, este conjunto de pensamentos sobre as ações dos jornalistas acaba por refletir dentro do próprio agir jornalístico, na medida em que é motivada e pode motivar discussões sobre os valores da profissão em si (GOMES 2005).

Ao julgar os valores éticos da profissão, tendo como base a rotina produtiva, os jornalistas a tomam sob um olhar mais específico, voltado para uma visão mais utilitarista. Esta leitura da ética, então, se baseia muito fortemente na ótica liberal de John Stuart Mill (2005) e acaba se tornando um estudo voltado para as consequências das ações do jornalista, de modo que elas devem visar o bem coletivo. Sob essa perspectiva, uma ação pode ser considerada boa quando gera bons resultados para os indivíduos, num princípio de utilidade da ação. Quando a intenção da atitude jornalística se volta para o bem coletivo, para o interesse público e está dentro dos limites legais, ela pode ser caracterizada como uma ação boa, ética (MILL, 2005)

Esta valoração das ações humanas, das suas consequências não se distancia em da rotina jornalística na qual é preciso medir os diferentes contornos que a tomada de decisões

pode ter. Durante todo o tempo o jornalista está buscando versões de um fato e a escolha das vozes que predominam na sua produção, quais fontes especializadas auxiliarão na construção da notícia e tudo mais que envolve a produção das notícias está dotado de valoração, tanto pelo jornalista quanto pelo público. Mesmo a escolha do tema a ser noticiado poderá ser considerada uma decisão moral por parte do jornalista, pois leva em consideração valores e regras que já estão dadas, como explicado por Eugênio Bucci (2000)

Consideramos que essas leituras sobre a ética jornalística não se excluem na prática diária da profissão, na medida em que o ponto de vista utilitarista reflete em grande parte as condições de trabalho dos profissionais. Além disso, essa visão pode ser aliada àquela baseada no hábito em Aristóteles (1991), tomando como referência a própria repetição da prática de uma determinada ação com um mesmo fim como meio de produzir excelência. Isto é, mesmo a visão mais utilitarista que traz pra si a utilidade das discussões sobre ética na prática jornalística pode levar em conta as capacidades de formação de hábito enquanto “atalhos” para as atividades dos jornalistas. Com isso, as tomadas de decisões poderão constituir um *habitus* dentro daquilo que foi ressaltado por Bourdieu (apud BARROS FILHO & MARTINO, 2008).

A noção de hábito da classe jornalística enquanto característica constitutiva de uma prática profissional específica passa, portanto, por uma prática cotidiana que se baseia na repetição de ações que dão resultados esperados. Trazendo a discussão para a base de pensamento de Pierre Bourdieu, esse hábito do pensamento de Aristóteles se torna *habitus* na medida em que são encarados como estruturas incorporadas de ação que se relacionam com a ação social também nas estruturas objetivas (formadas pelas regras). É o cotidiano sendo gerado por meio das relações do *habitus* nas especificidades do campo. (BARROS FILHO & MARTINO, 2008)

Ainda seguindo essa perspectiva, temos que as representações que os jornalistas assumem para a justificativa e prática cotidiana do jornalismo e de suas discussões sobre ética podem mudar “segundo sua posição e segundo seu *habitus*, como sistemas de percepção e apreciação, como estruturas cognitivas e valorativas adquiridas na experiência duradoura de ocupar um lugar no mundo” (Bourdieu apud, Barros Filho & Martino, 2008 p.65). Ainda segundo os autores, todas essas experiências com base no *habitus* têm como objetivo uma ação prática, seja ela precedida por cálculo de consequências ou não (BARROS FILHO & MARTINO, 2008).

A trajetória dessas experiências é, portanto, limitada e limitante. Limitada porque se dá num universo possível de ser produzida, e limitante na medida em que vicia a leitura e cria padrões de percepção e entendimento em seu hábito. O desenvolvimento de uma competência desenvolve habilidades por um lado e, por outro, limita a percepção inovadora dos aspectos da realidade. (BARROS FILHO & MARTINO, 2008) Hábitos são também formas de leitura do mundo e portanto constitutivas de sentido para a realidade. Determinam, portanto, a práxis da produção de conhecimento, social no caso do jornalismo.

2.2 ÉTICA E *ETHOS* DOS JORNALISTAS

As regras de uma atividade como a jornalística são frequentemente associadas ao senso moral dos jornalistas, mas pra que sua orientação não fique muito difusa, geralmente é posta no papel e explicitada em princípios e regras básicas. Ou seja, o *habitus* profissional é mobilizado e organizado em sua conduta no campo por meio da equiparação da prática jornalística à prática do cidadão. Claudio Abramo (1988) trabalha com a “ética do marceneiro” na qual o jornalista não tem especificidades da profissão, mas carrega consigo as mesmas obrigações do cidadão. Além disso, este *habitus* se estabelece permitindo uma crítica “autorizada” do procedimento jornalístico pelos seus profissionais, o que estaria de certa forma vetada aos que não pertencem ao meio, como ressaltado por Barros Filho & Martino (2008).

Se a dimensão subjetiva do repórter for minorada em favor do *habitus* profissional e da crítica autorizada ao material jornalístico em si, pode ser que ela se torne um fator que apaga as dimensões específicas da profissão e, conseqüentemente, os dilemas éticos típicos do jornalismo frente ao cidadão. Barros Filho & Martino apontam ainda que é o papel jornalista usar seu hábito e a cultura profissional como ruptura entre suas posições de cidadão e as de comunicador. Para os autores, os “obstáculos” da cultura profissional e a cultura jornalística são instância de mediação transformadora do cidadão em jornalista. Isso garantiria o que Bertrand (1999) chama de bom serviço público perante aos usuários da mídia.

Entendemos, então, que olhar para o jornalismo é também um olhar para o que está além dele, colocado na suas intenções e práticas. É impossível pensar o jornalismo deslocado do *habitus* da classe profissional e Abramo (1988) conseguia enxergar bem esta diferenciação. A “ética do marceneiro” não basta pois mais do que submetidos à “ética do

jornal”, a atuação dos jornalistas não deve ser lida fora das complexas redes de ideologias profissionais e corporativas que compõem o campo de trabalho, mapeadas e explicitadas por Jesús Martín-Barbero (2004).

As posições de dominação na constituição do campo jornalístico tendem a trabalhar com uma hierarquização grande e uma autorização da crítica como vimos. Esta estrutura bem delineada das relações não permite subversões com facilidades, pois os novatos no jornalismo precisariam passar por um adestramento a fim de ensinar “o que realmente importa” no “jornalismo de verdade” (BARROS FILHO & MARTINO 2003). Esta é também é apontada por Bertrand (1999) como uma das características fortes da mídia de informação, uma união para adestramento dos “focas”, como são conhecidos os novos de redação.

O *modus operandi* do ambiente jornalístico acaba por agir “amputando” as possibilidades subversivas do novo jornalista, atendendo a uma hierarquia do campo. Enquanto este aspecto se impõe ao jovem jornalista, a condição de porta-voz de uma possível subversão ao modelo em vigor é dado a quem já se consagrou no campo seguindo as regras ali descritas (BARROS FILHO & MARTINO, 2008; BERTRAND, 1999). Caco Barcellos entra aqui como exemplo de negociação desses interesses, na medida em que ele faz ensinamentos sobre a prática jornalística aos jovens repórteres, argumentando também nas possibilidades de ação e de subversão do campo por ele “autorizadas”.

A posição que um agente ocupa na estrutura do campo gera um *habitus* que faz surgir a “boa maneira” de agir sem necessidade do cálculo e reforçando as estruturas já existentes, como já discutido. A ação jornalística, então, se converte em hábito por repetição. A atuação no campo jornalístico exigiria dos profissionais, então, uma aceitação tácita das regras subjacentes e explícitas em relação ao discurso sobre a prática. Estes dois tipos de manifestações da ética profissional são profundamente impactadas pelas rotinas de produção, de modo que esses jogos de forças e interesses anteriores às próprias notícias se tornem também guias e influências fortes da conduta jornalística. (BARROS FILHO & MARTINO, 2008)

A “tribo” jornalística é possuidora de um *ethos* particular, apontado por Isabel Siqueira Travancas (2011). A autora observou, a partir da vivência nas redações jornalísticas, como é o dia a dia desses profissionais, quais as principais dificuldades e necessidades, assim como as características mais marcantes, que constituem, uma identidade (*ethos*) profissional. A partir de então temos estas características como formadoras do *ethos* jornalístico.

Traquina (2002) trata essa identidade profissional do jornalista atualmente por meio de um pensamento no qual o jornalismo praticado é o próprio veículo de comunicação no qual ele se veicula. Desta maneira, o jornalismo se confunde com o veículo e as práticas jornalísticas, os *habitus* se ligam muito fortemente às práticas da empresa para a qual ele trabalha. Esta empresa, então, se coloca como guardiã e fiscalizadora dos direitos do seu público, reforçando esta posição do próprio jornalista. (TRAQUINA, 2002)

Ainda segundo o autor:

A ideologia jornalística e a sociedade fornecem igualmente um ethos que define para os membros da comunidade jornalística que o seu papel social é de informar os cidadãos e proteger a sociedade de eventuais abusos de poder, ou seja, toda a concepção do jornalismo enquanto “contra poder” (TRAQUINA, p. 202)

Nelson Traquina (2007) atesta que este *ethos* jornalístico é divulgado e afirmado constantemente, o que possibilitou a construção de poderosos mitos em torno desta atividade, colocando suas práticas numa determinada posição de destaque atualmente. Desta forma é que Bertrand (1999) coloca a mídia e o serviço público realizado pelo jornalismo como meio capaz de garantir pleno acesso das pessoas aos seus direitos atualmente.

Porém, na busca pela fiscalização dos direitos desse público, ou do Interesse Público, quais são os conceitos e reflexões acerca da ética de sua profissão que os jornalistas podem acionar de modo a valorizar o trabalho jornalístico crítico e de qualidade? Ao olhar para os caminhos utilizados por estes profissionais na construção da prática jornalística pautada pelos princípios éticos, chegamos a outros aspectos preponderantes à lógica jornalística, como a credibilidade, como atesta Michael Schudson (1981). Schudson (1981) e Bertrand (1999) destacam que esta credibilidade é a principal moeda de troca da mídia em negociação com o seu público, na medida em que seu poder de fiscalização dos poderes não é passado via consulta pública, mas mediante a relação que eles estabelecem (BERTRAND, 1999).

Os preceitos éticos estão colocados, nesta análise, como características intrínsecas ao processo de produção noticioso desde o seu início, na escolha por pautas de determinados temas, até a concretização deste jornalismo de qualidade. Sendo assim, se compreende que a discussão sobre as manifestações éticas elaboradas pelos próprios profissionais estão ligadas às suas condições de trabalho e à própria produção. Com isso, as relações entre as próprias manifestações (explícitas ou tácitas) da deontologia profissional ganham maior relevância no

contexto de uma expansão das comunicações e da presença do material jornalístico na realidade das pessoas. (BERTRAND, 1999)

É neste cenário que ficam mais claras as discussões sobre os códigos de ética que envolvem a profissão. Se, por um lado, a utilização dos códigos de ética traz consigo uma consolidação das práticas que os jornalistas pensam ser a melhor forma de ação, por outro lado há também a existência de um código “oculto”, mais ligado à consciência de atuação dos jornalistas, sendo ele mais intuitivo e mais forte como guia nas ações para solucionar dilemas. (MEYER, 1989). Assim, buscando compreender o funcionamento destes códigos, Meyer (1989) tratou das aproximações entre três códigos de ética em vigor nos Estados Unidos à época e também fez pesquisa de campo para compreender estas relações com os profissionais.

Portanto o autor acabou por concluir que o código de ética é visto muito mais como um ponto de partida para a reflexão do que como uma fórmula a ser aplicada nas situações visando uma resposta pronta. A aferição desses erros éticos, subjetivos e/ou objetivos, geralmente enfrentam algumas resistências por parte dos jornalistas (MEYER, 1989).

Nessa construção de identidade em perspectiva com aspectos ligados à deontologia e à ética profissional, identificamos anteriormente que os jornalistas partilham igualmente de um *habitus*. Esse *habitus* pode ser lido como um saber prático, espontâneo e interiorizado, fundamentado num princípio de economia da *práxis*, inevitável na vida cotidiana (BARROS FILHO, 2003, p. 45). A repetição/vivência no campo jornalístico seria então o principal responsável pela existência de um *habitus* jornalístico e pessoal com um *ethos* profissional.

2.3 A ÉTICA EM DISCUSSÃO E O CAMPO JORNALÍSTICO

Naquilo que se liga mais proximamente às práticas e às dimensões reflexivas sobre a ética profissional, o hábito se institui a partir de um modelo de reflexão de padrões do mundo que são limitados pelas leituras pessoais. Todos trazemos conosco uma limitação da bagagem cultural que construímos e, portanto, limitantes das próprias leituras na medida em que a nossa bagagem mesmo condiciona aspectos de maior ou menos facilidade de entendimento. (BARROS FILHO & MARTINO, 2008)

Assim se tornam irrefletidos, já que se espera a repetição e a dimensão perceptiva do hábito nos permite perceber que se baseia na obrigatoriedade dos compartilhamentos de signos e significados entre as partes comunicantes. Eles são também regulados e regulantes pela percepção da maioria. O mundo é abordado de acordo com o hábito de cada um e se expõe de acordo com a “dissonância cognitiva”, que determina o que será e o que não será entendido. (BARROS FILHO & MARTINO, 2008)

O *habitus* está sujeito às tensões do campo, aberto às modificações do mundo. Sua constituição é subjetiva e coletiva, pois determinada por processos históricos cujas características de percepção e de apreciação são o produto da história coletiva e individual. Sendo assim, ele é fluxo de conhecimento, leitura do mundo e ações constante que não é congelado dada a dinâmica de acontecimentos, nem é totalmente fluida porque há fatores que influenciam *o quê* e *o como* os acontecimentos serão lidos, resultado de uma história e de uma posição social.

Não tratamos aqui, porém, as noções de *habitus* jornalístico de maneira distanciada do campo jornalístico. Apesar de Bourdieu somente ter desenvolvido análises sobre o jornalismo mais tardiamente em sua produção, especialmente em Sobre a Televisão, temos como certo que a produção de um campo jornalístico se dá de maneira direta com o entendimento deste *habitus*. Eles somente são identificados em suas ações em conjunto, quando o *habitus* é relacionado com a sua “estrutura estruturada” que tende a funcionar como “estrutura estruturante” de uma série de regras e normas que dão base de respostas aos conflitos do campo.

Campo e *habitus*, na sociologia de Bourdieu, integram um todo ontológico. Não há um sem o outro. Não indissociáveis. O *habitus* social é estruturado por posições sociais, constitutivas de um campo qualquer, incorporadas em forma de disposições. O campo, por sua vez, é estruturado por posições sociais em deslocamento definidas e redefinidas por tomadas de posição, ações decorrentes de um senso prático e observadas enquanto posições sociais. (BARROS FILHO & MARTINO, 2003. p.12)

Sendo assim, esta estrutura do campo jornalístico é responsável pelas narrativas que seus integrantes têm sobre suas ações, no qual a notícia é definida e trabalhada. Este fato noticioso é identificado nas redações, nas reuniões de pauta feitas por sujeitos treinados para tal, e segundo critérios que apresentam uma certa tendência à inércia, ainda que diversos setores lutem para se fazer ver como “notícia”. Esta estrutura do campo têm características,

além de inerciais, reprodutivas e padronizadas “em função de inúmeras estratégias de conservação da estrutura do campo”. (BARROS FILHO & MARTINO, 2003. p.12)

No que diz respeito ao jornalismo enquanto afirmação e reafirmação de um saber prático daqueles que já estão inseridos no campo, Barros Filho & Martino apontam que, segundo Bourdieu, “os determinantes sociais de nossa existência se revelam menos naquilo que pensamos, dizemos e julgamos do que nas nossas ‘maneiras de fazer’” (2003, p.29). Sendo assim, as práticas deontológicas dos jornalistas estaria determinada em parte pelos códigos e nas deliberações acerca da ética profissional, mas mais fortemente ligadas às maneiras pelas quais os jornalistas agem, ou incorporam a cultura da redação.

Esta estrutura do campo jornalístico leva o jornalista frequentemente a assumir a posição de defesa dos direitos das pessoas e, ao assumir função de serviço público, a mídia o faz em nome dos cidadãos, segundo Bertrand (1999, p. 46). Quando se porta como instituição política fiscalizadora, se diferencia dos eleitos para cargos específicos e/ou os nomeados, mas ainda assim precisam prestar contas das suas ações. Ao prescindir de uma estrutura industrial para o seu funcionamento, a mídia passa também a ter de devolver o investimento e passa a se organizar em grupos empresariais cujo serviço público se esvai. (1999, p. 48-49)

O funcionamento da mídia jornalística tem algumas características específicas e é normalmente pautada por um conjunto de princípios e regras que determina a responsabilidade social da atividade profissional. Bertrand (1999) argumenta que a deontologia no jornalismo se baseia em nada mais do que o bom serviço público. Ainda segundo ele, o aumento do interesse dos próprios jornalistas pela deontologia dialoga de maneira direta com o crescimento do pensamento sobre ética jornalística e do acesso e questionamento por parte do público às matérias de mídia, por meio das Tecnologias de Informação. (BERTRAND, 1999)

“É reforçada assim a convicção daqueles que contam com os usuários para exigir e obter que sua mídia respeite a deontologia, controle sua qualidade e sirva bem”. (BERTRAND, 1999. p. 49). A deontologia tem a função, portanto, de remover os obstáculos à comunicação, envolvendo não somente os direitos, mas também os deveres dos jornalistas.

Por isso a deontologia e a lei andam muito próximas uma da outra, sem guardar uma relação de necessidade uma da outra. Desta forma, aspectos como a “invasão da privacidade” de alguém é permitida pela deontologia, caso cumpridas algumas condições específicas de interesse público. Assim como a deontologia não permite que jornalistas

recebam presentes de empresas para publicar ou deixar de publicar notícias a respeito dela, caso não necessariamente atendido pela lei, segundo Bertrand (1999, p.39)

Ainda para o autor, esta ligação com a lei sempre inspira cuidados por parte dos jornalistas, porque a aproximação com os mecanismos do Estado é considerada uma abertura perigosa. “Considerando a função política de vigilância e de contestação que parte de mídia deve exercer, a maioria dos profissionais e observadores julga que a deontologia deve ser mantida afastada do Estado”. (1999, p. 42) Se a aproximação com o mercado não é observada com bons olhos para quem precisa buscar o bom serviço público e o Estado também não é um aliado positivo, a *moral*, num sentido de *ética* íntima do jornalista, é a única restrição admissível à liberdade do jornalista, segundo o autor. (BERTRAND, 1999)

Apesar de enxergar a classe jornalística como uma só, neste momento cabe ressaltar uma diferença que mesmo Bertrand (1999) faz questão de destacar: Existem diferenças de papéis a serem desempenhados pelos diferentes atores sociais no entorno do jornalismo. Patrões e jornalistas têm funções e atuações diferentes na produção do material noticioso e mesmo os jornalistas estabelecem níveis hierárquicos entre si, naquelas tensões do campo apontadas por Barros Filho & Martino (2003). Ou seja, mesmo entre os jornalistas a escala de prioridades dos grandes jornalistas altera sua atuação do fazer jornalístico e na rotina produtiva, o chamado *Newsmaking*, a ser analisado no capítulo a seguir. (Wolf, 1999)

3. NEWSMAKING E AS ROTINAS PRODUTIVAS

Partindo das nossas abordagens já realizadas sobre o *habitus* e o campo dos jornalistas e de suas relações como parte constitutiva do próprio fazer jornalístico, trataremos, neste capítulo, sobre a rotina jornalística em si e as suas relações com a reflexão (ou não) dos profissionais acerca da ética. Este conjunto de condições que se interligam na produção jornalística diária constitui a cultura profissional do fazer jornalístico, ou *newsmaking*, como nomeado por Mauro Wolf (1999). É com o olhar voltado para esta produção jornalística e seus implicações diversas que procuramos caracterizar muitas linhas de ação, produção e visão dos jornalistas.

Nessa perspectiva localizamos a rotina de produção como parte de um sistema ético complexo em torno das ações, das suas consequências (medidas racionalmente ou não) e dos diferentes contornos que a tomada de decisões pode ter. O problema colocado para reflexão, portanto, perpassa as indicações feitas sob o olhar atento de quem deseja compreender as relações entre as formações éticas explícitas e tácitas na construção de um sistema ético que atue no jornalismo.

Traçamos aqui uma análise sobre a questão dos códigos deontológicos, seu papel na rotina produtiva. Além disso, exploramos também um entendimento acerca das diversas conformações que estes códigos têm no Brasil, interligando alguns dos códigos de ética de profissionais e empresas em busca de compreender melhor as forças que se tensionam no fazer jornalístico. Também procuramos compreender de que forma os códigos de ética profissionais se ligam a outros documentos que têm função inicialmente semelhante na construção dessa rotina jornalística, como manuais de jornalismo ou linhas editoriais explicitadas por empresas de comunicação.

Para efeito de análise, tomamos como recorte para as comparações códigos de ética publicados no Brasil, além de analisar diferenças e proximidades entre o manual de jornalismo da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), publicado em 2013 e os Princípios Editoriais das Organizações Globo, publicados em 2011. A perspectiva dessas análises têm uma mesma busca: identificar e compreender os padrões de narrativas das empresas - privadas e uma pública- e da classe jornalística - sindicatos, associações - sobre a ética profissional.

Procuramos, assim, encontrar o discurso que os jornalistas constroem sobre a ética profissional e como essas características passam a integrar a identidade deste grupo. Essas narrativas acerca dos princípios que norteiam as suas ações são peças importantes no entendimento das condições de atuação destes profissionais e também sobre a sua própria função social.

As condições de produção da rotina produtiva do jornalismo costumam ser fortemente mobilizadas pelos profissionais como justificativa para que se faça uma discussão mais instrumentalizada sobre a ética jornalística, entendida então como aspecto sujeito unicamente às pressões do dia a dia e resultado de ações somente visíveis em campo. Com base nisso, analisamos o trabalho de Caco Barcellos enquanto profissional de referência para o público e para os outros jornalistas. Analisamos então sua narrativa sobre a ética jornalística nos livros-reportagem enquanto consolidação da experiência profissional e parte integrante dessa deontologia.

3.1 A QUESTÃO DOS CÓDIGOS DEONTOLÓGICOS

A discussão sobre os códigos deontológicos e os parâmetros éticos do jornalismo passa a ser possível na medida em que os códigos expressos, e não somente os ocultos, passam a vigorar. De modo paralelo, os meios de comunicação com frequência têm princípios editoriais ou cartas de intenções junto ao público ou junto aos seus patrocinadores, o que pode entrar em conflito com as discussões feitas pelos profissionais em seus ambientes específicos. A deontologia pode ser usada pelas empresas como ferramenta de Relações Públicas para garantia da sua credibilidade (BERTRAND. 1999, p. 70).

Na visão desse autor o código de ética “defende” os profissionais, dando um norte ao público e garantindo a sua confiabilidade tanto perante os usuários da mídia quanto perante os patrocinadores, além de criar um sentimento de unidade às mensagens e comportamentos jornalísticos possíveis. Os códigos também podem ser usados como forma de proteção do jornalista contra as intervenções do Estado, além de ser uma institucionalização de uma política da redação contra possíveis arbítrios do empregador.

Meyer (1989) e Bertrand(1999) apontam que no começo do século XX os códigos se multiplicaram em razão de um movimento progressista que denunciava os abusos do capitalismo selvagem e das altas interferências das empresas no conteúdo jornalístico. Além

disso, ambos os autores apontam que foi necessário então que os jornalistas e empresas defendessem sua produção como oriunda de um tipo específico de trabalho, como se eles formassem uma casta particular.

Bertrand (1999) aponta ainda que já a partir de 1896, jornalistas europeus adotavam uma lista de deveres e um tribunal de honra e que nos Estados Unidos em 1910, uma associação de imprensa do Kansas adotou um código que concernia a editores e diretores. Segundo ele, o primeiro código nacional foi francês: a carta dos deveres do Sindicato Nacional dos Jornalistas Franceses (SNJ) - adotado em 1918. Já o primeiro código internacional, data de 1926, o da Associação Interamericana de Imprensa. Depois em 1939 a Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ) estabeleceu seu Código de Honra.

Ainda segundo Bertrand (1999) ondas de interesse pela deontologia jornalística se dão com alguma frequência na medida em que a atividade jornalística pode ser colocada em cheque mediante acontecimentos grandiosos e específicos. Ele aponta uma fase de estudos consideráveis no período pós Segunda Guerra Mundial (1945), quando a ONU teria mobilizado esforços em torno da temática da atuação jornalística e no momento pós Guerra do Golfo (1991), quando a atuação de jornalistas e o trabalho de diversos profissionais foi limitado ou produzido sob condições contestáveis de influência do governo norte-americano.

Contudo, o trabalho dos jornalistas se dá exatamente na dimensão de aceitação não somente desses códigos expressos, mas também das regras colocadas pela deontologia profissional. Os códigos são explicitados como uma forma de não deixar a sua condução fluída demais, dependente demais das memórias e discussões. (BARROS FILHO & MARTINO, 2003. p.116). No Brasil, são muitos os códigos deontológicos em vigor e em perspectiva de disputa pelo estabelecimento dos padrões de comportamento que devem ser consolidados em torno desta rotina produtiva, como destacado por Queiroz & Coutinho (2012).

Destacamos aqui a análise que buscou identificar os principais eixos temáticos abordados nos códigos de ética com o foco colocado sobre a prática jornalística, além também de analisar os principais documentos normativos e de diretriz ética cuja intenção tangencie o Jornalismo.

Com isso, os principais documentos objeto de análise foram: o Código de ética dos jornalistas brasileiros da Federação Nacional dos Jornalistas - FENAJ; da Associação Brasileira de Imprensa - ABI; da Associação Nacional dos Jornais - ANJ - e da Associação Nacional dos Editores de Revista - ANER. Argumentamos que “o código de ética da

Associação Brasileira de Rádios e TVs - ABERT se pautava pela orientação da programação e das ações das empresas do ramo, mas com o foco muito difuso”, não atendendo aos preceitos estabelecidos para o entendimento destes na prática jornalística.

A procura pelos principais eixos temáticos comuns aos códigos de ética em vigor no Brasil tem a intenção de lançar luzes sobre o processo dinâmico e constante da construção das notícias. Percebemos então a consagração de alguns pontos básicos, tidos como pacíficos e de ampla aceitação entre as instâncias da produção jornalística, sejam elas as empresas ou os jornalistas, e outros pontos de divergência, que podem entrar em conflito.

Tendo em vista que esses códigos seriam somente meios diferentes para alcançar um mesmo fim – o jornalismo ético – buscamos compreender quais seriam os eixos temáticos nos quais as diferentes associações se apoiam para analisar a prática jornalística. Vale ressaltar que esses códigos são como lentes que auxiliam a leitura acerca da prática de jornalismo e que, por isso, apresentam mesmo algumas diferenças de angulação e enfoque das situações da rotina jornalística. Ainda assim, há a possibilidade de listar alguns temas que são básicos, encarados de forma parecida em todas as abordagens. Temas como a defesa da liberdade de expressão, a proibição de censura e o direito ao sigilo da fonte de informação são temas consolidados nos códigos de ética.

Os itens que mais chamam atenção são, na verdade, aqueles que aparecem em apenas alguns dos códigos, evidenciando as reais preocupações desses documentos, em particular. De todos os 21 eixos temáticos², somente seis aparecem em todos os códigos ao mesmo tempo, o que implica em dizermos que mais de dois terços dos eixos temáticos aparecem somente em parte dos documentos.

Por sua raiz mais ligada ao sindicato da área, o código de ética da FENAJ é, dentre os documentos analisados, o mais amplo e que trata de maneira mais completa dos

² Os eixos temáticos encontrados em todos os códigos de ética são: Proibição à censura, autocensura e defesa da profissão; sigilo da fonte; Liberdade de pensamento, expressão, opinião, de debate e defesa dos Direitos Humanos; respeito à privacidade do cidadão comum (ainda que com ressalvas em dois deles); garantia do direito de resposta; e a obrigatoriedade de explicitação da diferença entre material publicitário e jornalístico. Além destes, os outros eixos temáticos são: Direito à informação; acurácia da informação; obrigatoriedade de instituições com função social relevante (públicas e privadas) de prestar informações; subordinação da prática jornalística ao código de ética; defesa da profissão e das entidades representativas; conflitos de interesse entre parte noticiadora e noticiada; direito autoral do jornalista sobre o material produzido; defesa da soberania, língua e cultura nacional; possibilidade de métodos ilegais, desde que se evidencie o interesse público; cláusula de consciência; medidas punitivas por descumprimento ao código; censura pública a quem peça direito de resposta com intuito difamatório; independência dos meios de comunicação; defesa da livre iniciativa; correção obrigatória de erros. Os eixos e os correspondentes códigos aos quais se vinculam estão compõem o Apêndice G deste trabalho.

interesses dos profissionais. As determinações em torno daquilo que o jornalista deve ou não, pode ou não pode fazer, ficam bem claras nos artigos deste código, que tem uma preocupação menos voltada para a lógica empresarial da produção de notícia, colocando o jornalismo como um instrumento de poder público e de ação social relevante.

Já o código de ética da Associação Brasileira de Imprensa tem estrutura muito próxima àquele editado pela FENAJ. De maneira menos extensa, as preocupações evidenciadas nele se dedicam também a trabalhar as práticas profissionais e tecer recomendações à prática jornalística tendo em vista sua função social. Os únicos eixos nos quais a ABI não se expressa de maneira semelhante à FENAJ dizem respeito à cláusula de consciência explicitada pela Federação que acolhe a possibilidade de se fazer matérias “por meios ilegais”, desde que evidenciado o interesse público em sua publicação. Estas duas situações estão previstas no código anterior, porém a ABI não explicita em momento algum essa possibilidade de que o profissional se recuse a fazer uma matéria por conflito pessoal entre a sua consciência e o tema da pauta e/ou direcionamento desejado. O texto da Associação Brasileira de Imprensa também não coloca a possibilidade de transgressão de leis na execução de matérias, ainda que fique evidente o interesse público.

Entre aproximações e distanciamentos, os textos da Associação Nacional dos Jornais e da Associação Nacional dos Editores de Revista se aproximam muito entre si e não têm uma preocupação tão evidentemente voltada para os jornalistas, mas mostram um olhar mais empresarial. Considerações sobre o direito à informação e a necessidade de liberdade total de atuação do profissional de jornalismo, além de ressalvas ao direito de privacidade do cidadão comum – quando este direito impedir o acesso a informações de interesse público – são colocados de maneira ampla. Depois disso, itens como a incidência de atuação dos meios e a defesa explícita da livre iniciativa colocam a preocupação destes códigos de fato com uma leitura mais voltada para os meios de comunicação do que para os jornalistas.

Apesar desta leitura saltar aos olhos quando analisamos tais textos, vale destacar que somente nas recomendações da ANJ os mecanismos de correção de erros em matérias ficam explícitos, como obrigação do meio que as divulgou, já que em todos os outros códigos esta afirmação ficou difusa entre a garantia do direito de resposta e necessidade de acurácia da informação.

Essas diferentes chaves de leitura dos códigos de ética que se dedicam à análise da prática jornalística demonstram a variedade de raízes e funções destes códigos, que têm muito mais a função consultiva de orientação desses grupos do que propriamente punitiva com

relação aos erros. Em alguma medida, os dois primeiros códigos apresentados neste trabalho têm sua intenção mais colocada em torno de uma preocupação com os profissionais de jornalismo, enquanto os dois últimos têm sua visão empresarial mais evidenciada. Os conflitos entre os códigos não ficam expressos claramente, mas são percebidos pelas ausências, isso é a partir do que cada código opta ou não por dizer devido à sua matriz. O silenciado em alguns e expresso em outros acaba por demonstrar de maneira evidente quais são as intencionalidades de cada código.

3.2 OS MANUAIS DE REDAÇÃO: ENTRE RECOMENDAÇÕES E DIRETRIZES EDITORIAIS

Ainda numa leitura que busque os aspectos deontológicos relativos à classe jornalística, isto é, partindo de uma análise que procure compreender as regras em função do que se pode ou não fazer na prática jornalística, um novo componente pode entrar em jogo na rotina de trabalho: o manual de redação. A importância que alguns desses manuais de redação têm se evidencia na medida em que as escolas de comunicação e jornalismo lançam mão deste aspecto normatizador regido pelo mercado ao ensinar seus alunos³. Questões relativas à prática profissional dos jornalistas e da empresa junto à fonte e à sociedade também ficam claras neste tipo de documento, que não se limita a ser um código de posturas, mas procura dar transparência às escolhas e ações evidentes em seus noticiários.

Desta maneira, para melhor exemplificar essas relações procuramos analisar aqui casos icônicos de diferenças e aproximações entre os documentos normativos e deontológicos, seguindo os exemplos das Organizações Globo e da EBC. É exatamente por meio da análise comparativa para o entendimento dos pontos básicos e mais consolidados em torno da prática jornalística nestes veículos que buscamos uma compreensão mais reforçada acerca das ações dos profissionais e dos itens que podem influenciar de alguma maneira a identidade profissional da categoria por meio de suas rotinas produtivas e regras, tácitas ou explícitas, vistas nesses documentos. Tal análise foi publicada em trabalho de Coutinho e

³ Durante disciplinas da Faculdade de Comunicação da UFJF, por exemplo, utiliza-se o manual de redação da Rede Globo para as matérias em Técnica em TV. No auxílio aos alunos do jornal laboratório da disciplina de Técnicas de redação em jornalismo impresso o padrão de redação utilizado é o do Jornal O Globo.

Queiroz (2013) na Divisão Temática de Jornalismo no Congresso Regional da Intercom Sudeste, realizado em Bauru.

Na maior parte dos casos citados anteriormente neste trabalho, os códigos são documentos editados por entidades representativas de classes dos trabalhadores em jornalismo ou de empresas, mas essa prática de formalização das diretrizes pode ser feita também dentro de cada empresa para além da padronização do “manual de redação”. Nos dois documentos tomados como base para a análise deste item, a intenção da empresa é dar um aspecto de transparência às práticas e rotinas de atuação dos jornalistas na produção da notícia, formando-se aí uma diferença para os códigos de ética já existentes, que tem característica normativa de consulta interna dos profissionais. Neste caso, além da explicitação da linha de trabalho da empresa, há uma perspectiva muito mais forte de diálogo com o público, ainda que potencial.

É pautado neste diálogo constante do profissional com o público que Phillip Meyer (1989) afirma que os códigos de ética da profissão se expressam por meio de duas linhas básicas da prática profissional: a do comportamento ético e da aparência ética de atuação. Segundo ele, o trabalho jornalístico tanto deve ser ético quanto deve parecer ético pois, se assim ele não parecer, a confiança do público com o jornalista fica abalada, não atendendo ao preceito básico da credibilidade da informação. Tanto os Princípios Editoriais das Organizações Globo quanto o Manual de Jornalismo da EBC tratam a produção jornalística nestes dois âmbitos de maneira clara.

Os Princípios Editoriais das Organizações Globo foram publicados em Agosto de 2011 nos sites do Grupo e devidamente anunciados em todos os programas jornalísticos da Rede Globo, como parte de uma explicitação e prestação de contas das empresas para com o público.

Vale destacar que o documento o tempo todo se coloca como um reforço na relação de confiança entre a empresa e o público, partindo de uma relativização das ideias de ‘verdade’ e ‘objetividade’ jornalística. Apesar de dar clareza ao que a empresa chama de “princípios editoriais”, em todos os momentos o texto trata muito mais da transparência das práticas jornalísticas e da reafirmação de uma postura distanciada e vigilante com relação ao poder estabelecido na sociedade do que da explicação de sua postura editorial. O documento tem uma breve reafirmação da sua posição de vigilante constante e isento, se dedicando mais a explicitar as normas de construção do trabalho.

Esta publicação tem, também, uma base de diálogo muito forte e clara com alguns dos princípios observados no ‘Código de ética dos jornalistas brasileiros’, da Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ. Até mesmo a organização temática de direitos e deveres dos jornalistas no que se refere à isenção e correção jornalísticas e à postura profissional têm um diálogo forte com este código, ainda que não use as palavras ‘Ética’ ou ‘Deontologia’ nenhuma vez sequer durante todas as 26 páginas de texto.

Com características diferentes, de um documento que se pretende mais extenso e, portanto, mais dedicado a esmiuçar as características do trabalho e se consolidar como um guia de ações do jornalismo público foi lançado, em 2013, o manual de jornalismo da EBC⁴, chamado ‘Somente a verdade’. Dentro de uma lógica de apresentação do documento, o manual também se inicia com um texto sobre o que é o jornalismo e seus principais deveres, disserta também sobre o processo de construção deste documento nas instâncias da Empresa Brasil de Comunicação. Até aí as publicações guardam semelhanças de estrutura, mas depois o Manual da EBC se divide em oito diferentes partes, se dirigindo de maneira mais detalhada e direta à produção de jornalismo da EBC.

Com um trabalho claramente mais detalhado e de uma defesa marcada não somente do interesse público, mas também de minorias e tratamento de áreas prioritárias para o crescimento do Brasil, a EBC lança um manual de jornalismo claramente mais engajado, com um foco diferente daquele que se coloca como fiscalizador dos direitos do consumidor, mas também como agente (público) de mudanças e participação.

Importante ressaltar que durante todo o texto do manual de jornalismo a EBC as preocupações com as ações jornalísticas se voltam para uma atuação ética do profissional com vistas a se formar a consciência crítica dos cidadãos, público potencial dos produtos advindos dos veículos da empresa. Outro ponto interessante a ser observado é o estabelecimento de vias de participação efetiva de pessoas que estão de fora do jornalismo por meio de pautas colaborativas, por exemplo. A regra da atuação dos profissionais da EBC é, segundo lembra o tempo todo o manual, a defesa dos valores de Direitos Humanos e da ética para com o cidadão que terá acesso à informação por eles veiculada.

O conceito da autoria sobre o produto jornalístico em ambos os documentos é próxima, caracterizando-o como construção coletiva da equipe de trabalho. Esta aproximação

⁴ Criada em 2007, dizendo buscar um novo padrão de produção de comunicação, a Empresa Brasil de Comunicação é a responsável por manter a TV Brasil, TV Brasil Internacional, Agência Brasil, Radioagência Nacional e do sistema público de Rádio – composto por oito emissoras. A EBC é, ainda, fortemente criticada pelos meios de comunicação comerciais, devido a uma suposta postura governista, da qual a EBC busca se distanciar.

de discursos é uma consolidação do trabalho em grandes equipes, e acaba por deixar de fora uma das defesas do código de ética dos jornalistas, sobre a responsabilidade do profissional sobre o que é publicado. Quando os créditos do trabalho são dados à equipe de execução, a responsabilidade pela publicação passa ser da equipe também, amenizando o conteúdo do artigo 8º do Código de ética dos jornalistas brasileiros, que determina que “o jornalista é responsável por toda informação que divulga, desde que o seu trabalho não tenha sido alterado por terceiros, caso em que a responsabilidade pela alteração será de seu autor”. (FENAJ, 2005).

Direcionando o olhar para os Princípios Editoriais das Organizações Globo, a produção jornalística está voltada completamente para a prática profissional como formação inicial de conhecimento e apreensão de uma dada realidade. Para além desta função, o jornalismo seria mais como uma documentação histórica daquele contexto que somente seria totalmente apreendido e julgado por ferramentas historiográficas. Desta maneira, o jornalismo fica entendido como a prática de noticiar os acontecimentos imediatos, com rapidez e a maior fidedignidade possível aos acontecimentos de interesse público. Segundo o documento, quaisquer indicações de posicionamento neste tipo de material noticioso se converte em propaganda, porque tem a função de ganhar adeptos a uma causa ou opinião.

É curioso, por exemplo, que os princípios das organizações Globo não incluam a ética profissional mesmo se dedicando a estabelecer as regras de funcionamento de seu jornalismo, mas a aproximação de suas regras às regras já estabelecidas em preceitos éticos dos profissionais é uma indicação de internalização deste pensamento ético. Por outro lado, a escolha por um detalhamento maior no Manual da EBC pode indicar que a Empresa busca se distanciar das dúvidas sobre o papel que esta tem a desempenhar enquanto agente de imprensa oficial e, reduzindo as dúvidas sobre seu trabalho, invistam mais também na necessidade de credibilidade na construção do trabalho.

Em suma, as diferenciações entre os documentos se fazem textualmente, assim como algumas aproximações. O código da Globo se estabelece como cristalização de uma prática de longo tempo, que se consolida formalmente enquanto norma a ser trilhada pelos profissionais, enquanto o Manual da EBC se diz produto de discussões plurais, nas quais os profissionais estiveram presentes, e que busca trazer novas possibilidades de pensamentos e ações para os produtos jornalísticos das empresas.

A busca pelo entendimento da construção da cultura ética jornalística atravessa o tempo todo estas determinações deontológicas na rotina produtiva. É por meio dessas relações

entre os códigos de ética expressos e aqueles que não se formalizam, mas que se consolidaram como aspectos do discurso profissional, que podemos começar a compreender quais são os parâmetros éticos que se levantam nas narrativas dos próprios jornalistas sobre seus trabalhos. É com essa análise também que pode-se vislumbrar os impactos diretos ou indiretos que esta narrativa sobre ética traz, voluntária ou involuntariamente, às próprias condições de trabalho e à qualidade do produto jornalístico.

3.3 A PRÁTICA E A REFLEXÃO SOBRE ÉTICA

No Jornalismo o procedimento prático é apresentado no discursos dos profissionais como uma entidade abstrata, vinculada apenas à percepção do agente. E a crítica ao que é produzido torna-se parte integrante do próprio campo na medida em que se consolida como estratégia de defesa por meio de uma aparente distância cartográfica. “Ao aprendizado da prática acompanha a crítica da prática, respeitando-se os cânones do convencionado bom jornalismo”. (BARROS FILHO & MARTINO, 2003. p.114)

A economia das trocas simbólicas entre os jornalistas se consolida, com a transferência do capital simbólico por meio da imitação das ações consagradas na esfera política e na esfera crítica. O efeito da legitimação da postura jornalística é sobretudo um instrumento dos “clássicos” para continuidade do discurso dominante. Ou seja, o estabelecimento da prática profissional jornalística, tendo o *habitus* bourdiesiano como norte, é constituído pelas relações dos indivíduos com esse campo e com o *habitus* pelo decorrer das ações dessas pessoas enquanto consequências de outras ações, anteriores.

A relação das ações que se esperam dos jovens jornalistas no ato da profissão se relaciona também com as ações anteriores tomadas nesse campo profissional, vistas nos exemplos dos mais antigos e respeitados no meio. Como já citamos, na constituição do campo jornalístico há um respeito pela hierarquização das relações. A assimilação que estes profissionais trazem da experiência e dos conselhos dos mais antigos da redação passa por afirmar seu lugar de crítica autorizada a essa prática e pela sua aceitação às regras do meio. Bertrand destaca ainda que os “astros” do jornalismo “inevitavelmente, são tidos como modelos, tanto pelos outros profissionais, sobretudo pelos jovens, quanto pelo público” (1999, p. 33).

A partir disso é possível analisar, a título de exemplo, a maneira pela qual os dilemas éticos, a assimilação das características do campo e mesmo a sua narrativa sobre a

identidade da profissão se estruturam no discurso jornalístico de um profissional de referência. Tendo como base textos anteriores publicados em congressos, analisamos os trabalhos de Caco Barcellos para entender se este jornalista, vencedor de mais de vinte prêmios por reportagens especiais e documentários para televisão, atua de forma a, em suas narrativas, "estabelecer regras" que sirvam de modelos ao público e aos outros profissionais.

Com efeito, o primeiro traço dessa narrativa surge da posição de autoridade do jornalista, consolidada numa postura quase professoral dele na relação com profissionais em formação ao lidar, por exemplo, com "os desafios da reportagem" no programa "Profissão Repórter". Procuramos entender, portanto, quais são as correspondências ou discordâncias entre estes preceitos e as práticas evidenciadas na construção do lugar de autoridade não somente deste jornalista, mas da sua prática profissional.

Ao analisar especificamente a produção em livros-reportagem como os de Caco Barcellos, traçamos algumas rotas de análise baseadas no livro 'Rota 66 em Revista' da jornalista Ariane Carla Pereira (2010). Com uma análise específica do livro Rota 66, a pesquisadora busca os mecanismos discursivos utilizados por Caco Barcellos para narrar e descrever os fatos. A autora aponta que a intenção jornalística, no caso do livro-reportagem, não se limita a informar, mas chega também no patamar da denúncia e tentativa de alteração de uma dada realidade social.

Barcellos apresenta em 'Rota 66' uma resistência dupla: primeiramente resiste ao jornalismo enquanto instituição que usa de métodos objetivos e imparciais para contar seus fatos, quando se posiciona de maneira clara; e numa segunda perspectiva da análise, ele ainda resiste ao poder instituído enquanto mantenedor da segurança do Estado, a Polícia.

Durante o decorrer da narrativa da grande reportagem, como aponta PEREIRA (2010), e também perceptível na obra seguinte, *Abusado*, o jornalista investe a si uma posição de poder, uma potência de quem pode e vai fazer algo em prol de outra(s) pessoa(s). Com isso, ele assume uma função que passa de simplesmente notificar e reportar, mas tem caráter de denunciar e defender. Ao evidenciar, principal e primeiramente em seus livros, algumas das situações dos conflitos éticos vivenciados pelos jornalistas ao longo de suas narrativas e produções, Caco Barcellos coloca a profissão numa posição de destaque e as suas práticas ganham contornos normalmente resguardados às redações e demais ambientes estritamente jornalísticos.

A partir do momento em que o profissional abre e exhibe seu modo de operação, ele expõe sua relação com as discussões éticas que fazem parte da rotina de um jornalista. A

práxis profissional passa a ser mostrada e fica mais evidente que, tão importante quanto a discussão dos fatos e dados ali publicados, é necessário que se faça também o questionamento acerca do motivo desses dados serem narrados da forma como são a todo o tempo na mídia.

Principalmente em seus livros, Barcellos aborda problemas e costumes dos jornalistas no dia a dia de uma apuração, mostra o quão importante é o profissional de jornalismo bem instruído para o seu trabalho. A preparação com a apuração e exatidão de dados, e a sensibilidade ao entrar em contato com uma fonte exposta a situações delicadas de sua vida pessoal são características marcadamente exaltadas por ele para que as matérias sejam capazes de gerar boas questões, resultados.

Além disso, ele destaca de maneira muito forte que há um limite entre a atuação do trabalho jornalístico que relata os acontecimentos e os evidencia para um debate e aquele trabalho que acaba influenciando nele. Dentre os aspectos fortemente encontrados nos dois livros-reportagem de Caco Barcellos, estão:

Busca por documentação e cruzamento de dados constante para manter fidelidade da narrativa aos dados. Defendendo que uma cronologia dos acontecimentos é necessária ele apresenta, no Rota 66 a apuração dividida entre necrotério (atual, na narração) e do banco de dados encontrado no arquivo do Jornal Notícias Populares (em dados e acontecimentos antigos divulgados). Já no Abusado, a lógica de multinarrativas em construção do subjetivismo coletivo - apontado por Eugênio Bucci (1997) como pilar do jornalismo noticioso, capaz de transmitir fatos - fica mais evidente. Além das narrações, nos dois livros leva-se muito em conta as documentações oficiais, de policiais e também fotografias, santinhos de mortos e material de imprensa publicado sobre o assunto.

Proximidade da fonte, com o cuidado de não contaminar a pesquisa jornalística: A presença do jornalista junto aos personagens deve ser ponderada para que o relato não fuja ao acontecimento, fato que é destacado de maneira constante nas narrativas dos dois livros. De maneira clara no Abusado, o jornalista afirma que as entrevistas podem ter relatos subestimados ou superestimados pelas personagens, a depender do grau de intimidade da fonte com o jornalista. Neste caso também cabe a reflexão sobre o papel e a interferência “positiva” e circunstancial que o jornalista pode exercer por sua prática profissional. Como exemplo, no Rota 66 há a cobertura de um dos casos que é afetada pela cobertura realizada pelo jornalista, na medida em que ele passa a acompanhar o inquérito na justiça ao lado da família de um dos agredidos. No Abusado, o último caso narrado acaba sem agressão ao acusado devido às filmagens;

A prática do disfarce e da não-identificação é válida em algumas situações, quando se sabe previamente da indisposição em conseguir a informação ou for necessário para a aproximação de uma vítima. Para entrar num presídio e conversar com um dos acusados, Barcellos tenta não se identificar, na trama de Rota 66. Apesar da tentativa ser frustrada, ele já se justifica por uma prévia indisposição dos militares do presídio para com ele;

Constante reflexão crítica com relação ao trabalho executado pela própria imprensa, numa condição dupla. O jornalista tem condição de ser quem entende os mecanismos de funcionamento internos, referentes à lógica do jornalismo brasileiro atual, e também deve saber olhar as lutas sociais que precisam de destaque. Vale ressaltar a entrada dele num enterro, no Rota 66, onde a imprensa é vista como integrada à PM e o jornalista culpa um posicionamento predominantemente “oficial” da imprensa. Também o posfácio do Abusado, onde ele questiona o posicionamento dos demais membros da imprensa que, de alguma maneira, o culpavam pela morte de Marcinho VP.

Estes momentos das obras evidenciam os quatro principais eixos de discussão que Barcellos expõe de sua cobertura, segundo análises nossas em trabalhos anteriores. Este aspecto gera uma espécie de prestação de contas do trabalho jornalístico e demonstra uma preocupação na abertura, ao público, dos processos de apuração e construção do material jornalístico

Portanto, ao pontuar todos esses casos contemplando em seu texto os ‘desafios da reportagem’, - tanto na narrativa escrita quanto na televisiva - Caco Barcellos opta por refazer essa discussão sobre a ética e sobre a qualidade do jornalismo ofertado. As diferentes histórias contadas têm várias formas de se mostrar; sobretudo para fazer um bom trabalho jornalístico é preciso contar com boa apuração; seriedade do jornalista - que deve ouvir a maior quantidade possível de fontes na construção daquela notícia para que ela seja o mais próxima possível da realidade – mas especialmente que o profissional seja ético.

Em todas essas dinâmicas e relações nas quais o processo jornalístico é evidenciado nas obras de Caco Barcellos, as regras jornalísticas que são demonstradas e consolidadas são tácitas, submetidas à moral do jornalista. Desta forma, as considerações de fundo ético por parte dos profissionais acabam se voltando mesmo para as afirmações de Abramo (1988), destacando a ética do cidadão, sem nada especial inerente ao trabalho jornalístico, de forma que ética se torna um adjetivo ligado às pessoas e não necessariamente

uma reflexão constante acerca das ações a serem tomadas, na conduta profissional. (GOMES, 2003)

Isto posto, voltamos nosso olhar para a produção jornalística local, para os veículos de televisão que produzem jornalismo da cidade de Juiz de Fora e observamos, tendo como referência a *Dramaturgia no telejornalismo*, de Iluska Coutinho (2013). O próximo capítulo traz, portanto, análises de conteúdo dos telejornais e entrevistas com profissionais de jornalismo de duas emissoras de televisão da cidade para verificarmos primeiramente qual a narrativa produzida por eles - produtores, repórteres ou editor - acerca da ética profissional. Posteriormente, a nossa busca procurou indícios deste comportamento ético no produto telejornalístico apresentado por eles, na análise dos telejornais enquanto documento, para compreender de que maneira os aspectos de suas visões e discursos sobre sua prática profissional se verificam ou não em sua produção, se ficam aparentes.

4. A ROTINA DE PRODUÇÃO E A ÉTICA JORNALÍSTICA

Para analisar a forma pela qual narrativas sobre a produção jornalística e a ética profissional se inserem na rotina de trabalho e, em que medida essas escolhas e procedimentos podem ser percebidos nas matérias dos telejornais locais que nos servem de recorte, utilizaremos a dramaturgia do telejornalismo proposta por Coutinho (2012) como chave de leitura importante para análise da composição da edição do material jornalístico. Ela nos servirá de norte para a organização e busca dos papéis desempenhados pelos agentes envolvidos na notícia, seja eles a fonte das informações, os especialistas, o repórter o telejornal em si ou a própria empresa.

A existência de uma dramaturgia do telejornalismo, segundo Iluska Coutinho(2012), parte da utilização de uma estrutura narrativa característica do drama nas notícias televisivas e seria favorecida por uma tendência intrínseca ao veículo, à sua forma de ordenamento das informações: a serialidade. A dramaturgia dos telejornais, tanto no modelo veiculado em rede quanto nos telejornais locais analisados, foi evidenciada pela existência de conflito narrativo como característica central em todas as matérias veiculadas, podendo ser visto aí uma narrativa de fundo moral. A estruturação dos noticiários televisivos nacional e local em torno de problemas, ações e disputas guardaria semelhanças com o que a pesquisadora classifica como um drama cotidiano. A observação das estruturas dos telejornais locais e da inserção de populares nos telejornais locais de Juiz de Fora foi objeto de análise de Jhonatan Mata (2013), e também nos serve de fonte, neste caso.

A maneira por meio da qual se conta uma história em nossos telejornais, especialmente o padrão ou roteiro para construção de uma matéria com texto, som e imagem, seria o segundo aspecto dessa dramaturgia. Nos telejornais o início, a apresentação inicial do conflito, é observada no texto de abertura das matérias, interpretado pelos locutores-apresentadores como uma espécie de “convite” ao acompanhamento de cada VT ou matéria.

Nas matérias analisadas, tanto no caso da pesquisa de Coutinho, quanto nas produções priorizadas neste trabalho e como na dissertação de Jhonatan Mata, os personagens agem e são apresentados de três formas ou maneiras prioritárias: entrevistas, imagens da ação e de seus agentes, textos do repórter e, também, de fontes entrevistadas. Se na maioria das vezes o

personagem se deixa ver e tem sua presença explicitada na matéria, em determinadas situações ele surge de forma indireta.

Nos dois telejornais que foram analisados durante a pesquisa de doutorado de Coutinho, percebemos que alguns papéis concentram a “atuação” dos personagens nos VT’s estudados. Tanto no Jornal Nacional quanto no Jornal da Cultura as categorias/ tipos mais freqüentes são mocinho, vilão e vítima. Essa predominância tem, segundo Coutinho, estreitas ligações com o fato de que as narrativas trazem em si os registros ou conexões com a já tradicional luta Bem-Mal e, na medida do possível, utilizam-se da estória narrada para reforçar valores morais e de conduta.

Além disso, conforme Coutinho (2012), tanto na televisão quanto no telejornalismo se faz necessário também observar as construções narrativas e os textos nas imagens, nas falas dos entrevistados e dos próprios repórteres, assim como nas músicas e no encadeamento desses elementos através da edição. Por isso, é fundamental destacar as matérias, notas ao vivo, notas coberta, notas pé, stand-ups e chamadas.

Nesta perspectiva, tendo a dramaturgia do telejornalismo como base para a análise de cinco edições do Jornal da Alterosa Edição Regional e do MGTV 2ª edição, para delimitação do objeto empírico construímos uma semana composta de cada um dos programas. A seleção de dias da semana aleatórios, compreendidos entre novembro e dezembro de 2013 tem o objetivo de não captar para análise um período sequencial muito extenso, que poderia ser afetado por algum tipo de tematização casuística provocado por acontecimentos específicos, ou coberturas especiais pré-determinadas. Desta forma, observamos como os dois telejornais apresentam seus temas, sua estrutura narrativa e as relações demonstradas estabelecidas pelos atores daquelas notícias.

A etapa seguinte da pesquisa incluiu entrevistas com jornalistas que trabalham como editores, repórteres e produtores dos dois telejornais analisados. Essa busca foi orientada por temas como rotina produtiva e potenciais diferenças de estruturas de produção, além de observações sobre a ética, relações profissionais e jornalismo de qualidade. A fase de pesquisa de campo contou com uma primeira leitura flutuante dos produtos e, então, foram realizadas as etapas de transcrição, análise e descrição dos dados, em diálogo com o referencial teórico apresentado e com nossas observações sobre o recorte empírico.

As vozes destes profissionais do telejornalismo local em Juiz de Fora foram interpretadas e relacionadas às análises de conteúdo/textuais já estabelecidas. O objetivo foi buscar a compreensão do papel desempenhado pelo jornalista no conteúdo veiculado para

entender o papel da ética profissional nas matérias e a relevância de sua presença para a elaboração da narrativa. A interpretação dos dados obtidos na pesquisa empírica com o suporte teórico possibilitou que chegássemos às conclusões e redação final do trabalho.

4.1 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE: APRESENTANDO OS TELEJORNALIS

Tomamos como parâmetro de análise as ferramentas da análise de conteúdo, quando procuramos perceber na mensagem veiculada a aparição de certos aspectos reiterados na mensagem jornalística. Nesta abordagem, coloca-se em relevo determinados elementos - palavras, conceitos, símbolos-chave do texto, para aferir sua frequência e sua significação.

O corpus analisado na presente dissertação é constituído pelas edições do Jornal da Alterosa Edição Regional e MGTV 2^a. Edição, no período de três semanas entre os dias 18 de novembro a 6 de dezembro de 2013, formando uma semana composta de cada um dos telejornais. Respeita-se, desse modo, os critérios de pertinência, representatividade e homogeneidade propostos por Bardin, já que a amostra dá conta de representar os “universos” analisados, os dados se referem ao mesmo tema (telejornalismo local no horário noturno), além de terem sido obtidos por técnicas equivalentes (gravação e transcrição dos programas).

Anteriores ao estudo do material propriamente dito, as outras etapas propostas por Bardin (1977) foram consideradas: a pré-análise, na qual foram feitas a leitura flutuante (contato inicial com os documentos existente sobre o tema), a escolha do documento (momento onde já é formado o corpus da pesquisa), formulação das hipóteses e dos objetivos, referenciação das categorias e a preparação do material.

Depois, partiu-se para a exploração do material (administração das técnicas sobre o corpus) e então para o tratamento dos resultados e interpretações dos dados obtidos (operações estatísticas – com apresentação de percentuais e gráficos, para facilitar a visualização -, inferências e interpretação). Após feita esta etapa, buscamos também uma leitura transversal que possibilitou interpretar os dados obtidos nos materiais dos telejornais, tanto no que diz respeito à paginação total do telejornal, duração, quantidade e tipo de material veiculado quanto naquilo que se refere ao tipo de conteúdo e linha editorial do programa.

A etapa seguinte da pesquisa incluiu entrevistas com editores, repórteres e produtores dos telejornais analisados. Essa busca foi orientada por temas como especificidades de rotina

produtiva, qualidade da produção jornalística, relação do profissional com a empresa e com sua produção e, finalmente, regras de atuação na profissão, os códigos profissionais e seus impactos no dia a dia.

Ao todo, seis profissionais, das duas emissoras, foram entrevistados, sendo três profissionais de cada uma, dois repórteres da TV Alterosa, afiliada do SBT em Juiz de Fora e dois repórteres da TV Integração, afiliada da Rede Globo. Foram selecionados, em cada uma das redações, os repórteres que trabalham há mais tempo e os que trabalham menos tempo em cada uma das empresas, para que pudéssemos perceber se o tempo de trabalho no mesmo veículo empresa ou se o tempo de prática profissional podem gerar narrativas diferentes acerca da prática jornalística, como apontado por Meyer (1989).

Além disso, também foram selecionados para a entrevista um produtor de cada emissora da cidade - o que está a menos tempo na função, no caso da TV Alterosa, a repórter contratada ao mesmo tempo é também a produtora do telejornal, não havendo outro profissional exercendo o cargo, exceto estagiários que a auxiliam, sem dedicação exclusiva a área, como dito em entrevista. A divisão de funções ficou mais clara na TV Integração, que possibilitou a entrevista um profissional que atua como produtor e outro que trabalha como repórter há menos tempo na função. Além deles, entrevistou-se também os editores de cada um dos telejornais também foram selecionados e o editor-apresentador do telejornal noturno e diretor de jornalismo da TV Alterosa.

A impossibilidade de entrevistar os profissionais da TVE, responsáveis pelo Jornal da TVE, o outro telejornal noturno que vai ao ar na cidade, fez com que abrissemos mão também na análise de VTs dos produtos da emissora. Ao contatar os profissionais, fomos informados que precisaríamos de uma autorização expressa da direção da TVE, que é oficialmente uma emissora educativa, ligada à Rede Minas e à TV Brasil. Feito o contato com a direção e encaminhada a solicitação de entrevista com os profissionais, tal como o que aconteceu com as demais emissoras, não obtivemos resposta alguma, nem dentro do prazo proposto para análise e entrevistas - entre os meses de novembro e o meio de dezembro - nem após este período, o que comprometeu a análise.

Seguindo a lógica de estudo de emissoras de diferentes naturezas e de todos os telejornais que vão ao ar em Juiz de Fora, nos valem também da entrevista realizada com o jornalista e vice-presidente da Rede Minas, Paulo César Marques. Esta entrevista não acarretou, porém, na análise no Jornal Minas, desta emissora, por não haver também a material com os demais profissionais da empresa, porém nos foi útil para levantar alguns

questionamentos acerca do jornalismo de TV pública também em caráter local, de Minas Gerais e sua relação com as demais emissoras.

O objetivo foi conferir o papel desempenhado pela ética profissional nas matérias, a relevância de sua presença para a elaboração da identidade e da legitimação da atuação jornalística. Na etapa final, os resultados da análise foram postos em perspectiva com as entrevistas realizadas com os profissionais envolvidos nos telejornais, possibilitando também o diálogo com as hipóteses e a fundamentação teórica.

4.2 JORNAL DA ALTEROSA

Jhonatan Mata(2013), ao fazer um levantamento sobre as emissoras de televisão locais para seus estudos, aponta que a TV Alterosa, afiliada ao Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), inaugurou sua base local em 1999, após comprar a TV Tiradentes. Segundo o pesquisador, a programação local da TV Alterosa era inicialmente limitada ao telejornal Jornal da Alterosa - edição regional, veiculado de segunda a sábado, ao meio-dia. Após essa mudança, a TV Alterosa JF se encarrega de imprimir em suas produções características populares, ao estilo da emissora de Sílvio Santos.

Segundo Livia Maia (2005), o telejornalismo da emissora priorizou o local, com matérias de segurança pública e de prestação de serviço, em vts ágeis e em plano seqüência. Outra modificação observada foi a reformulação do layout do programa, com cenário e artes gráficas mais leves, selos suavizados, além da contratação de novos profissionais de reportagem, fato que minimizou a superexposição de repórteres e apresentadores. (MATA, 2013).

O Jornal da Alterosa (JA) edição regional, foi veiculado, até 2009, de segunda a sábado no horário do almoço (11:50), com duração em torno de 25 minutos. Entre 2010 e 2012, passou a ser veiculado, seguindo ordens da matriz de Belo Horizonte, das 19:20 às 19:45 e, a partir de 2012 tornou-se transmitido no horário de 18h50, sendo este o horário veiculado quando da realização desta pesquisa. A semana composta tomada como recorte deste trabalho englobou edições veiculadas ao longo de três semanas entre os meses de novembro e dezembro de 2013, sendo a distribuição dos programas dada da seguinte maneira: segunda-feira, dia 25/11; terça-feira, 03/12; quarta-feira, 20/11; quinta-feira, dia 28/11; sexta-feira, 22/11.

As entrevistas com o editor Rodrigo Dias, com a repórter Michele Pacheco e com a repórter/produtora Juliana Zoet foram realizadas separadamente na sede da TV Alterosa no dia 13 de novembro, portanto em período anterior a gravação dos VTs que seriam posteriormente analisados. Tal procedimento possibilitou uma leitura completa do material veiculado, já conhecendo parte da rotina de produção e da atuação dos repórteres dentro da lógica e da linha editorial da emissora.

4.2.1 FACTUAL, COMUNIDADE E CURIOSIDADES: A LINHA EDITORIAL DO JORNALISMO DA TV ALTEROSA

Fator importante no entendimento das condições de produção jornalística organizada pelos profissionais da emissora, a organização da equipe na rotina de trabalho dos profissionais da TV Alterosa é capaz de determinar em parte o tom que o telejornal noturno tem. Tanto as repórteres Michele Pacheco e Juliana Zoet quanto o editor Rodrigo Dias afirmam que não há uma estrutura grande para a edição de VTs ou de produção do telejornal. Dias (2013) afirma ainda que “como nós temos poucas equipes todas as matérias veiculadas no telejornal da noite passam no jornal do dia, no Alterosa em Alerta. E vice-versa.” Segundo o editor “a diferença é que a noite, no Jornal da Alterosa [Edição Regional], a gente pode usar matéria que vêm de Belo Horizonte, matérias que vêm de fora” (DIAS, 2013).

De acordo com a repórter Michele Pacheco, ela e o repórter Evandro Medeiros trabalham em horários fixos, sendo ela da equipe da manhã e ele trabalhando à tarde. A repórter Juliana Zoet trabalha entre esses dois horários em função de produção. Segundo Zoet (2013), o trabalho simultâneo é de auxílio à equipe que estiver nas ruas, apurando mais dados para complementar o conteúdo e de ronda junto à polícia, bombeiros, Defesa Civil e alguns sites parceiros da TV Alterosa na região. A repórter e produtora explica que, além do foco voltado para as matérias de factual, também faz parte da rotina dela pensar o telejornal do dia seguinte, com material de “comunidade, as matérias de bairro, de saúde, trânsito e de curiosidade. [...] Mas no mais a gente tenta deixar tudo encaminhado” (ZOET, 2013). Juliana pondera ainda que, “pelo fato da estrutura da Alterosa ser pequena, às vezes eu ajudo no fechamento do jornal, saio pra rua pra fazer imagens e entrevistas também”. (ZOET, 2013).

A questão da estrutura de produção é um fator importante na avaliação de preceitos éticos do telejornal, pois influencia diretamente a maneira por meio da qual uma pauta é

enxergada enquanto algo factível de ser coberto. Além deste olhar, é importante observar que, com uma equipe reduzida, fica muito claro para todos os integrantes entrevistados qual é a linha editorial seguida pela empresa, os três jornalistas com os quais conversamos lembraram, ao citar a rotina produtiva, que o foco principal está voltado para a cobertura factual. Segundo a repórter Michele Pacheco (2013), devido à clareza da linha editorial baseada em fatos, matérias ligadas a problemas comunitários e a curiosidades, “parte-se do princípio que nem sempre um boletim da Prefeitura é necessariamente uma pauta”, já que isso deve passar pelo crivo de interessar a alguma comunidade envolvida, por exemplo.

Quando pensamos essa mesma prática por meio de aspectos inerentes à rotina de produção jornalística, partindo das noções já apresentadas de *habitus* e newsmaking, colocamo-nos em perspectiva também com o que ponderou Phillip Meyer sobre um código invisível, dotado de regras tácitas na produção jornalística. Buscamos, então, compreender qual é, segundo os profissionais da TV Alterosa, a principal regra de atuação para os jornalistas. As respostas dadas pelos entrevistados variaram dentro de um mesmo espectro que particulariza, e dá um caráter pessoal a cobertura jornalística, ao mesmo tempo em que a coloca sob a tutela de valores universais, como verdade e sinceridade.

Juliana Zoet (2013) destaca a busca por “ser o mais verdadeiro possível com a fonte” para não perder a confiança estabelecida neste relacionamento. Neste mesmo sentido de respostas, Michele Pacheco (2013) lembra que “as regras principais que valem aqui, valem pra todos os lugares. [...] o principal é que uma história nunca pode estar divulgada tendo apenas uma versão, você pode até dizer numa nota pé que o outro lado não quis se manifestar” e Rodrigo Dias (2013) sublinha que “a principal regra é saber observar e ouvir”.

Esta última característica, lembrada como o “saber ouvir” dialoga fortemente com aquele aspecto que emerge da narrativa de Caco Barcellos, segundo a qual as fontes têm uma história pra contar e o jornalismo, os jornalistas, estão ali para saber encontrar essas histórias e as levar ao maior número possível de pessoas. Ela segue de perto a lógica do trabalho jornalístico sem grandes especificidades, no que tange às regras, mas de grande responsabilidade pela dimensão que um dado publicado com erro pode ter.

Observando mais atentamente a regra básica lembrada por Michele Pacheco (2013), percebemos uma narrativa direcionada à necessidade de se ouvir a maior quantidade possível de envolvidos com o tema a ser abordado. A regra de “ouvir os dois lados” faz parte daquilo que também o editor Rodrigo Dias lembrou como o grande cuidado tomado por ele na condição de editor do telejornal. Para Dias (2013) o trabalho da edição reside em não deixar

passar alguns erros ou chances de erros, segundo ele “a gente toma muito cuidado pra não afirmar nada. [...] Deixar sempre que outros órgãos ou outros entrevistados afirmem, é de tirar a sua responsabilidade sobre o que vai pro ar, porque se amanhã ou depois se sofra um processo”. A postura, portanto, é de justificar essa prática com razões de fundo utilitário, para assegurar que a empresa não será processada por nenhum dos envolvidos. Também nesse sentido, Michele Pacheco explica que a “orientação da empresa é pra trabalhar com o microfone aberto[...] pra assegurar a equipe” (PACHECO, 2013). Segundo a repórter essa é a maneira de arquivar o material da pessoa, explicando a ocorrência ou se recusando a dar entrevista no caso de haver processo judicial alegando não ter sido ouvido na matéria.

Para além da regra básica de “ouvir os dois lados”, há também na fala de Michele Pacheco outro ponto importante a ser observado: como regra de comportamento e, portanto, ética, está a necessidade de explicitar que um dos lados não quis ser ouvido. Este processo, de destacar mesmo os que não quiseram ser incluídos na narrativa noticiosa faz parte daquilo que Meyer (1989) destacou como a necessidade jornalística de parecer ético. Ao serem perguntados sobre essa necessidade de demonstrar seus métodos para parecer ética, Juliana Zoet lembrou que “precisa parecer ético. Na verdade, quando você tem no seu trabalho essa ética pessoal isso vai acabar aparecendo na matéria e na relação que você mantém com essas fontes” (ZOET, 2013). Neste mesmo sentido, Michele Pacheco concordou com a afirmação de que precisa-se parecer ético tanto quanto ser de fato, mas Rodrigo Dias (2013) argumenta que “os sinais da ética estão justamente na produção e não precisa demonstrar isso de outra forma, os sinais da ética já aparecem o tempo todo, caso você a tenha na reportagem”.

Essa necessidade de aparentar a ética que se tem, segundo uma lógica contratualista, faz parte também do primeiro ponto lembrado acerca das regras. Ser o mais verdadeiro possível com a fonte é um comportamento generalizante e que remete à verdade do jornalista como constituinte da **credibilidade**, caracterizada por Schudson (1981) como a principal moeda de troca do jornalismo. Portanto, parecer ético seria a principal forma de demonstrar ao público os métodos utilizados pela produção, de forma que não se levante quaisquer formas de dúvidas que colocariam em xeque toda e qualquer base da informação veiculada.

No tocante à possível influência dos códigos de ética ou outros documentos de função normativa com relação à prática jornalística, novamente as respostas seguiram um padrão segundo o qual as ações desempenhadas pelos profissionais têm base num julgamento moral pessoal do jornalista. Para Rodrigo os códigos de ética acabam por não desempenhar nenhum tipo de influência na rotina produtiva valorizando “a experiência, o convívio, a prática, os

anos de [...] observar as condutas dos seus colegas, tanto as condutas erradas quanto as condutas certas, acho que é por aí que você vai se moldando e moldando o profissional que você vai ser” (DIAS, 2013). O editor reforça a ideia de que a ética profissional responde a um código subjacente à prática do jornalismo, dada a partir das experiências vividas na rotina produtiva e reforçadas ou rechaçadas no diálogo daquilo que é feito com o *habitus* da profissão e a moral pessoal do jornalista.

Este posicionamento também fica visível na resposta de Juliana Zoet (2013), com um acréscimo à maneira por meio da qual o tema e as discussões acerca da ética profissional apareceram na sua formação acadêmica. Ela destaca que “na formação isso aconteceu de maneira pontual. Na faculdade a gente tem aulas sobre ética, é quando isso é tratado dessa forma, mas depois isso acaba sendo visto muito mais no dia a dia de como escrever e fica muito pra cada repórter pessoalmente”.

Com uma resposta ainda dentro da seara das ações pessoais ditando as regras profissionais, Michele Pacheco (2013) aborda os códigos como aspectos de formação pessoal. Para ela, “parte-se do princípio que você [jornalista] é o maior interessado nisso tudo, você vai se filiar ao sindicato, você vai procurar saber, discutir, ler” (PACHECO, 2013). A jornalista argumenta que essas regras profissionais se assemelham às crenças religiosas, que ditam suas regras como quesito pessoal, normas que constroem aquilo que é a profissão de jornalista e que, portanto, precisa ser de interesse primeiramente do profissional.

Vale observar que, após a entrevista, ao encontrar novamente com a entrevistada na saída da emissora, ela afirmou ter se lembrado de que em período anterior, de outro Diretor de Jornalismo, havia uma normatização, seguindo as regras de coberturas jornalísticas internacionais de Direitos Humanos a respeito de abordagem de jovens, adolescentes e crianças, ou sobre direito de resposta. Ela afirmou, ainda, que atualmente essas regras até continuam a ser seguidas, mas de maneira mais informal pela redação.

4.2.2 O JORNAL DA ALTEROSA EDIÇÃO REGIONAL ESTÁ NO AR

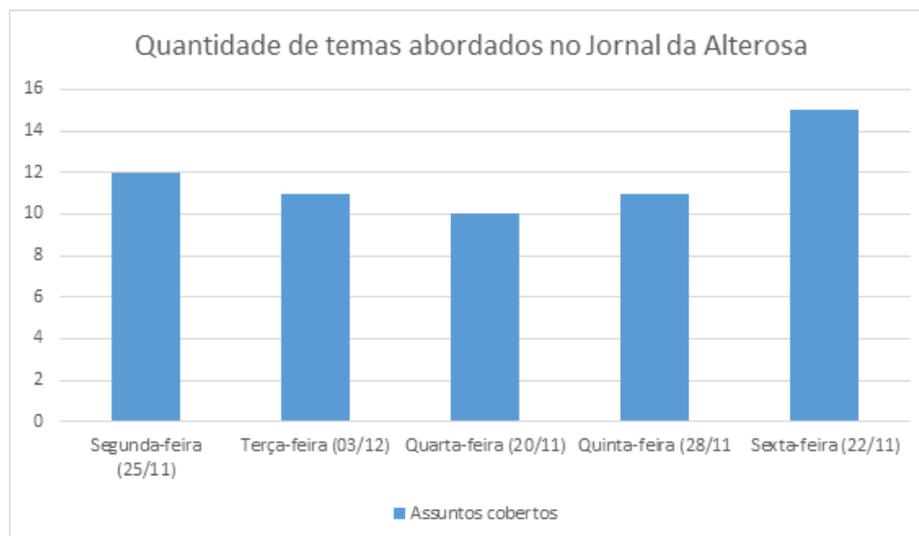
Após assistir algumas edições do Jornal da Alterosa Edição Regional para conhecer o telejornal em termos de estrutura, formatação e escolha editorial, no começo do mês de novembro, voltamos nossas análises para este programa no período que compreende três semanas entre os meses de novembro e dezembro de 2013. Afim de criar uma semana

composta, na qual temas contínuos e/ou especiais não alterassem a leitura de uma semana corrida, mesclamos os dias, de modo a tomarmos dias o mais aleatoriamente possível, dentro do recorte temporal definido.

O telejornal tem uma entrada de, ao todo, cerca de 30 minutos diários, incluindo os intervalos comerciais que dividem os 3 blocos de conteúdo. Para compreender melhor o conteúdo ali veiculado e para ter uma leitura completa do telejornal, fizemos um levantamento completo dos dados produzidos em cada edição, levando em conta a duração aproximada do telejornal, excluindo-se o tempo de intervalos comerciais; a quantidade de assuntos abordados (retrancas) e essa quantidade por jornalista/ responsável; os formatos por eles utilizados e, finalmente, quais são os tipos de fontes que os jornalistas mobilizam para suas matérias.

Este procedimento foi feito porque é importante compreendermos quanto tempo, em média, o telejornal fica no ar e conseqüentemente qual o volume de conteúdo produzido pelos jornalistas a cada dia. Além disso, os formatos por eles utilizados levam em conta as condições de produção da emissora. As escolhas das fontes em cada uma das matérias se relaciona com os laços que o telejornal cria com seu telespectador e, portanto, aciona discursos com relação a proximidade do programa, seus deveres e possibilidades junto ao público. No tocante à quantidade de assuntos abordados nos telejornais, temos alguns dados.

Gráfico 1- N° de temas abordados no Jornal da Alterosa, Edição Regional

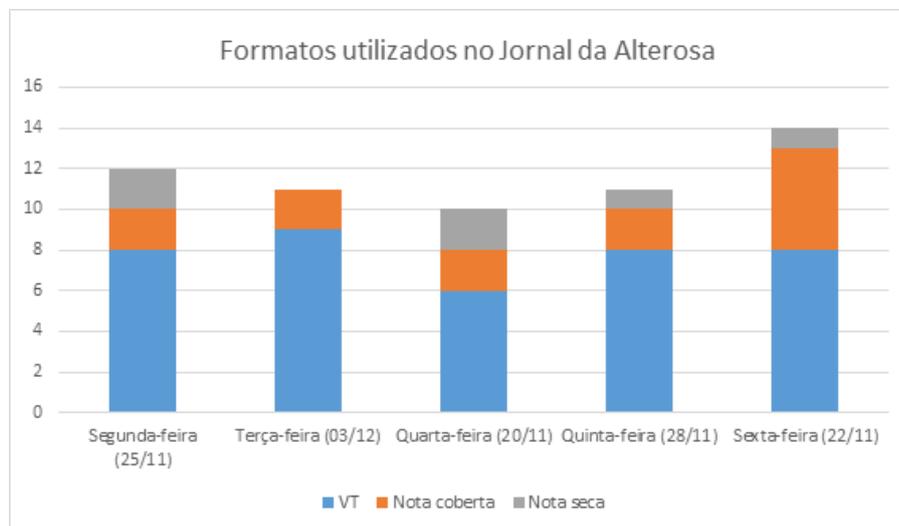


Numa quantidade relativamente constante, com média de 11,8 retrancas por dia, o telejornal demonstra ter algum tipo de padrão a ser seguido no que tange ao volume de conteúdo veiculado diariamente. Nem mesmo a cobertura da sexta-feira analisada, que atingiu

15 retrancas alterou significativamente a média dos assuntos cobertos, devido à estabilidade dos dias anteriores. Para compreender melhor esta editoração diária dos telejornais, olhamos mais atentamente também para os formatos das matérias produzidas.

Vale destacar que, por uma questão estrutural os telejornais da TV Alterosa Juiz de Fora não têm condições de produzir diariamente materiais como entrevistas ao vivo fora da emissora, isso somente ocorre quando é algum tema de abrangência maior, para o qual normalmente a emissora envia equipamento específico. A impossibilidade de transmissão de vídeo ao vivo de outros pontos da cidade, aliado ao pequeno número de equipes trabalhando para o telejornal faz com que as pautas executadas pelos repórteres se tornem VTs e, neles mesmos, existam sonoras com as posturas de populares (povo fala), personagens das matérias e, na maior parte das vezes, das fontes oficiais que respondam pelas questões. Quando não estão incluídos em VTs, esses posicionamentos das fontes oficiais podem entrar em notas-pé ou outras notas durante o mesmo telejornal. Com isso, vemos que a questão da estrutura ofertada pela empresa impacta diretamente na escolha dos formatos e narrativas escolhidas pelos jornalistas para cobrir determinados fatos.

Gráfico 2 - Formatos das produções veiculadas pelo Jornal da Alterosa - Edição Regional

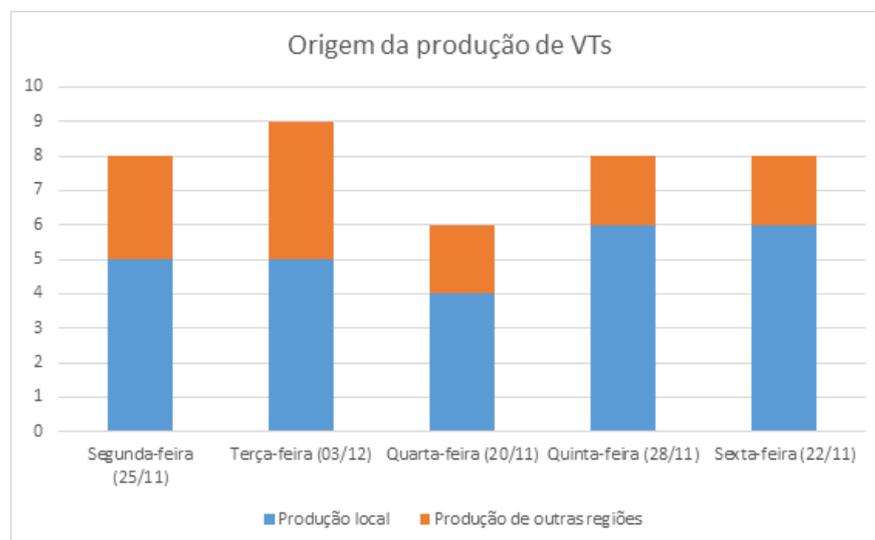


Seguindo nesta leitura, podemos observar mais claramente que a quantidade de VTs é uma constante do telejornal, seguindo a média de 7,8 VTs por dia. Igualmente constante, apesar de não ser padronizado, é o volume de notas cobertas diariamente veiculadas no telejornal, tendo se mantido constante de segunda a quinta-feira em uma nota coberta, somente sendo alterada a quantidade na sexta-feira, que contou com cinco notas cobertas. Isso alterou a média aritmética que chegou a duas notas cobertas por dia. O volume de notas secas,

por outro lado, é bem menos constante, fato observável na diferença de vezes que o formato foi utilizado; duas vezes na segunda e na quarta-feira, somente uma vez na quinta e na sexta-feira e nenhuma vez na terça-feira da nossa semana composta. A média do uso do formato é portanto, de 1,2 vezes por dia, mas sem que isso seja algo constantemente verificado mediante a amostra aqui destacada.

Notas secas e cobertas são formatos com frequência utilizados para a cobertura de dados e fatos aos quais a equipe não teve condição de acompanhar desdobramentos, de fazer uma apuração e produção de material completo ou ocorrências consideradas mais simples pelos editores. Portanto, seguindo classificação proposta por Coutinho (2012), podemos considerar que os VTs são o material jornalístico mais completo veiculado no telejornal e, quando dotados de contextualização e desdobramentos mais complexos, passam a ser chamados de reportagens. Passa a ser importante neste momento, portanto, analisar mais detalhadamente a origem da produção deste material veiculado, visto que apesar de se chamar Jornal da Alterosa Edição Regional, recorre-se a materiais produzidos em outras praças da TV Alterosa para complementar o conteúdo veiculado, fazendo um panorama mais completo do estado de Minas Gerais.

Gráfico 3 -Origem da produção dos VTs veiculados no Jornal da Alterosa

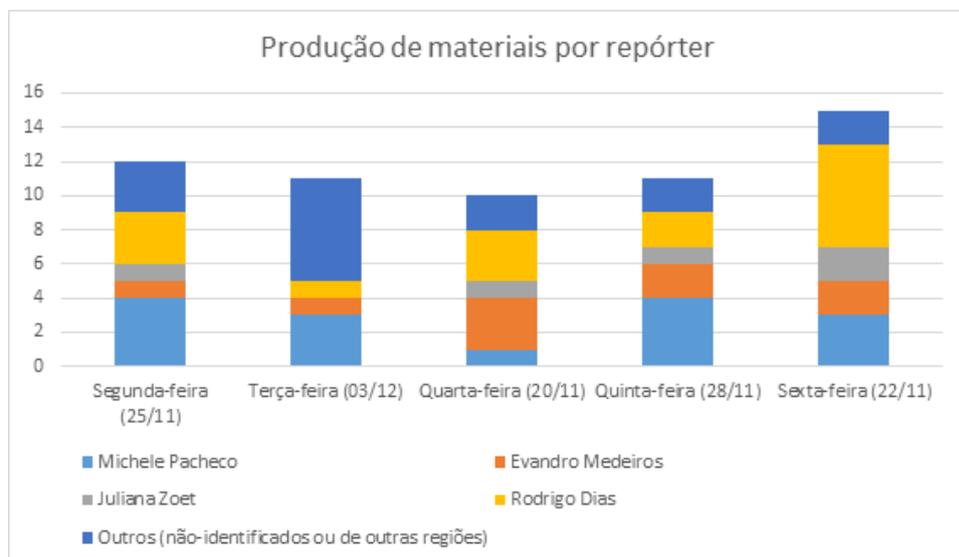


Com estes dados, podemos observar uma constância da produção local nas inserções do Jornal da Alterosa, em sua edição regional de Juiz de Fora. São, em média, 5,2 VTs de repórteres da cidade indo ao ar por dia, sendo que no dia 03/12 um dos VTs foi feito por uma “colaboradora” do Jornal da Alterosa, que estagia na emissora e fez um VT com entrevistas em um dispositivo móvel em um acidente que aconteceu perto da emissora. No mais, a

produção dos VTs está dividida entre os repórter Michele Pacheco e Evandro Medeiros, cabendo à repórter Juliana Zoet fazer a previsão do tempo e matérias sobre a região, normalmente em off com imagens dos fatos e entrevistas.

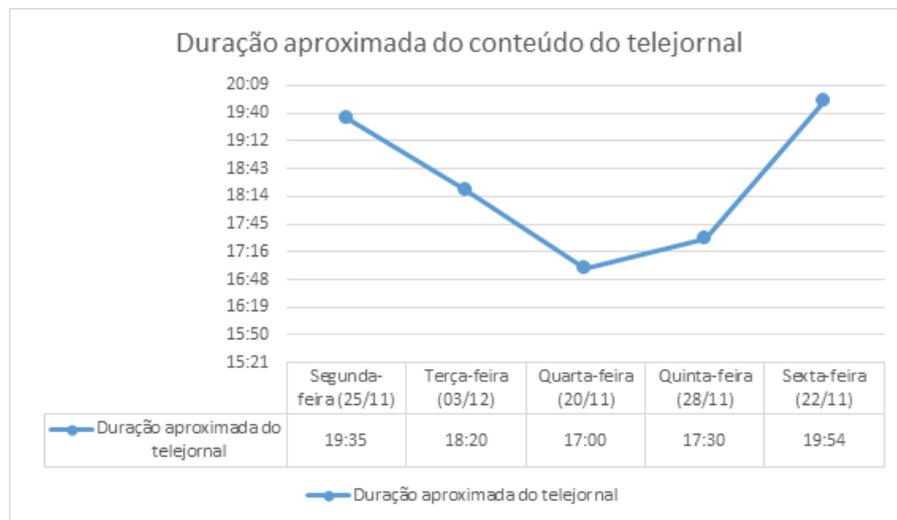
Segue gráfico a seguir com os repórteres responsáveis por cada produção. Entra também nestes dados a participação do editor e âncora do telejornal, Rodrigo Dias, responsável pelas cabeças de matérias, notas secas e cobertas do telejornal.

Gráfico 4 - Produção por jornalista



A participação do editor-apresentador do programa varia muito em função do volume de notas a serem apresentadas em cada edição do Jornal da Alterosa, assim como não é constante a presença de um determinado repórter todos os dias. Fica evidente, por meio deste gráfico, que os repórteres apresentam materiais todos os dias e que este volume pode se alterar constantemente. Tal alteração pode ser observada também no tamanho do telejornal, que tem variação entre 17 e 19 minutos em conteúdo diariamente, como mostrado a seguir.

Gráfico 5 - duração aproximada de tempo do telejornal



Além dos apontamentos já feitos acerca da produção do Jornal da Alterosa Edição Regional em Juiz de Fora, é importante observarmos quais são os tipos de fonte e as editorias às quais o telejornal mais frequentemente recorre na hora de estabelecer o seu diálogo com o público. Com relação às editorias, fica evidente um apelo popular em seus VTs, como demonstrado no Gráfico 6.

Gráfico 6 - Editorias cobertas pelo JA Edição Regional

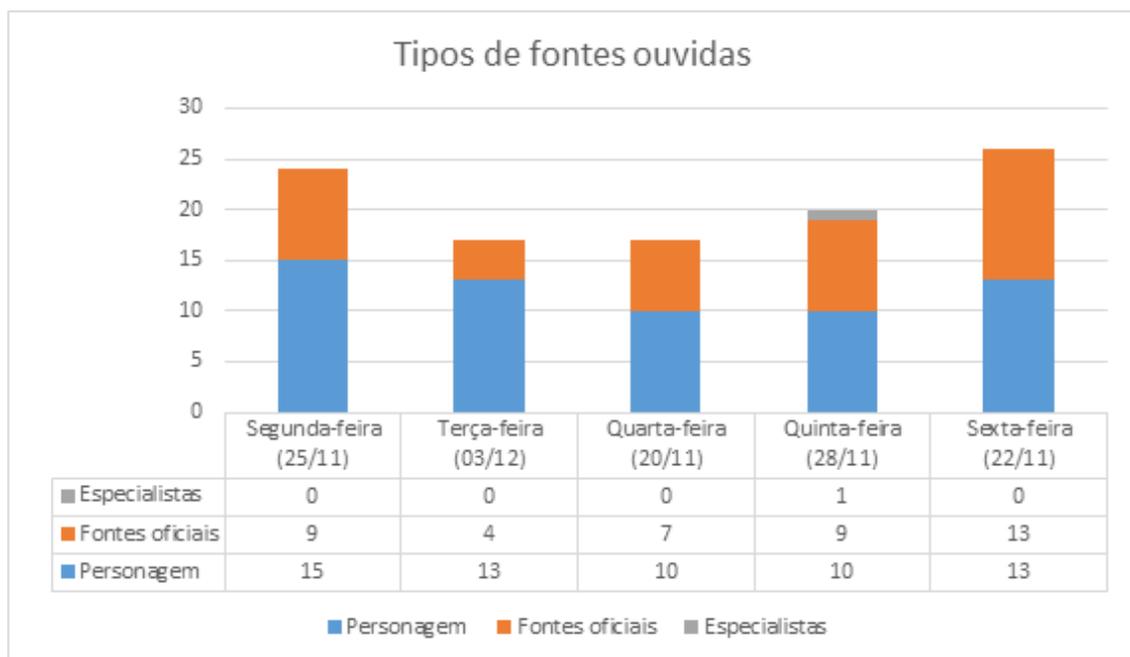


A classificação dessas matérias de acordo com a editoria é uma forma de organização e visualização do material veiculado no Jornal da Alterosa e permite perceber que, em alguma medida forte, a frequente presença de temas de outras cidades do estado busca consolidar o

aspecto de regionalismo da emissora. Além disso, os aspectos como Cidade e Segurança pública são fortes componentes do telejornal, numa aproximação do telejornal com as fontes locais. Assim, busca-se também uma sensação de proximidade da cidade com as demais cidades da região e do estado.

A explicação para essa sensação de proximidade pode ser vista também quando olhamos para os dados relativos aos tipos de fontes que o JA Edição Regional utiliza em suas matérias. A recorrência de fontes populares, no chamado Povo Fala, e das fontes oficiais coloca o jornalista e o jornal num espectro de atuação política e cidadã, a partir do que MATA (2013) identificou como o papel do arauto, aquele que briga e defende os direitos dos consumidores e cidadãos ligados ao telejornal. A evidente ausência de especialistas evidencia, por outro lado, uma tendência a não ler processos como tais, mas a levar fatos a conhecimento público e defender as vítimas (populares/personagens) ali vistos. Veja mais no Gráfico 7.

Gráfico 7 - tipos de fontes ouvidas no telejornal



Os especialistas presentes no conteúdo veiculado pelo Jornal da Alterosa, em geral estão envolvidos na situação relatada e, com frequência são secretários de Governo, advogados ou especialistas em outras áreas. Ao estarem envolvidos com o caso e serem fontes de dados específicos também, sua atuação ultrapassa o limite da explicação normalmente desempenhado pelos especialistas e o habilita a falar como fonte específica e oficial daquela situação.

Ao fazermos uma leitura transversal do Jornal da Alterosa Edição Regional de Juiz de Fora, percebemos, portanto, que há um predomínio forte do formato VT sobre os outros, havendo inclusive a inserção diária de materiais das outras sedes da TV Alterosa. Além de uma aproximação das notícias de Juiz de Fora com as de outras cidades do estado, um aspecto importante é a inserção de notícias, nem sempre VTs completos, sobre outras cidades da região, num reforço a uma identidade regionalista da TV Alterosa. As edições não possuem uma padrão muito estabelecido de volume de informações e, como já citado, as condições técnicas influenciam essa escolha de formato para as notícias. As notas, tanto as secas quanto as cobertas com imagens são um recurso bem menos utilizado pelo telejornal para trazer conteúdos.

Especialmente nos VTs, a quantidade de personagens é grande. Essas personagens superam, em muitos casos, as fontes oficiais, que poderiam responder pelos problemas por elas apresentados, vividos. A ausência total dos especialistas sobre os assuntos levantados pode demonstrar uma certa indiposição, como já dissemos, em apresentar os fatos dentro de processos que não sejam tangíveis no dia a dia do público, mas uma preferência por explicá-los enumerando os acontecimentos dentro do telejornal, fazendo remissões a situações parecidas já narradas pelo telejornal, especialmente quando se aborda temas de cidade e/ou segurança pública.

4.2.3 A ROTINA E O PRODUTO

O Jornal da Alterosa Edição Regional tem, como pudemos perceber, uma narrativa muito pautada no tripé editorial: Cidade, Segurança e Minas Gerais. Os profissionais da emissora apontam, que a linha editorial da afiliada do SBT está baseada em temas de comunidade, pautas de bairro, o que chamamos aqui de “cidade”; em notícias factuais, normalmente mais ligados a aspectos de segurança pública ou também de “cidade”; em comportamento e curiosidade, dado que se verifica pouco no caso da edição regional. A partir da análise destas edições que completaram a nossa semana composta, percebemos que dados de segurança e aspectos urbanos de outras cidades da região ou mesmo de outras regiões de Minas Gerais têm um grande destaque, em detrimento das matérias de comportamento.

Após a escalada do dia, o editor-apresentador do telejornal, Rodrigo Dias anuncia “Estas e outras notícias a partir de agora. Jornalismo regional é aqui, no Jornal da Alterosa”. Contidos nesta afirmação do apresentador podemos perceber dois aspectos iniciais: primeiramente a narrativa de aproximação não somente com a cidade de Juiz de Fora, mas

com as outras cidades da região, numa perspectiva de integrar a cidade à região e ao estado; um segundo dado perceptível é também um sentido excludente das outras emissoras no tocante ao que se caracteriza como jornalismo regional, estabelecendo que o lugar desta forma de jornalismo é na TV Alterosa.

Pensando a partir da lógica da Dramaturgia do telejornalismo, como idealizada por Coutinho (2013), temos alguns papéis propostos como essenciais ou fundamentais nas narrativas locais. Dentre eles, podemos destacar os mocinhos, vilões, herói, vítima, expert ou especialista, mediador, beneficiado, fiscal e ainda o de “musa” ou troféu em disputa. Além disso, pode-se apontar também algumas variações destes papéis tipo padrão, que seriam os de neomocinhos ou vilões regenerados/ arrependidos e heróis fracassados, em aparições restritas. Cabe-nos destacar aqui a importância de um papel que está identificado por Jhonatan Mata (2013) para além dos tipos de papéis já destacados e propostos por Coutinho anteriormente. Esta outra categoria, que teve peso importante na amostra de Mata (2013) voltou a aparecer de forma considerável no recorte deste trabalho: o arauto.

Segundo Mata (2013), os jornalistas colocam-se nesta posição, de proclamadores das novidades e as ofertam/negociam com seu público ao longo de cada matéria que “anunciam”. E, nesses casos, a função de jornalista como fiscal ou mediador de determinada sociedade cede espaço para seu papel enquanto mantenedor da tessitura da trama. Este dado fica reforçado constantemente à medida em que vimos a repórter Michele Pacheco comentando a estrutura de suas matérias enquanto “plano sequência”. Segundo ela, “Quando a TV Alterosa mudou o estilo tradicional [de VT] pro plano em sequência, foi lá [nos bairros] a minha escola, porque eu ia pra lá e fazia todas as comunitárias, de reclamação de bairro em plano sequência” (PACHECO, 2013). Tal dado fica mais evidente quando a jornalista complementa dizendo que este formato de matéria nos bairros “era uma grande lição, de resolver os problemas, mas resolver de uma maneira diferenciada”. Ela passa a ser – pelo menos se enxerga assim - como um indivíduo aceito e autorizado pela comunidade ou audiência para coordenar e realizar a anúncio, contar a história. A prática profissional dela é que determina, segundo esse pensamento, a função de arauto que ela tem, evidenciado finalmente quando Michele Pacheco diz que tem acesso a regiões da cidade que são dominadas pelo tráfico de drogas por conta de sua postura profissional diferenciada: “tudo é uma questão de postura de de como você lida com as pessoas, que vai determinar a forma como vão te retornar e esse retorno pra mim é mais importante” (PACHECO, 2013).

Ela se torna, assim, aquele que mais vê, ouve e fala no contexto da narrativa do telejornal. Para Mata (2013) é ainda o arauto que, na maioria das vezes, apresenta as funções dos outros personagens no desfecho da narrativa telejornalística: os motivos que levaram a vítima a se sentir como tal, o contexto responsável pela criação do vilão, a descrição do cenário onde se passa a trama, e, sobretudo, apresentar os beneficiados, heróis, mocinhos e troféus, em matérias de celebração. A narrativa em torno de matérias de cidade, segurança pública e Minas Gerais (regionais) reforça de maneira clara a necessidade do anúncio dessas fontes populares, dessas personagens, sempre apresentadas em função de sua posição de mocinhos ou vilões nas matérias dos telejornais da nossa semana composta.

Com o enfoque predominantemente voltado para matérias de segurança pública ou de cidade, as polícias militar e civil aparecem em condição de fonte oficial, detentora da versão explicativa do fato, que vai basear o enfoque das matérias. Fontes populares e personagens aparecem com frequência ainda maior e, normalmente, desempenhando papéis de vítimas, vilões ou testemunhas. Das 61 fontes caracterizadas como personagens dos VTs, 35 (57,4%) são colocadas na posição de vítimas de alguma situação, normalmente são populares antagonizados pelo Poder Público ou por ocorrências trágicas. Outras 14 personagens (23%) são testemunhas das ocorrências narradas pelos jornalistas e servem de ponto de apoio testemunhal à história que o jornalista-arauto está contando. Dessas fontes, ainda consideramos nove vilões (14,7%) e três são apresentados como heróis (4,9%).

Muitas vezes, as matérias de segurança pública têm um aspecto que é, ao mesmo tempo, tratamento ético e legal e com um limite muito tênue entre a informação e a exploração do sensacional em seus aspectos, sem que nos dediquemos, aqui, a discutir aspectos do chamado sensacionalismo. As matérias veiculadas no Jornal da Alterosa que tinham como tema infrações cometidas ou sofridas por menores de idade, por exemplo, têm as crianças e jovens com rostos cobertos ou, quando eles têm direito à voz, somente mostram frações do rosto para não possibilitar a identificação deles. Por outro lado, em matéria do repórter Evandro Medeiros no dia 22/11, a mãe de um dos jovens envolvidos em uma ocorrência policial fala na porta de casa e é identificada. Levando em conta que os ataques ao filho dela teriam ocorrido por rixas de gangues de bairros rivais, a identificação da mãe é um processo discutível, na medida em que mesmo o adolescente, dentro do VT diz ao repórter que irá se vingar.

Sobre essa organização das fontes e da forma de contar as histórias no Jornal da Alterosa, a repórter Juliana Zoet (2013) avalia que “A nossa obrigação é sempre colocar todos

os envolvidos e no caso da pessoa não querer falar, ela vai acabar saindo prejudicada, mas você precisa colocar que a pessoa tal não quis comentar o assunto, isso é uma escolha dela”. Quanto aos questionamentos acerca da organização dessas matérias e possíveis conflitos éticos, a repórter argumenta que há

a ética de todo mundo, na verdade. Não eu, como jornalista, quero que me falem a verdade, mas todo mundo tem direito a isso e isso vai muito da ética pessoal, de cada um. [...] É uma ética muito mais comum, sobre o respeito com as pessoas, sobre não mentir na matéria, sobre chamar todo mundo que vai se envolver com aquela história que nós vamos mostrar e dizer que isso vai ser feito. Mesmo fazendo uma matéria sobre um buraco na rua o importante é mostrar o ponto de vista do morador, que mandou aquela denúncia e confia em você pra resolver isso pra ele quanto o ponto de vista da Prefeitura, isso não depende da minha opinião. E isso é de grande importância sim, tem peso e só assim que as suas fontes e o seu público vão te respeitar (ZOET, 2013).

A ética jornalística é tratada, pelos jornalistas na TV Alterosa, como aspecto particular e sempre associada a uma qualidade, que o repórter deve ter, na medida em que representa a credibilidade profissional do jornalista, segundo Rodrigo Dias (2013). A cobertura muito caracterizada pelo circuito de segurança pública reforça a função de jornalista-arauto, por meio da qual o jornalista é aquele que comunica as novidades e também aquele que “costura” a realidade das realidades narradas, atuando como o dono da narrativa. As pautas de cidade, por outro lado, fazem o jornalista exercer claramente a função fiscalizadora em defesa das vítimas, fato evidenciado na cobertura do dia 25/11 na qual uma matéria de mais de três minutos aborda as regiões alagadas após as chuvas foram complementadas com material de arquivo da própria TV Alterosa, de meses antes.

Tal função é reforçada na cobertura do dia 03/12 (terça-feira) na qual primeira matéria do telejornal, com 1 minuto e meio de duração, tem como tema a morte de uma criança em um deslizamento de encosta na cidade. A mesma repórter, Michele Pacheco, entra com outra matéria sobre destruição em consequência da chuva em outros bairros da cidade, em mais 2 minutos e 15 segundos. Até este momento, em nenhuma das matérias havia qualquer voz de especialista ou fonte oficial, Defesa Civil, Secretaria de Atividades Urbanas ou de Assistência Social. Ainda assim, segue-se o jornal com uma entrevista coletiva dada pelo prefeito da cidade, na qual a prefeitura explica a tomada de decisões como um todo e a jornalista enumera problemas de regiões que o Jornal já havia mostrado, questionando o Prefeito acerca dos bairros que estavam nas matérias anteriores e outros mais.

4.3 MGTV SEGUNDA EDIÇÃO

A TV Globo Juiz de Fora foi inaugurada em 1980, com a venda da TV Industrial para o empresário Roberto Marinho. Com a posterior venda para a Globo Minas a emissora passa a retransmitir o sinal da Rede Globo e a programação local da Rede Globo Juiz de Fora é reduzida a alguns minutos diários nos telejornais sediados em Belo Horizonte. As pessoas já não se viam mais na “telinha”, já que mais de 90% da programação não era produzida na cidade. De 1980 a 1998, a dependência da matriz no Rio de Janeiro foi intensa e o “padrão globo” é seguido rigorosamente. (MATA, 2013)

Em 1998, numa tentativa de resgate do local para enfrentar a globalização e atrair novos mercados publicitários, a TV Globo Juiz de Fora passa a se chamar TV Panorama. O estímulo à nova regionalização faz com que o espaço reservado ao telejornalismo local aumentasse de 15 minutos para aproximadamente 50 minutos diários. Os telejornais MGTV 1ª e 2ª edição passam a ser apresentados também no estúdio de Juiz de Fora, em interação com apresentadores da TV Globo Minas. (MATA, 2013)

Estratégias comerciais fazem com que a Globo, em 2003, venda suas emissoras do interior. A TV Panorama é pioneira nesse processo, sendo vendida para o empresário Omar Resende Peres. Ex-secretário de Minas e Energia do estado de Minas Gerais (no governo Itamar Franco) ele torna a emissora o primeiro veículo do grupo de mídia que iria constituir, a OP.COM. Além da afiliada da Rede Globo o grupo passou a contar com uma emissora de rádio (por meio de arrendamento de uma estação local), com portal na internet, uma empresa de eventos e um jornal que surge standard, passa a tablóide, depois a berlinder. Sua última plataforma era somente para acesso na web, mas o jornal acaba extinto no ano de 2011.

Em 2007 a Rede Integração de Uberlândia, de propriedade do empresário Tubal de Siqueira Silva, adquire 50% das ações da TV Panorama, controlando, assim, quatro das oito retransmissoras Globo de Minas Gerais e se tornando a maior empresa de comunicação do interior mineiro. Em fevereiro de 2013 a Rede Integração anuncia a compra dos 50% restantes da TV Panorama, passando a se chamar, de vez, TV Integração Juiz de Fora a partir de março de 2013.

4.3.1 HARD NEWS, O FACTUAL DO MGTV SEGUNDA EDIÇÃO

Tal como no exemplo analisado anteriormente e também para feito comparativo mais eficiente, alguns questionamentos acerca da rotina de produção, estrutura física e de equipe, além de tempo disponível para o telejornal entrar no ar integram nossas considerações de forma inicial. A estrutura ofertada pela emissora, além da linha editorial e o tempo de conteúdo do telejornal fazem parte, portanto, de todo o processo de leitura profissional acerca não somente da ética, mas de sua experimentação num contexto social de oferta de mensagens jornalísticas, no âmbito local.

Segundo o produtor Pedro Ivo Nunes Andrade (2013), a TV Integração possui “na produção sete pessoas, sete produtores e seis estagiários, que seguem fazendo a ronda e ajudando a gente”. Esta equipe conta ainda, segundo a nossa semana composta de análise, com oito repórteres regulares, que constituem sete equipes, além da apresentadora do MGTV Segunda edição, Larissa Zimmermann, trabalhando diariamente, também segundo Pedro Ivo (2013). Com isso, a rotina de produção do telejornal fica organizada de modo que cada repórter (equipe) tenha, em média, “duas pautas pra serem cumpridas por dia, num dia normal, que não seja atípico, são duas pautas mais um vivo ou mais um stand up ou alguma coisa mais levinha pra gente cumprir num dia”, segundo a repórter Letícia Duarte (2013). Nos dias em que as pautas exigem viagens para cidades da região, a viagem conta como tempo a serviço e, por isso, o repórter tem somente este trabalho a cumprir no dia, ainda segundo Duarte(2013).

Excetuando-se pautas de tipo factual, que exigem agilidade de apuração e um acompanhamento mas próximo do repórter, essas pautas (matérias) a serem cobertas em um dia normalmente são pensadas no dia anterior. Segundo Pedro Ivo (2013) “hoje a gente sempre pauta pra amanhã”, tendo em vista datas de celebrações, ou divulgação de relatórios e acontecimentos marcados. Segundo o produtor, a quantidade de equipes é grande e somente se administram possíveis “buracos” deixados na programação do dia do telejornal por problemas com algumas das temáticas agendadas anteriormente.

Ainda que se programe com antecedência para a produção dos VTs, segundo o produtor Pedro Ivo (2013) o telejornal é pautado por temas mais factuais, “porque o perfil do MG Dois é *hard news*. É economia, política e factual, algum comportamento e outro, mas tem que vir com dados, esse tipo de coisa.[...]o Dois é um jornal de quinze minutos, então é a notícia ali, crua, o lide e aquilo ali que a pessoa quer”. Como parâmetro de comparação com o

outro jornal da emissora, que vai ao ar no início da tarde e dispõe de três vezes mais tempo, o repórter Luciano Teixeira (2013) diz que “talvez tenha alguma diferenciação, sim, por causa do tempo”. Essa diferença de tempo constrói o que os jornalistas vêem como possibilidade para cada horário de exibição da emissora, evidenciado no fato da repórter Letícia Duarte (2013) destacar uma “postura mais rígida” neste telejornal, que tem cerca de 15 minutos diários disponíveis para entrar na programação da Rede Globo.

Com este tipo de leitura, aliado ao tempo disponível para a veiculação do telejornal, muitas vezes os dados parecem não ter desdobramentos, no MGTV Segunda Edição. Segundo o repórter Luciano Teixeira (2013) porque “nem sempre temos tempo de ficar dando uma suíte do que aconteceu no dia anterior”. O espaço mais adequado pra fazer este tipo de tratamento, na visão do produtor Pedro Ivo (2013), é a primeira edição do telejornal, “pelo tempo e por ter mais quadros temáticos”, que permitiriam explorar melhor desdobramentos dos assuntos em questão. Tal posicionamento parece ser consenso na redação, visto que todos os entrevistados apontaram diferenças claras entre os telejornais tendo como base o tempo de exibição do produto, e possibilidade de execução de reportagens mais longas, e o caráter menos evidentemente factual deste programa.

Tendo em vista estas condições de produção às quais os profissionais estão submetidos, olhamos mais atentamente para quais são as principais regras que eles apontam da rotina da profissão. O repórter Luciano Teixeira (2013) argumenta que “a regra principal é você saber escutar o que o outro tem a dizer pra você”, numa perspectiva novamente ligada à daquele jornalista-arauto evidenciada por Jhonatan Mata (2013), segundo a qual ele é o personagem que ouve uma história merecedora de destaque e a leva a conhecimento público, atua como aquele que a anuncia. Ainda segundo Mata (2013) este jornalista é responsável por ouvir essas pessoas, mas ainda detém o poder de contar essas histórias ou apresentar soluções amparadas em especialistas. Neste mesmo sentido, o Teixeira(2013) argumenta que esta regra é básica porque “é importante você escutar outra a pessoa, entender o que ela está dizendo, entender o contexto do que ela está dizendo e contextualizar o que ela está dizendo e, em cima disso você contar uma história do que ela está te dizendo”.

O produtor Pedro Ivo (2013) alega que “checar a informação é o mais importante, porque informação chega o tempo todo e a gente tem que fazer esse trabalho de buscar confirmar, porque por mais que as pessoas não queiram se identificar”. Além disso, o produtor também argumenta que “[...]escutar os lados, nesse sentido é importante, além de escutar a fonte primária. São coisas que, pra mim, são as melhores regras” confirmando que

procedimentos metodológicos clássicos de checagem de informação e a busca de uma leitura completa, por meio dos lados envolvidos na situação, são as mais básicas das regras. Sobre a necessidade de se ouvir os diferentes agentes de uma notícia, o produtor alega também que esta obrigação não somente compete ao jornalista, mas também é prática comum no Direito ou em qualquer instância de solução de conflitos. O jornalista (o jornalismo) aparece, portanto, na visão do produtor, como uma instância mediadora e solucionadora (na medida do possível) de conflitos que lhes são colocados, superando de alguma forma a lógica de somente contar histórias para então mediá-las e solucioná-las.

Já a repórter Letícia Duarte aponta que “a primeira regra é bom senso”, dando um sentido mais particular, segundo a qual o bom senso seria o respeito para com as pessoas envolvidas na matéria e a adequação disso à política editorial do telejornal, na questão da postura do repórter em cada horário de exibição do telejornal. Além do bom senso, as outras regras lembradas pela repórter se colocavam em perspectiva do trato com a fonte, também de checagem das informações obtidas previamente e construção de um bom material jornalístico. Segundo Duarte (2013) “tem algumas coisas que ninguém chegou pra te ensinar, mas que a gente precisa fazer, de chegar e conversar com a pessoa [...]. E o primeiro passo é conversar com a fonte pra ver o que ela vai te falar pra você ver o que ela vai te dar pra reportagem”. Segundo ela, a maior parte das regras e das condições de atuação na rotina de produção ficam submetidas à experiência própria, à lógica do bom senso e da não agressão às pessoas, ou da experiências dos colegas de profissão, que podem aconselhar. Ela lembra ainda que há uma hierarquia a tomada de decisões da empresa, o que pode “limitar” o trabalho do jornalista, mas destaca que há momentos em que a apuração exige uma agilidade que deve ser um “risco assumido” pelo jornalista.

Ao ser questionada sobre esses riscos éticos, Letícia Duarte (2013) considera que “o que está em jogo é o seu nome e o nome da empresa para a qual você está trabalhando então, ética e bom senso são as palavras-chave quando se fala de rotinas em reportagens”. Acerca destes questionamentos diários e limitações possíveis ao trabalho jornalístico, o repórter Luciano Teixeira (2013) explica que “já aconteceu várias vezes e às vezes com entrevistados, com pessoas de fora, que tentaram impedir a entrada de uma matéria, com ameaças[...] Mas a gente está num emaranhado, numa teia social que a gente acaba lidando com isso de uma maneira natural porque pra mim, ética é fundamental”.

A ética se evidencia, neste momento, como o comportamento por meio do qual o jornalista reafirma seu compromisso com a liberdade das suas coberturas, sem olhar para as

limitações que também poderiam ser listadas como comprometimentos éticos. Luciano Teixeira (2013) aponta que “existe todo um códigos e regras do jornalismo. Se você vai fazer uma matéria de televisão, você é regrado por isso. Mas quando você tem limitações, você acaba limitando e fugindo do que é o jornalismo e do que é o jornalismo de qualidade principalmente”, não destacando limitações como, por exemplo, o risco de exposição de uma fonte ou a exploração de uma investigação em curso. Limitações surgem, no discurso do jornalista, como censura prévia.

Ainda analisando o peso da ética profissional na rotina de produção dos jornalistas, o produtor Pedro Ivo (2013) considera que

a ética é o tempo todo ter que respeitar as pessoas. Mas eu acho que é um pouco daquela questão moral também de ter que respeitar o tempo todo as pessoas, coisas que já valem o tempo todo pra fora do jornalismo, mas que podem ser moldadas também de alguma forma pra nossa rotina de produção também. Mas mesmo nessas regras tem coisas que a gente segue por que faz parte da nossa rotina e não porque está lá na cartilha, no Artigo 5º, mas porque é uma coisa que normalmente já é feita. (IVO, 2013)

Há, portanto, uma reafirmação da ética jornalística a partir da ética do cidadão, sem ressaltar os procedimentos metodológicos por ele mesmo evidenciados anteriormente e, por fim, uma reafirmação da rotina de produção enquanto cristalizadora de comportamentos e padrões de ação, na medida em que ele argumenta que, frente a conflitos de fundo ético, o procedimento mais prático é o de perguntar a “alguém que é mais antigo na redação e com certeza vai ter alguém que já vai saber ter me respondido com alguma referência pra você, algum editor ou um repórter que esteja aqui há muito tempo” (IVO, 2013).

Por meio de uma leitura semelhante e que também leva em consideração questões acerca da formação pessoal do jornalista, além da experiência na profissão, Letícia Duarte (2013) argumenta que “o que pesa mais, mesmo, é uma questão de bagagem pessoal, de caráter mesmo. Se você já passou por aquilo, vai saber lidar com aquela situação ainda que você não precise ler um código de ética pra saber como reagir àquela situação”. Aliando questões de formação pessoal e profissional, numa leitura que aproxima moral e ética e a observa como adjetivo, característica pessoal do jornalista, a repórter considera que “você junta a parte teórica, mas também coloca a prática em questão pra saber o que é uma conduta moral, uma conduta ética” (DUARTE, 2013). A ética é, também segundo a repórter, um meio importante de garantir a qualidade do produto telejornalístico, na medida em que “sem ética

nada disso[um produto de qualidade] acontece, porque você não tem respaldo, não tem audiência e não tem nada” (DUARTE, 2013). Respaldo surge, aqui novamente, como uma característica ligada à credibilidade jornalística. Uma emissora ou um programa respaldados pelo público têm credibilidade junto a seus telespectadores.

Nos deparamos, então, com uma característica levantada por Meyer (1988) em sua pesquisa junto aos jornalistas norte-americanos, que é a necessidade que as matérias aparentem ser éticas. Esta afirmação encontra base nas respostas que afirmam a necessidade de manutenção na relação de confiabilidade daquilo que é noticiado e, mais especificamente, em afirmações como essas, que levam o respaldo ao conteúdo jornalístico como característica considerável. Leticia Duarte (2013) afirma que “demonstrar isso é importante porque a gente trabalha com imagens, então, às vezes, mostrar essas coisas é a comprovação de que isso está sendo feito. Então a gente na TV tem essa possibilidade e tem que usar isso a nosso favor”.

O repórter Luciano Teixeira, no entanto, reafirma a ética enquanto disposição de caráter e não como característica da classe profissional, argumentando que “Parecer ético nem sempre é ser ético. Parecer ético pode ser um teatro e ser ético é uma questão do seu valor, seu valor interno, que trouxe ao longo da vida, da sua família. Ética é uma coisa que é um valor básico e inicial” (TEIXEIRA, 2013). Já o produtor Pedro Ivo (2013) acredita que não é necessário explicitar os processos de produção com finalidade de demonstrar a ética presente na notícia, pois para ele é “difícil que haja uma coisa que você respeitou e que não esteja no produto final”, afirmando que uma infração a normas éticas ficaria evidente no conteúdo jornalístico, dado que as regras da atuação no meio jornalístico são em parte regras gerais e, em parte, resultado da formação específica na graduação do profissional. O repórter Luciano Teixeira (2013) afirma, ainda, que “é complicado normatizar ainda mais algo tão variável, como a notícia, a ocasião, de qual foi o fato”, apesar de considerar que os códigos de ética norteiam a prática profissional. O produtor Pedro Ivo (2013) considera que, principalmente os princípios editoriais das Organizações Globo, interferem diretamente no dia a dia da produção do telejornalismo da TV Integração. Segundo ele, “às vezes considerar como tratar um determinado assunto, pode estar ligado ao princípio editorial da Rede Globo e não tem como fugir, porque aqui é uma empresa afiliada a ela”, lembrando de casos em que a recomendação na cobertura de matérias de segurança pública é a de proteger nomes e rostos de suspeitos pra a proteção da vítima e garantia dos direitos das pessoas.

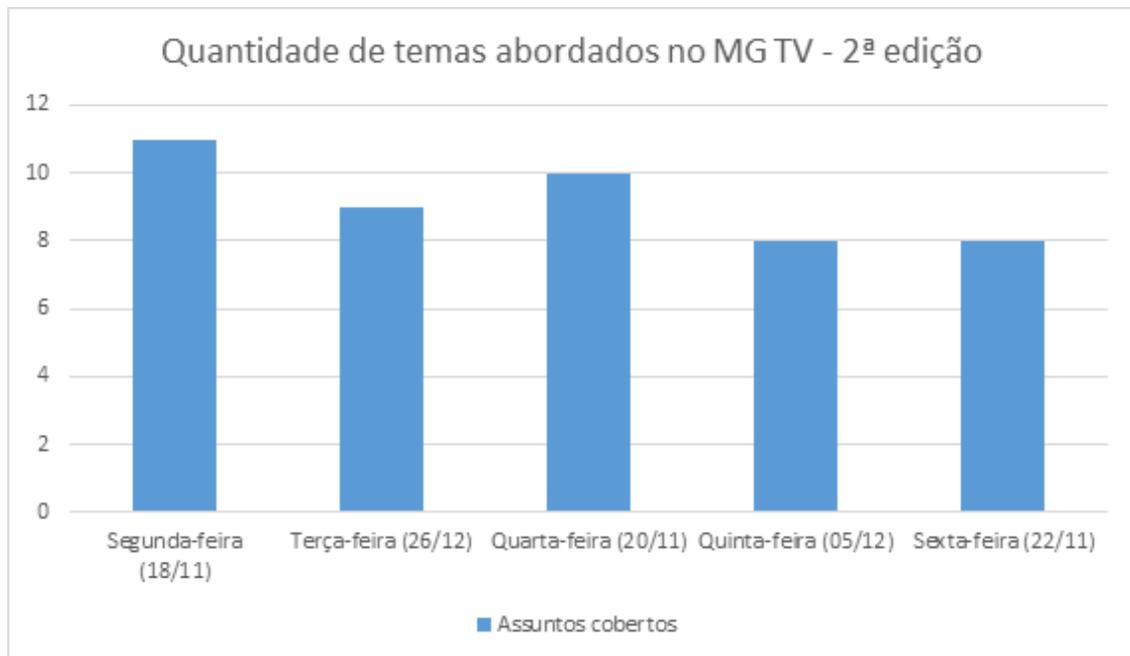
4.3.2 O MGTV SEGUNDA EDIÇÃO COMEÇA AGORA

Após assistir também algumas edições do MGTV Segunda Edição com o objetivo de conhecer o telejornal em termos de estrutura, formatação e escolha editorial, no começo do mês de novembro, voltamos nossas análises para este programa no período que compreende três semanas entre os meses de novembro e dezembro de 2013, sendo que pelo menos duas dessas datas coincidiriam com as leituras do Jornal da Alterosa, de modo que pudéssemos também fazer uma avaliação direta que nos permitisse comparar os dois telejornais. Novamente, afim de criar nossa semana composta, na qual temas contínuos e/ou especiais não alterassem a leitura de uma semana corrida, mesclamos os dias, de modo a tomarmos dias o mais aleatoriamente possível, dentro do recorte temporal definido.

O telejornal veiculado na TV Integração tem um espaço de, ao todo, cerca de 15 minutos diários, incluindo os intervalos comerciais que dividem os 2 blocos de conteúdo. Para compreender melhor o conteúdo ali veiculado e para ter uma leitura completa do telejornal, realizamos um grande levantamento dos dados de cada edição do telejornal, levando em conta a duração aproximada, excluindo-se o tempo de intervalos comerciais; a quantidade de assuntos abordados e essa quantidade por jornalista; os formatos por eles utilizados e, finalmente, quais são os tipos de fontes que os jornalistas mobilizam para suas matérias.

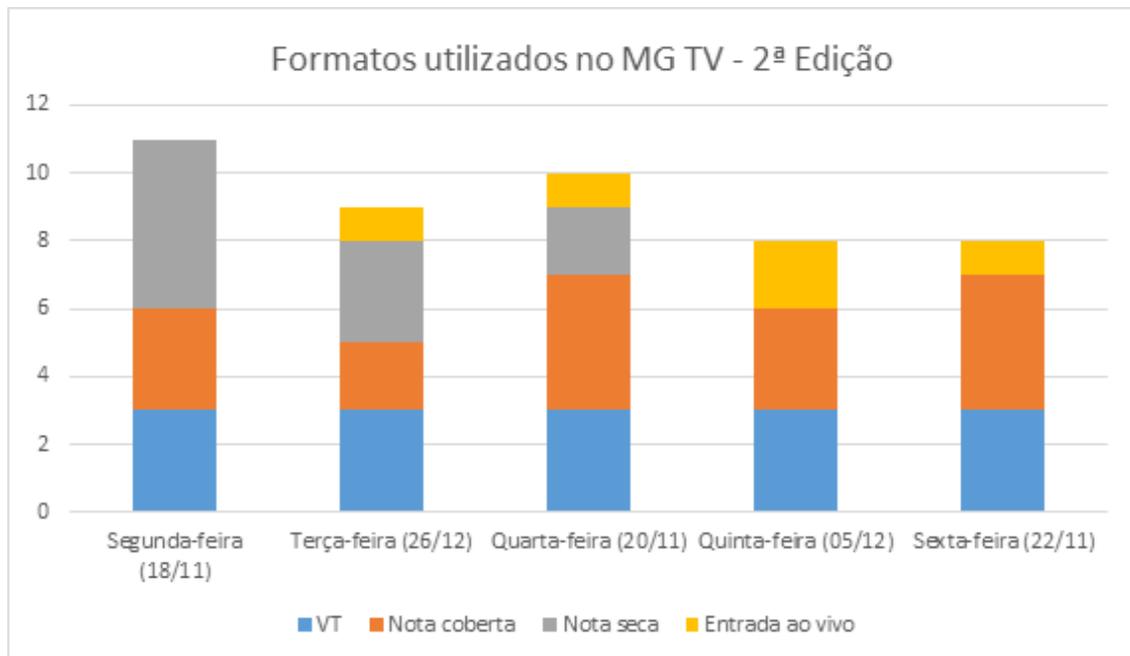
Este procedimento foi feito porque é importante compreendermos quanto tempo, em média, o telejornal fica no ar e conseqüentemente qual o volume de conteúdo produzido pelos jornalistas a cada dia. Além disso, os formatos por eles utilizados levam em conta as condições de produção da emissora. As escolhas das fontes em cada uma das matérias se relaciona com os laços que o telejornal cria com seu telespectador e, portanto, aciona discursos com relação a proximidade do programa, seus deveres e possibilidades junto ao público. No tocante à quantidade de assuntos abordados nos telejornais, temos alguns dados.

Gráfico 8 - Quantidade de temas abordados no MGTV - Segunda Edição



A partir dos dados obtidos, tendo em vista todo o material produzido pelo telejornal, observamos uma quantidade relativamente constante de conteúdo no MGTV - Segunda Edição. Com uma variação entre 8 e 11 retrancas por dia na semana composta analisada, a média diária é de 9,2 assuntos por dia. Nesta contagem ficam incluídos todos os formatos possíveis de serem explorados pelo telejornal, desde a previsão do tempo até as entradas ao vivo. Essa leitura a partir dos formatos escolhidos para o telejornal impactam diretamente a “paginação” do programa, a maneira por meio da qual ele vai construir sua relação dramática com seu público. Esta leitura é melhor observável quando consideramos estritamente os formatos escolhidos para a veiculação das notícias, como no gráfico a seguir:

Gráfico 9 - Formatos de notícias usados no MGTV - Segunda Edição



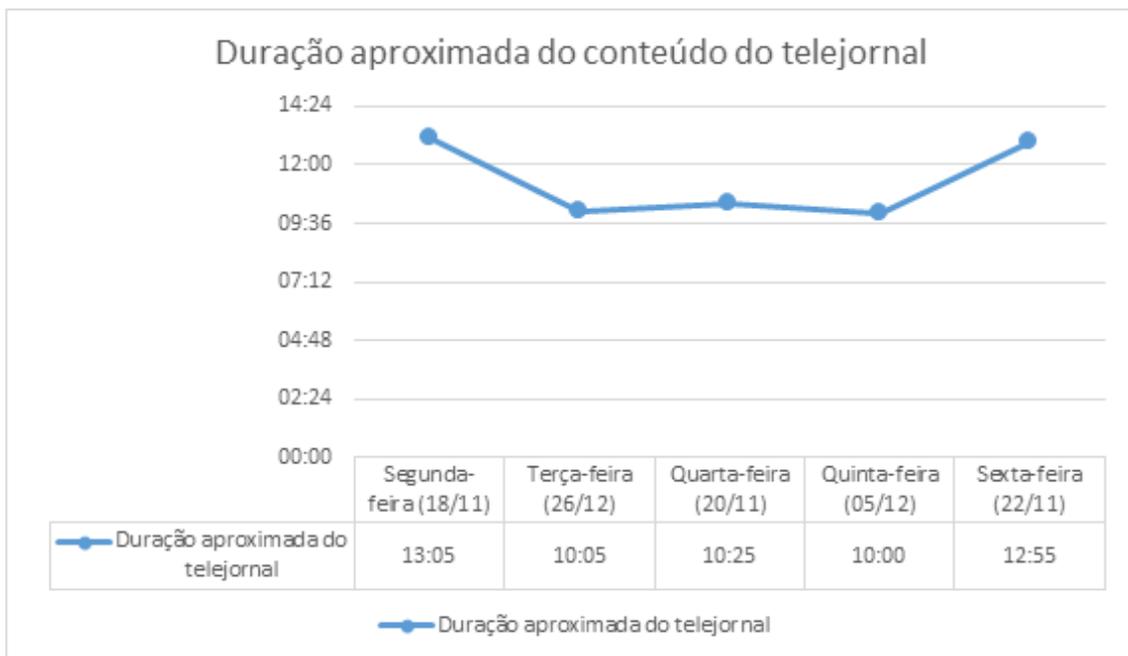
A leitura mais fluente do telejornal já nos possibilitou a observação de um padrão no MGTV: todos os dias são veiculados 3 VTs e há uma entrada em nota coberta chamada de “Giro Minas”, na qual a apresentadora do telejornal lê notícias de outras partes do Estado, que estejam de fora da região coberta pela TV Integração de Juiz de Fora. Dado isso, podemos dizer que não há motivo para analisar a origem da produção dos VTs ou mesmo do conteúdo total veiculado pelo MGTV Segunda Edição, visto que todo este conteúdo é proveniente da própria emissora da cidade e o espaço para conteúdo externo à cidade e à região se conforma a este momento. Normalmente este Giro Minas tem duração de 1 minuto a 1 minuto e meio, trazendo duas ou três notícias de Segurança pública, tendo como as Polícias (militar e civil) como fontes únicas.

A observação transversal destes dados nos mostra que há uma média de 3 VTs, 3,2 notas cobertas, 2 notas secas e 1 entrada ao vivo (seja ela Stand Up ou entrevista ao vivo) por dia. Excetuando-se os casos de VTs, essas quantidades não são fixas, sendo mais eficiente observarmos a proporção que estes materiais ocupam no todo semanal do telejornal. Os VTs e as notas cobertas são responsáveis pela maior parte do telejornal, integrando 32,6% e 34,8% do conteúdo do MGTV Segunda edição, respectivamente. Só nesses dois formatos temos, segundo os dados observados, aproximadamente dois terços do programa. Notas secas e entradas ao vivo têm correspondência de 21,7 e 10,9% respectivamente, no corpo do telejornal.

Partindo da observação e também das entrevistas que fizemos, podemos apontar que uma entrada ao vivo costuma acontecer durante o telejornal. No caso da nossa semana composta a segunda-feira é o único dia em que isso não aconteceu, tendo sido dedicado um espaço muito maior do que o

habitual para as notas secas. A média de uma entrada ao vivo por dia se mantém, ainda assim, por que na quinta-feira da nossa semana composta aconteceram duas inserções deste tipo, ainda que de formas diferentes. A repórter Camila Saenz fez seu Stand Up sem entrevistado nenhum, trazendo somente dados da Defesa Civil e informações da Prefeitura de Juiz de Fora acerca do pagamento do 13º salário aos funcionários públicos, ao passo que a repórter Laylla Hallack teve inserção sobre o aniversário de São João del Rey, com entrevistado ao vivo e encerrando o programa no dia. A temática dessas entradas ao vivo pode variar muito entre um programa e outro, porém normalmente traz-se algum entrevistado e o mais frequente é que a abordagem seja pela editoria de Cultura/Comportamento. Também a duração dessas participações pode ser diversificada, a depender do restante do conteúdo. O tempo total de exibição de conteúdo do telejornal é o próximo aspecto a ser evidenciado, no gráfico a seguir.

Gráfico 10 - duração aproximada do conteúdo do telejornal

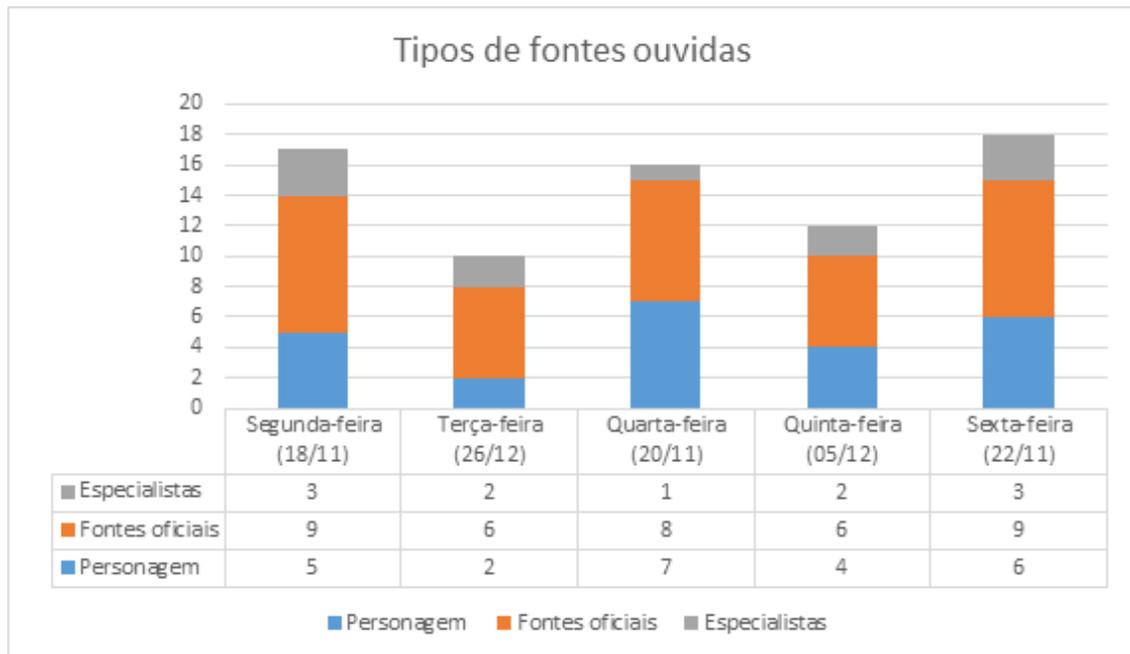


Excetuando-se inserções dos intervalos comerciais que acontecem antes e depois do tempo destinado ao telejornal e também aquele tempo que divide o primeiro do segundo bloco do programa, temos uma variação de duração do jornal entre 10 minutos e 13 minutos e 05 segundos. A média de duração do MTV Segunda edição na semana composta analisada foi de 11 minutos e 18 segundos, muito próximo àquela média que os profissionais da emissora apontaram como sendo a média de tempo possível de entrada no ar, que varia entre 12 e 15 minutos diariamente.

Além dos apontamentos já feitos acerca da produção do MGTV Segunda Edição, é importante observarmos, aqui também, quais são os tipos de fonte e as editorias às quais o

telejornal mais frequentemente recorre na hora de estabelecer o seu diálogo com o público. Com relação às fontes, fica evidente uma espécie de oficialismo em seu conteúdo, como demonstrado no Gráfico 11.

Gráfico 11 - Tipos de fontes ouvidas no MGTV Segunda Edição



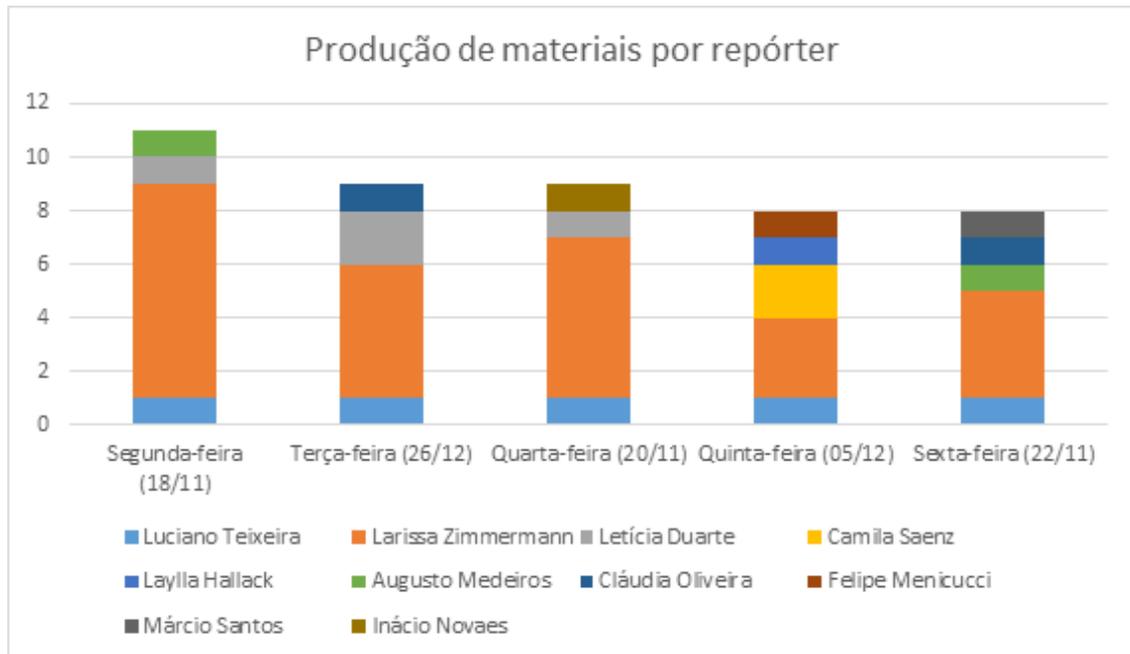
Aqui, os termos de análise ultrapassam a lógica de pensamento em VTs, tal como no Jornal da Alterosa, devido ao alto uso de notas cobertas e também a possibilidades técnicas que fazem com que este telejornal use menos VTs e diversifique mais seus modos de produção. Portanto, o que podemos observar ao olhar mais proximamente para este programa, foi uma presença muito grande de fontes oficiais, especialmente em notas, quando somente as Polícias ou órgãos oficiais eram as fontes observadas. as personagens ou fontes populares entram em contagem menor devido ao uso menor dos VTs. No caso dos VTs as narrativas nesse formato costumam trazer consigo, também, outra figura que anteriormente não estava tão presente, os especialistas ou experts.

Com uma divisão um tanto mais fluída, podemos observar que geralmente se repete a fórmula de mobilizar populares e personagens quando eles são vítimas de algum fato ou processo. Os experts, que não surgem em número igual, são chamados a voz, normalmente, para agir em processos de explicação dos fatos ocorridos com as vítimas e as fontes oficiais, que neste caso nem sempre são vistas como vilões, são responsáveis por dar respostas e cumprimentos às demandas apontadas. A relação mocinho-vilão ou vítima-vilão fica mais fluída, neste telejornal, na medida em que muitos dos dados oficiais apresentam, por exemplo, a polícia em função fiscalizadora ou executora de direitos dos cidadãos, mas não se apresentam os vilões (apreendidos pelos heróicos policiais) como fontes da notícia, o vilão acaba com seu direito de fala interdito no telejornal.

A compreensão da produção do telejornal como um todo passa também pelo entendimento da produção de cada repórter. Cada jornalista trabalha em esquema de alternância de turnos, fazendo em média dois VTs e um StandUp por dia, segundo Letícia Duarte(2013). Sabendo disso, procuramos olhar a frequência com a qual cada repórter tem inserções no MGTV Segunda edição, dado que pode

influir diretamente na paginação do telejornal, já que também segundo Duarte “o texto do repórter, a postura, o que ele traz de bagagem de vida interfere no texto, até na voz e na postura, porque o repórter aparece na hora da passagem, ele interfere em tudo”. Observamos, então, a frequência de cada repórter no telejornal analisado.

Gráfico 12 - inserção de cada repórter no MGTV Segunda Edição



Dados importantes inferidos do gráfico acima são dois apontamentos iniciais com relação à presença grande de material da âncora Larissa Zimmerman. Responsável pelas notas (secas e cobertas) do telejornal, sua presença considerável nestes dados demonstra o quanto o telejornal pode girar em torno deste tipo de material e, portanto, figurar com forte apelo oficial, na medida em que as notas não trazem uma multiplicidade grande de vozes ou permite-se explorar a fundo um fato ou processo social. Outro dado interessante de ser observado é a presença constante do repórter Luciano Teixeira, único a ter material veiculado todos os dias no telejornal, ainda que a seleção de dias tenha ocorrido de forma randômica. Os demais repórteres entram pontualmente entre uma e três vezes no decorrer da semana composta, evidenciando um potencial intercâmbio dos repórteres entre os telejornais.

Além disso, quando olhamos para este quadro, podemos confirmar o já anteriormente afirmado, com relação à origem da produção do material veiculado no telejornal. Com o quadro de conteúdo todo composto por produção de repórteres locais e a produção da região ou do estado sendo repassada por meio de notas (especialmente notas cobertas no Giro Minas), o telejornal potencializa uma narrativa local, ainda que boa parte desses dados “de fora” da cidade ou mesmo da região sejam repassados sem uma apropriação local, sem uma contextualização que permita uma regionalização dos acontecimentos. Para compreendermos melhor esta função local que o telejornal aparenta ter, olhamos também para as principais editorias cobertas pelo MGTV Segunda Edição.

Gráfico 13 - Editorias presentes no MGTV Segunda edição



A distribuição da produção do MGTV Segunda edição segundo editorias é importante para que consigamos conferir se o aspecto de noticiabilidade mais ligado à urgência, ao chamado *hard news* se confirma, além de permitir uma observação mais próxima acerca dos temas abordados e, com isso, inferir em que medida a lógica de proximidade com o público local se estabelece também nas escolhas de matérias.

Ao todo, são 46 temas abordados na nossa semana composta, sendo que a editoria mais frequentemente observável é a de cidade, com 13 ocorrências, média superior a dois conteúdos por dia, totalizando 28,3% do todo telejornalístico do MGTV. Em segundo lugar, com 8 ocorrências, fica a editoria Minas Gerais (aproximadamente 17,4% do montante), garantida diariamente com o Giro Minas e outras notícias policiais, normalmente em notas secas, de outras cidades da região. São raros os VTs de cidades da região que sejam veiculados fora de temas culturais ou comemorativos, neste caso temos o exemplo da matéria do repórter Augusto Medeiros sobre o dia nacional do Barroco ou a entrevista ao vivo da repórter Laylla Hallack, em São João del Rey, sobre o aniversário da cidade.

Em terceiro lugar, com seis ocorrências na semana composta, há temas de Economia, numa média pouco superior a uma aparição por dia, chegando a uma média de 13,2% do total. Além destas, Serviços (aparecendo 5 vezes, com 10,8%); Segurança pública e Comportamento/Cultura (4 vezes cada uma, aproximadamente 8,7% para cada editoria) são temas frequentemente abordados na nossa semana composta. Os temas Educação (3 vezes), Saúde (1 vez) e Esporte (1 vez) foram menos frequentes no telejornal, provavelmente por prescindirem de uma temática factual mais evidente que garantisse sua veiculação, caso da editoria de Educação, que compareceu por ocasião da divulgação do

ranking das escolas por parte do MEC, ou pela semana de celebração do dia da consciência negra, tendo foco voltado para o sistema de cotas na UFJF, por exemplo.

Um VT publicado na Sexta-feira da semana composta analisada tinha função de apresentar os destaques do MG Rural, programa que vai ao ar nos sábados de manhã na TV Integração, sendo mais uma estratégia de aproximação com o público da região, formada por muitos municípios pequenos e, com atividade rural forte. Este VT não tinha finalidade informativa clara neste telejornal, sendo caracterizado como “institucional” para efeitos de análise.

4.3.3 CRUZANDO (E CONTANDO) HISTÓRIAS

O MGTV Segunda Edição, como pudemos perceber, possui uma narrativa muito pautada na regionalidade, com uma produção predominantemente local que privilegia aspectos de cobertura da Cidade na editoria Minas Gerais. Os profissionais da emissora não necessariamente apontam uma linha editorial fortemente guiada pela emissora, a vivência do que é noticiável por uma emissora afiliada da Rede Globo é uma característica quase tão internalizada quanto o comportamento ético. Segundo o produtor Pedro Ivo:

se você está trabalhando numa empresa vinculada à Globo, você tem algumas regras que valem praquela firma e se tiver alguma dúvida, vai ser tratada daquela forma, porque está dito que a empresa trabalha daquele jeito. Tem uma noção disso sim, da escolha de alguma coisa, de não abordar alguma coisa daquela forma... (ALMEIDA, Pedro Ivo Nunes. 2013)

Ainda em termos de linha editorial e comportamento apreendido por meio da observação atenta dos produtos de jornalismo veiculados pela empresa, Pedro Ivo (2013) afirma que “quando você olha pra uma linha editorial, você não pensa nela todos os dias, porque quando você assiste ao jornal você já sabe [...]”. A diferenciação de material para os dois telejornais da emissora se dá, então, pautada pelo tempo de exibição e pelo horário que cada um dos dois ocupa na grade horária na rede, sendo este o principal fator que embasa a linha editorial do próprio telejornal: baseado em factuais e notícias rápidas, sem muitos desdobramentos, pela falta de tempo para explorá-los.

A partir da análise destas edições que completaram a nossa semana composta, percebemos que aspectos urbanos de outras cidades da região ou mesmo de outras regiões de Minas Gerais não têm um grande destaque, diferente do acontecido com a TV Alterosa. Em compensação, com o jornal menos pautado em segurança pública, há um espaço para uma

variação temática no que concerne às editoriais cobertas pelos repórteres. A consequência mais imediata da redução do circuito de segurança pública, reduzindo-o a alguns espaços de VTs e notas é a necessidade de uma observação mais atenta deste telejornal que, portanto, traz mais vozes oficiais do que de vítimas de casos de insegurança pública, por exemplo, e que normalmente interdita o direito de fala daqueles que não são as fontes oficiais. Tanto vítimas quando vilões ficam sujeitos às narrativas construídas pelas polícias que, quando não são responsáveis por deter os maus personagens das ocorrências, são no mínimo detentores da versão oficial da ocorrência.

No entanto, a baixa ocorrência de matérias de segurança pública não é característica que afasta o telejornal de uma relação com seu público, na medida em que isso é compensado com matérias de cidade. Essas matérias com frequência perpassam a seara da Segurança pública como integrante do todo social ali reportado, mas a esfera da segurança pública em si é abordada de maneira mais “leve”. O papel fiscalizador do jornalista, no entanto, não é algo menos destacável e fica evidenciado nas matérias de Economia, por exemplo, quando mostram variações de preços de alguns itens básicos de consumo ou trabalham na perspectiva de orientação para um consumo consciente por parte de seu telespectador/consumidor.

Além do fiscalizador e orientador do público, outro papel fundamentalmente desempenhado pelos jornalistas, que ficou perceptível não somente nas entrevistas, mas também na análise dos telejornais, é o de jornalista-arauto, identificado por Mata (2013). Especialmente na entrevista e nas matérias do repórter Luciano Teixeira isso fica evidente, ele passa a ser – ou pelo menos se enxerga assim - como um indivíduo aceito e autorizado pela audiência para coordenar e realizar a anunciação, contar a história. A prática profissional dele é que determina, segundo esse pensamento, a função de arauto na hora de “ouvir as pessoas” e “contextualizar aquilo que as pessoas estão te contando”. O jornalista é, então, aquele que tem a oportunidade de narrar a história, é ele o detentor da versão oficial dos fatos.

5. CONCLUSÃO

Concluir um percurso de estudos não é chegar a respostas ou fórmulas a respeito do conteúdo veiculado nos telejornais que analisamos. Menos ainda encontrar caminhos claros e óbvios por meio dos quais os profissionais trilham suas rotinas e pautam suas ações. Os conceitos e reflexões teóricas acerca de ética e deontologia foram base importantíssima para a compreensão mais completa da função social do jornalismo, e também para uma problematização em torno da relação entre ética e prática profissional jornalística quando aplicados à prática telejornalística em Juiz de Fora. Por meio de uma reflexão aprofundada na ética como tema filosófico básico, abordamos as questões referentes à raiz destes estudos, à proximidade com os ditames de preceitos morais e seus afastamentos atuais.

Este percurso foi que permitiu que observássemos melhor o funcionamento da ética como virtude das ações concretas (o *ethos*) dos jornalistas, tendo como objeto de análise os produtos telejornalísticos e as entrevistas dos profissionais sobre os hábitos da rotina, constituintes dessa virtude. Após realizar nosso levantamento bibliográfico sobre rotina de produção e suas relações com a ética jornalística, passamos a olhar os profissionais e seus produtos de forma que pudemos identificar posturas próximas dos profissionais em dois telejornais editorialmente diferentes. O hábito profissional constituinte da rotina jornalística se encontra num lugar de atuação sem especificidades éticas muito definidas, de forma que o norte desta prática é dado de formação prática e pessoal.

Foi importante para esse percurso ter estudado as obras de jornalistas referências para os demais profissionais, como Caco Barcellos e Claudio Abramo. As narrativas desenvolvidas por eles acerca da ética do profissional de jornalismo elucidaram parte deste caminho, uma vez que permitiram uma leitura mais profunda acerca do que os próprios jornalistas demonstram em sua profissão, e sobre ela. As temáticas vistas principalmente nas entrevistas se voltavam com facilidade para os temas de comprovação documental da mensagem jornalística, de proximidade com a fonte e da reflexão crítica sobre seu trabalho, pontos levantados por Barcellos e Abramo em suas obras.

Além disso, a análise do que está colocado expressamente nos códigos de ética profissional e suas relações com o dia a dia da profissão nos permitiu observar um código deontológico implícito, baseado em exemplos próprios vivenciados pelos profissionais, num reforço à lógica do *habitus*, como argumentado por Sá Martino e Barros Filho (2003). No

caso dos profissionais entrevistados e dos telejornais analisados, o código tácito pôde ser percebido, de fato, mais forte e mais presente do que os códigos explícitos, lembrados numa função quase sempre de orientadores indiretos e reflexos de qualidades necessárias aos profissionais.

Compreender, portanto, as narrativas por meio das quais os jornalistas de televisão de Juiz de Fora caracterizam a ética de sua profissão passou por um processo amplo de análises de produção jornalística e de entrevistas. A escolha das fontes, sua colocação, os papéis por eles desempenhados, nos permitiu perceber mais do que telejornais distintos, podemos dizer que se cada telejornal busca a aproximação com seu público de uma forma diferente, eles os fazem por razões quase semelhantes.

Esses discursos são baseados em justificativas editoriais mais definidas por alguns, menos por outros que se consolidam nos telejornais ofertados ao telespectador. Ao questionarmos, na análise dos VT's e entrevistas, se os preceitos éticos do jornalista estariam evidentes como forma de conquista da credibilidade junto ao público, percebemos que isso se mostra de maneira mais evidente no Jornal da Alterosa, que tem uma tentativa de aproximação mais clara no decorrer do programa, em função também da recorrente temática de segurança pública. Esse enquadramento exige cuidados mais especiais com relação à proteção das fontes e dos próprios profissionais, evidências que são bem mais esparsas no material do MGTV Segunda edição.

Os preceitos éticos desempenham um papel de fundação moral do profissional e de sua produção, de forma que uma base humanista aliada a uma vivência de redação solucionariam conflitos morais e éticos surgidos da rotina de produção. A aparente pouca reflexão estritamente ética dos jornalistas em sua atuação diária remete, portanto, às condições de produção e a uma constante reafirmação da ética ao âmbito pessoal de cada profissional, numa referência não-pronunciada à ética do marceneiro, de Abramo. O cidadão correto é o jornalista correto e que faz bem o seu trabalho, de forma que a narrativa se organiza para colocar a ética, o questionamento e a discussão sobre a melhor ação dentre as possíveis, em um ponto tão profundo da necessidade jornalística que ela se torna intocável no dia a dia.

As escolhas, assumidas, se baseiam muito mais na experiência própria e em escolhas já feitas por profissionais experientes, de modo que os telejornais analisados em Juiz de Fora, assim como o *habitus* de Bourdieu funcionem como estrutura ancoradas em algum momento de decisão editorial. Desta forma, este sistema ético baseado nas práticas dos mais

experientes tende a funcionar como estrutura estruturante de uma série de regras e normas que dão base de respostas aos (possíveis) conflitos diários dos jornalistas.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Cláudio. **A regra do jogo: O jornalismo e a ética do marceneiro**. São Paulo: Companhia das Letras

ANDRADE, Pedro Ivo Nunes. **Pedro Ivo Nunes Andrade**. Entrevista concedida a Caio Cardoso de Queiroz. Juiz de Fora, 2013. Arquivo digital (37 min.): estéreo.

ARBEX JÚNIOR, José. **Showrnalismo: A notícia como espetáculo**. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W.D. Ross. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Portugal/Lisboa: Edições 70, 1977.

BARCELLOS, Caco. **Abusado: O sono do morro Dona Marta**. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

BARCELLOS, Caco. **Rota 66: A história da polícia que mata**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

BARROS FILHO, Clóvis de; MARTINO, Luis Sá. **O habitus na comunicação**. São Paulo: Paulus, 2003.

BERTRAND, Claude-Jean. **A deontologia das mídias**. Tradução de Maria Leonor Loureiro. Bauru: Edusc, 1999.

BOURDIEU, P. Algumas propriedades dos campos. In: BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. **Sobre a Televisão**. Tradução: Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CÓDIGO de Ética dos Jornalistas brasileiros. Associação Brasileira de Imprensa, 1985. Rio de Janeiro - RJ. Disponível em <<http://www.abi.org.br/paginaindividual.asp?id=450>>. Acesso em 22/10/2013.

CÓDIGO de ética dos jornalistas Brasileiros. Vitória: Fenaj, 2007. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf>. Acesso em 22/10/2013.

CÓDIGO de Ética e autorregullamentação. Associação Nacional dos Jornais. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/quem-somos/codigo-de-etica/>>. Acesso em 22/10/2013.

COUTINHO, Iluska Maria da Silva. **Dramaturgia do telejornalismo brasileiro**: a estrutura narrativa das notícias em TV. 2003. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2003.

_____. **Dramaturgia no telejornalismo**: a narrativa da informação em rede e nas emissoras de televisão de Juiz de Fora - MG. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

DALMONTE, Edson Fernando. É preciso ordenar a comunicação? Questionamentos acerca da necessidade de instâncias mediadoras entre a mídia e o público. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, vol. 8, n. 1, 2011, p. 21-39. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2010v8n1p21/0>>. Acesso em 08 maio 2013.

DIAS, Rodrigo. **Rodrigo Dias**. Entrevista concedida a Caio Cardoso de Queiroz. Juiz de Fora, 2013. Arquivo digital (17 min.): estéreo.

DUARTE, Letícia. **Letícia Duarte**. Entrevista concedida a Caio Cardoso de Queiroz. Juiz de Fora, 2013. Arquivo digital (22 min.): estéreo.

GUERRA, Josenildo Luiz. **Neutralidade e imparcialidade no jornalismo**: Da teoria do conhecimento à teoria ética. In: XXII Intercom, 1999, Rio de Janeiro. Anais do XXII Congresso Brasileiro de Estudos Interdisciplinar da Comunicação. São Paulo: Intercom, 1999.

GUERRA, Josenildo. **Transparência editorial**: a credibilidade jornalística à luz dos sistemas de gestão da qualidade. In: X Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2012, Curitiba - PR. Anais do X Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. Brasília - DF: Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, 2012.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Ética e jornalismo**. São Paulo: Escrituras, 2002.

KARAM, Francisco José. **Jornalismo, ética e liberdade**. São Paulo: Summus, 1997.

MAIA, Lívia. **Desenvolvimento da TV em Juiz de Fora**: um olhar sobre a TV Alterosa. In: Intercom, 2005, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: Intercom & UERJ.

MATA, Jhonatan. **Um telejornal para chamar de seu**: Identidade, representação e inserção popular no telejornalismo local. Florianópolis: Insular, 2013.

MELO, José Marques de; SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Perfis de Jornalistas**. São Paulo: FTD, 1991.

MEYER, Phillip. **A ética no jornalismo: um guia para estudantes, profissionais e leitores**. Tradução de Antônio Trânsito. Rio de Janeiro: Forense, 1991.

NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PACHECO, Michele. **Michele Pacheco**. Entrevista concedida a Caio Cardoso de Queiroz. Juiz de Fora, 2013. Arquivo Digital (45 min.): estéreo.

PEREIRA, Ariane Lima. **Rota 66 em revista: as resistências no discurso do livro-reportagem**. Guarapuava PR: Unicentro, 2010.

PRINCÍPIOS editoriais das Organizações Globo, 2011. Rio de Janeiro – RJ. Disponível em: < <http://g1.globo.com/principios-editoriais-das-organizacoes-globo.pdf>>. Acesso em 22/10/2013

PRINCÍPIOS éticos recomendados pela ANER às editoras associadas. Disponível em: <<http://www.aner.org.br/conteudo/1/artigo1100-1.asp>>. Acesso em 22/10/2013

QUEIROZ, Caio Cardoso de; COUTINHO, Iluska M. da Silva. **Entre o dito e o silenciado: os códigos de ética e o bom jornalismo**. In: Anais do II Encontro Brasileiro de Jovens Pesquisadores. Curitiba: SBPJor, 2012.

_____. **Ética e ethos jornalísticos na produção de Caco Barcellos: os parâmetros éticos como narrativa impressa e as práticas evidenciadas nas edições do programa Profissão Repórter**. In: Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Manaus: Intercom, 2013.

SOMENTE a verdade: Manual de jornalismo da EBC. Brasília: EBC, 2013. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/sites/default/files/manual_de_jornalismo_ebc.pdf>. Acesso em 22/10/2013

SCHUDSON, Michael. **Discovering the news: A Social History of American Newspapers**. Nova Iorque: Basic Books, 1981.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2005.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005.

TEIXEIRA, Luciano. **Luciano Teixeira**. Entrevista concedida a Caio Cardoso de Queiroz. Juiz de Fora, 2013. Arquivo digital (22 min.): estéreo.

TRAVANCAS, Isabel. **O mundo dos jornalistas**. 4. Ed. revista. São Paulo: Summus, 2011.

ZOET, Juliana. **Juliana Zoet**. Entrevista concedida a Caio Cardoso de Queiroz. Juiz de Fora, 2013. Arquivo digital (27 min.): estéreo.

APÊNDICE A

Entrevista com a repórter e produtora Juliana Zoet, na sede da TV Alterosa no dia 13 de novembro de 2013 - 27 minutos de duração.

Autor: Juliana, há quanto tempo você trabalha na Alterosa?

Zoet: Eu sou produtora, né? Olha, eu trabalho na TV Alterosa tem 4 anos e meio, só que eu trabalhei e mudei, e trabalhei em Divinópolis, Varginha e aqui em Juiz de Fora. Em Divinópolis eu trabalhei um ano e dez meses, depois disso eu fui repórter e fiquei um ano em varginha e aqui em Juiz de Fora eu estou há um ano e oito meses. Só de produção são 3 anos e meio e um ano e pouco de reportagem na Alterosa.

Autor: E como que é a sua rotina de trabalho?

Zoet: Então, normalmente a gente chega e tem as estagiárias que nos auxiliam, mas eu chego um pouco antes das estagiárias. Eu faço uma ronda local, que é ligar para a Polícia Militar, Civil, Polícia Rodoviária Federal, aí se tiver com muita chuva eu dou uma ligadinha pra Defesa Civil, pra saber o que é que tá rolando, e sempre com uma prioridade aqui pra Juiz de Fora. Porque se eu não me engano, e não sei se alguém já te falou isso, a gente cobre 132 cidades na Zona da Mata mineira e Campo das Vertentes. Mas acaba que a gente cobre mais Juiz de Fora porque é um polo e porque é onde acaba acontecendo mais coisa mesmo. Aí depois de fazer essa ronda de Juiz de Fora, se não tiver nada... Porque na própria ronda, ela pode render nota, às vezes a própria Polícia pode mandar foto pra gente, ou às vezes é o telespectador que envia foto pra gente, hoje em dia com o WhatsApp tá uma maravilha, isso. Ou então, se for uma coisa muito séria. eu já desloco uma equipe pra lá e não tendo nada eu começo a fazer a ronda nas outras cidades, Polícia Rodoviária de Leopoldina, indo para as mais longes. Dou uma olhada nos sites das cidades da região também, sites de outras cidades da região, de Muriaé, Carangola, Viçosa, Leopoldina... Todos os sites, de Barbacena. A maioria dos sites já têm, tipo, uma parceria com a gente e a gente pega imagens deles, dando os créditos, pra não ter que ficar pedindo autorização o tempo todo. Mas no caso de pegar algum material no site eu apuro mais com a polícia e com os bombeiros pra não ficar confiando só no site. Então primeiro é isso, a ronda tem que estar rolando. Ao mesmo tempo

eu já vou dando apoio às equipes que estão nas ruas, então se tem um factual, mas a polícia saiu do lugar, eu tento localizar a polícia. Eles estão na rua, mas precisam falar com mais alguém pra complementar o conteúdo e eu já vou correndo pra facilitar. Além disso tem que ir já pensando no dia seguinte, porque a gente aqui na Alterosa tem um foco muito grande em matérias de factual, né, as coisas que acontecem no momento; comunidade, as matérias de bairro, de saúde, trânsito e de curiosidade. O factual, lógico, você não marca, né? Mas no mais a gente tenta deixar tudo encaminhado. Pelo fato da estrutura da Alterosa ser pequena, às vezes eu ajudo no fechamento do jornal, saio pra rua pra fazer imagens e entrevistas também.

Autor: Neste tempo de trabalho, quais foram as principais regras que você aprendeu?

Zoet: Olha, as regras são muito aquela coisa de ser verdadeiro, de buscar ser o mais verdadeiro o possível com a sua fonte. Mas são coisas bem pessoais mesmo, por exemplo, eu nunca minto pra uma fonte, na hora de marcar a entrevista, então se é um tema complicado eu já aviso “olha, a gente vai falar sobre isso...”, lógico, sem falar exatamente o que vai ser perguntado, mas não acho correto que a gente diga que a entrevista vai ser sobre um tema pra evitar que a fonte fuja e depois tente apertar ela na hora da entrevista. Então desde o início é bom manter uma relação de confiança com a sua fonte, mesmo que a gente corra o risco de perder a fonte e tenha que dizer que a pessoa preferiu não falar sobre o assunto. E mesmo aquela questão de manter um bom relacionamento com outras pessoas, tem assessores com quem a gente fala direto, quase todos os dias, de ter até mesmo algum nível de intimidade, sem nem conhecer pessoalmente. Essa relação boa tem que existir sempre...

Autor: Como essas regras chegaram até você? Foi olhando pra redação, ou por meio de documentos...

Zoet: A TV Alterosa não tem um documento com recomendações de pessoas e pautas que a gente não possa fazer, por exemplo. O que chegam são recomendações, às vezes, sobre como abordar algum tema. No mais a gente vai na experiência, mesmo. É muito daquilo que a gente viu na redação e de como vamos aprendendo a fazer fazendo...

Autor: E mesmo essas recomendações são mais informais, também, né...

Zoet: Nem sempre. Já chegou recomendação de Belo Horizonte via email pra gente, sobre como fazer cobertura de materiais sobre bairros. Mas isso é raro de acontecer, porque a gente vai fazendo muito de acordo com o que aprendemos, sem prestar atenção na qualidade daquilo que estamos colocando no ar.

Autor: E quando você está trabalhando pra produzir e gravar uma matéria, essa experiência te possibilita ver o produto final, a reportagem?

Zoet: Ah, sim... Na verdade a experiência que eu já tive de ajudar a cobrir férias no pessoal da edição me ajuda muito também, porque quando olhamos pra algumas das pautas que a gente marca já consigo ver lá na frente como ela vai ficar mais ou menos. A não ser quando acontece alguma coisa inesperada no meio do caminho, algum factuzão que muda completamente o rumo da matéria, o que sempre pode acontecer. Mas de uma forma ou de outra, quando a gente planeja ela aqui na produção um destino mais ou menos certo a gente tem.

Autor: E você acha que, por exemplo, numa cobertura da pautas mais frias o repórter tende a trabalhar num certo automatismo...

Zoet: Olha, tem aquelas matérias que todos os anos tem, né? É matéria sobre o calor, sobre comércio, operação da Polícia na estrada, Corpus Christi... O que a gente tenta é fugir disso, de ter que fazer as matérias todos os anos do mesmo jeito. Por mais que não tenha muito como fugir do tema, a gente busca sempre uma inovação em como fazer aquele VT. Então, matéria de calor, por exemplo, todo mundo já deve ter feito várias matérias sobre doenças relacionadas com o calor, sobre o corpo e os perigos de dias quentes. Ou então em feriado de Corpus Christi, num ano a gente tenta falar sobre como são feitos aqueles tapetes de procissão. No ano seguinte o tema vai ser a sujeira que fica na rua depois que passa, depois vamos falar dos desenhos... É uma série de coisas que você tem que fazer igual, porque não tem jeito, mas que a gente sempre procura uma forma de inovar, porque se pra gente fica chato, imagina pra quem tá assistindo.

Autor: E você acha que o repórter deixa marcas de personalidade no trabalho, nas matérias?

Zoet: Isso é uma coisa que a gente fala bastante e sempre discute, porque o jornalismo não é exato, né? Então se você tiver um repórter da Alterosa, um da Globo, um da Record, um da Band, um da TVE, sempre terá matérias e reportagens diferentes. Por mais que os fatos e dados sejam os mesmos. Agora, isso não quer dizer que você deixa de ouvir os dois lados, que você possa fazer uma leitura que distorça os fatos a favor da sua versão. Não existe uma versão única dos dados e a gente precisa estar atento pra isso o tempo todo, porque por mais que o texto do jornalista seja pessoal, e eu acho que todo texto é pessoal, ele ainda tem que ser imparcial, pessoal não quer dizer parcial, no caso do texto do repórter. A nossa obrigação é sempre colocar todos os envolvidos e no caso da pessoa não querer falar, ela vai acabar saindo prejudicada, mas você precisa colocar que a pessoa tal não quis comentar o assunto, isso é uma escolha dela.

Autor: Existe alguma diferença de produção e organização das matérias nas duas edições de telejornais da Alterosa?

Zoet: Existe, assim... O Alterosa em Alerta é bem baseado no factual, né. Então às vezes tem matérias que vêm de notinhas da prefeitura, de órgãos oficiais ou outros tipos de pauta que acabam nem tendo tanto espaço assim porque o programa tem um foco muito definido no factual, na segurança. Agora, o Jornal da Alterosa, da noite, que é um tempo de jornal da noite e só local a gente costuma fazer algumas outras matérias, mais de saúde, de outras editorias que não têm lugar no de dia.

Tem algum “medidor” da qualidade do trabalho que vocês desenvolvem aqui...

Zoet: O feedback? Tem o Ibope, a pesquisa Ibope que é feita frequentemente e muito daquilo que a gente sente na rua. A gente percebe na hora de marcar as entrevistas, de conversar com as pessoas e elas dizerem que gostaram disso e daquilo... Tem também aquele serviço de sms da TV Alterosa, que o público manda mensagem de texto pro apresentador, que é ótimo. A gente também tem acesso àquilo e aproveita pra receber as críticas que eles mandam por que querem, né? Mas é muito assim, no que a gente tem acesso e consegue pegar do que eles mandam.

Autor: Mas questionamentos sobre uma matéria em específico, sobre uma abordagem, isso vira ponto de discussão de vocês e é respondido?

Zoet: Ah sim, claro. Na verdade... Reclamações sobre matérias específicas a gente não costuma receber muitas, não... Mas assim, a gente tem o nosso site, onde eles podem mandar reclamações e sugestões, tem o sms, que é um mecanismo muito rápido. A gente disponibiliza um número e o pessoal vai mandando mensagem em tempo real pro apresentador pra gente ir acompanhando e eles vão falando “ah, isso não foi legal” ou “isso sim”... Na verdade a gente usa muito essa questão das sugestões de pauta, então a gente pega uma sugestão de pauta de um morador aqui e de outro ali e tenta transformar isso em assunto relevante. Sempre tentando responder da maneira mais eficiente possível. Igual, teve um caso aqui esses dias de um morador que reclamou que depois das obras da prefeitura o fluxo de veículos em frente a casa dele melhorou bastante, mas que ficou mais difícil de atravessar. Eu, particularmente, acho que é um assunto meio complicado, porque, poxa, se o fluxo de veículos melhorou, não vai custar esperar um pouco mais pra atravessar com segurança, ou descer 40 metros na rua pra atravessar na faixa. Agora, isso é uma opinião minha, o que eu faço é entender se essa pauta pode render alguma coisa, então eu vou lá, falo com o morador, mostro o ponto de vista dele, volto, falo com a Settra (secretaria de transporte e trânsito), procuro saber o que tá acontecendo e como resolver aquela situação, porque é pedido do cidadão. E eu acho muito importante, isso.

Autor: Tem algum tema, ou histórico de abordagem que você considere mais delicado, na emissora?

Zoet: Olha, tem algumas coisas que passam pela ética, pelo meu ponto de vista sobre algumas coisas. Por exemplo entrevistar crianças sobre casos de violência sexual. Eu acho isso terrível e já vi matéria por esses dias em que o repórter tentava de tudo pra que a criança lembrasse aquilo e contasse chorando como a coisa acontecia. Eu tenho pra mim que entrevista com crianças em casos complicados são sempre difíceis demais de fazer e sempre acho melhor não fazer. Mesmo quando faço uma pauta sobre violência sexual contra crianças nunca marco nada que possa fazer a criança falar, mesmo que ela queira falar, porque ela não tem a menor noção do que é falar daquilo em público grande e isso pode prejudicar muito o tratamento da criança.

No seu trabalho, os questionamentos sobre o que se “deve” e o que “não se deve” fazer é freqüente?

Zoet: É... na verdade a gente sempre lembra das três temáticas que a TV Alterosa dá prioridade, na hora de fazer a cobertura: factual, matéria de comunidade, de bairro e de curiosidades. Essas questões são feitas o tempo todo e a gente tem que lembrar que tá fazendo ali um trabalho que envolve a vida das pessoas. Não dá pra esquecer disso, então vai u pouco de bom senso no nosso trabalho. Então o que eu não devo fazer com a minha fonte é muito numa relação de confiança que a gente tem e eu não posso deixar isso acabar por causa de uma matéria só. Não vou mentir pra fonte, tem que ter cuidado na hora de editar a matéria porque uma coisa errada ali pode complicar a gente muito, porque mesmo que a fonte não goste da matéria em si, porque ela foi colocada com um ponto de vista diferente, se tem reclamação contra ela, ela vai entender que essa é a opinião da maioria. Outra coisa que a gente sempre tem que fazer, colocar os dois lados de uma história na matéria, que nem sempre dá pra fazer e tem que procurar e dizer pra ele que vai pro ar assim mesmo... É assim, acontece de pensar nisso todo dia, mas é algo natural porque senão fica igual receita de bolo. Claro, que existe receita de bolo pra tudo e se a gente quiser, pode colocar as informações assim ou assado pra fazer isso ou aquilo, mas na verdade a gente tenta evitar esse tipo de situação porque senão fica tudo igual. Então quando a gente se propõe a evitar essas receitinhas a gente precisa se mexer.

Autor: Qual a importância da ética profissional dos jornalistas?

Zoet: A ética de todo mundo, na verdade. Não eu, como jornalista, quero que me falem a verdade, mas todo mundo tem direito a isso e isso vai muito da ética pessoal, de cada um. Pra te falar a verdade eu nunca vi um manual sobre ética jornalística dentro da redação, que a gente pudesse ir lá, conferir tudo certinho. A gente vai mais pelo que é correto de se fazer ou não com as pessoas e assim vai... É uma ética muito mais comum, sobre o respeito com as pessoas, sobre não mentir na matéria, sobre chamar todo mundo que vai se envolver com aquela história que nós vamos mostrar e dizer que isso vai ser feito. Mesmo fazendo uma matéria sobre um buraco na rua o importante é mostrar o ponto de vista do morador, que mandou aquela denúncia e confia em você pra resolver isso pra ele quanto o ponto de vista da Prefeitura, isso não depende da minha opinião. E isso é de grande importância sim, tem peso e só assim que as suas fontes e o seu público vão te respeitar.

Autor: Parecer ético é tão importante quanto ser ético?

Zoet: Sim, eu diria que sim. Não tinha pensado nisso assim, mas precisa parecer ético. Na verdade, quando você tem no seu trabalho essa ética pessoal isso vai acabar aparecendo na matéria e na relação que você mantém com essas fontes. Igual no caso das crianças, que eu tava vendo essa semana passada, quando o repórter vai entrevistar uma criança que foi vítima de abuso sexual, fica perguntando pra ela, pedindo pra ela repetir o que aconteceu, como aconteceu... Isso é assustador, não é e nem parece ético. A criança chorava demais. E eu te pergunto: isso é realmente necessário de se fazer? Isso é a mensagem que você quer passar pro seu público? Nem de longe aquele material passou de ser ético e isso ficou evidente, não consigo pensar que alguém gosta de ver aquilo, ou que interessa de verdade. Então, assim. É importante que a sua matéria demonstre a ética do repórter, mas isso aparece sem muito esforço quando o seu comportamento é o certo, é o que as pessoas esperam que fizesse com elas, porque a gente se incomoda com o que é ruim...

Autor: Os códigos de ética ou documentos, influenciam no seu trabalho?

Zoet: Não, não existe um código pra consulta, nem manual que possa direcionar assim as ações. Na formação isso aconteceu de maneira pontual. Na faculdade a gente tem aulas sobre ética, é quando isso é tratado dessa forma, mas depois isso acaba sendo visto muito mais no dia a dia de como escrever e fica muito pra cada repórter pessoalmente. Acho que isso vai ser até meio decepcionante pra você, que estuda assim, mas pensar naquele código, que é um guia pra todos os jornalistas e que pode ajudar a fazer as matérias e tudo mais, na verdade é muito mais pessoal.

APÊNDICE B

Entrevista com a repórter Letícia Duarte, na sede da TV Integração no dia 12 de dezembro de 2013 - 22 minutos de duração.

Há quanto tempo você trabalha aqui e nessa função?

Na Integração? Aqui eu trabalho há exatamente um ano e um mês. Eu formei aqui na Universidade Federal em 2009 e fui trabalhar em São João del Rei, meu primeiro emprego mesmo como jornalista na paróquia da cidade, lá. Porque lá tem esse setor de comunicação que se envolve com a religião. Nem pensava em trabalhar com jornalismo de religião e nem sabia que existia, na verdade. Aí lá eu fazia um pouquinho de rádio, um pouco de impresso, site, TV... Um pouquinho de tudo, na verdade, na paróquia. E de lá mesmo, dentro da paróquia, eu produzia um programa que ia pra dentro da TV Campos de Minas, que é como se fosse a TVE aqui, afiliada da Rede Minas. E recebi o convite pra trabalhar lá, fui pra lá e peguei a apresentação do jornal, editoria, editoria-chefe e reportagem também, reportagem de rua. Lá eu pegava tudo. E eu fiquei lá nessa rotina de TV por dois anos, lá na TV Campos de Minas, mas aí deu vontade de voltar pra cá, porque eu sou daqui, né, eu queria vir pra Juiz de Fora, voltar pra cá, mesmo porque é uma TV maior... Aí eu mandei meu portfólio, peguei um pouco de tudo que eu já tinha feito, de cobertura em política, economia, cultura, matérias policiais e mandei pra cá, na época era o Marcelo Vicioli o chefe de jornalismo e ele adorou, logo que eu mandei o portfólio ele já veio falar comigo. Eu nem sabia, mas era uma época que estava passando por muitas mudanças aqui, transição aqui e eu estava por fora, mas eu dei sorte de ter essa vaga aqui quando eu mandei o meu portfólio. Aí ele me chamou pra uma entrevista e eu comecei aqui e já fui contratada, tem um ano e um mês que eu estou aqui, trabalhando em Juiz de Fora.

E como é a sua rotina de trabalho?

Então, o dia é bem variado porque, pra começar, a gente não tem uma rotina muito fixa com relação a horário. Isso muda de semana pra semana, se essa semana a gente está na parte da manhã, semana que vem a gente vai pra parte da tarde e por uma questão de uma linha editorial a gente tem essa flexibilidade porque a diretoria entende que o jornalista precisa dessa flexibilidade de horários. Então a gente pega... Em média a gente tem que trabalhar sete horas, mas é difícil fazer esse tempo e a gente acaba fazendo hora extra pra dar conta de tudo.

Em média a gente tem duas pautas pra serem cumpridas por dia, num dia normal, que não seja atípico, são duas pautas mais um vivo ou mais um stand up ou alguma coisa mais levinha pra gente cumprir num dia. Aí a rotina é mais ou menos essa e a gente vai se adaptando de acordo, quando a gente tem que viajar, como eu faço matérias pro Globo Rural, aí são matérias mais elaboradas a gente tem um dia só praquilo, até porque tem o tempo de viagem, que conta, porque estamos viajando só pra isso.

E nesse tempo de trabalho, quais são, ou qual é a principal regra a ser seguida por um jornalista?

Eu acho que a primeira regra é bom senso... Bom senso e a simpatia também é importante, porque você tem que ser simpático com a sua fonte pra conseguir mais coisas e ter aquela boa relação com a fonte, porque senão fica um horror pra trabalhar. Se você já chega com aquela cara ruim, então o entrevistado não te dá aquela informação da qual você precisa, mas eu acho que acima de tudo é o bom-senso.

Pra lidar com a fonte ou pra...

Pra lidar com a fonte ou mesmo pra lidar com a pauta, porque às vezes você pega uma pauta, e isso aconteceu hoje comigo, e o tema dela está contraditório com os personagens que eu tenho. Então eu tive que, em cima da hora, remanejar aquele assunto e tirar o máximo possível de informações das fontes pra tentar encaixar no contexto possível. Então acho que é isso, bom senso, simpatia, bom humor... e criatividade, também. Criatividade é muito importante.

Mas você acha que em algumas matérias, mais frias, por exemplo, corre-se o risco de fazer uma cobertura mais automática e, pra isso, tem que ter atenção e ser criativa?

A pauta mais fria? Eu acho que é até o contrário, que uma pauta mais fria, ou pauta produzida, como a gente chama aqui, é que dá mais margem pra criatividade. Geralmente uma pauta fria pega mais assuntos de comportamento ou assuntos culturais e são temas que permitem uma maior criatividade, uma maior brincadeira com o texto, uma passagem. Já no factual é mais difícil brincar com o texto, não tem como fazer isso com um acidente de carro, por exemplo, ou um desmoronamento ou incêndio onde você fica contando, reportando mesmo o que aconteceu com um texto um pouquinho mais preso do que a pauta mais fria.

Um texto mais “empacotado”...

Exatamente.

Qual é a principal característica das coberturas que você faz?

Das minhas matérias em si? Eu gosto mais da pauta produzida. Não é que eu goste mais, mas é que eu gosto muito de poder brincar com o texto e fazer algumas passagens diferentes, então sempre que tem matéria de comportamento e cultural é o que me agrada mais porque eu posso ter essa flexibilidade maior, tanto de imagens, de fazer imagens que casem melhor como um texto bacana.

Aí rola uma diferença do material produzido do MGTV Primeira pro Segunda Edição?

Rola... Rola porque o Primeira Edição tem esse caráter mais de revista, ele é mais permissivo com relação a isso, não sei se você acompanha mas a gente sempre brinca um pouquinho com o apresentador, tem um bate-papo, tem uma linguagem mais aberta do que pro dois. Pro Dois a gente tem mais essas reportagens que peguem pelo lado do factual e exige essa seriedade, não de postura, mas de não... De ter uma rigidez maior.

A linha editorial dos dois...

Exatamente, é muito diferente. Quando a gente pega uma pauta e olha já dá pra saber a diferença e dizer qual é pro Um e qual é pro Dois.

E quais são as etapas de produção da pauta depois que ela chega pra você?

Às vezes, com o factual, a gente sai sem pauta nenhuma, o produtor atendeu o telefone e é o tempo de pegar o endereço, às vezes nem o endereço direito, da ocorrência e ir pra lá, você que se vire pra ter informações, isso acontece com o factual. Em relação a pauta produzida, ela dá muito... Ela vem com muito daquilo que é a proposta, mas não dá pra ficar preso àquilo porque lá fora a realidade é outra e na conversa com a fonte você percebe que a pauta vai muito além daquilo que ela está propondo. Você percebe que o que a fonte falou é a sua reportagem e você consegue mudar o rumo das coisas naquele momento...

Mas então, falando dessas mudanças, como que pode acontecer, se acontece, a sua interferência nesse material?

Acontece muito. Eu brinco que se a gente pegar um texto, sem ouvir nada e sem ler o nome do repórter, tem como saber se o texto é da Laylla, do Felipe, da minha... Pega linguagem que você aborda, é uma característica, o uso de um termo... A Laylla, por exemplo, por ter vindo desse meio de agenda cultural, ela já tem uma linguagem mais aberta. Diferente se pegar um texto da Patrícia, que foi agora pra edição, ela tem um texto mais sério. O texto do repórter, a postura, o que ele traz de bagagem de vida interfere no texto, até na voz e na postura, porque o repórter aparece na hora da passagem, ele interfere em tudo. Tem gente que faz aquela passagem mais paradinha, mais séria, tem gente que gosta de andar mais e mostrar, fazer a passagem em dois tempo... Então isso tudo dá um tom final da matéria.

Você tem algum tipo de norma, regra pra entrevista com as pessoas? algum tipo de regra pessoal pra abordar, por exemplo?

Tem algumas coisas que ninguém chegou pra te ensinar, mas que a gente precisa fazer, de chegar e conversar com a pessoa, pra não deixar ela nervosa, fala então na hora que for começar a gravar. E o primeiro passo é conversar com a fonte pra ver o que ela vai te falar pra você ver o que ela vai te dar pra reportagem, porque senão você se fecha naquilo que está previsto e pode não ver o que é realmente a sua reportagem. Mas quando você vai conversar, vai deixar a pessoa mais à vontade, acalmar a pessoa, porque acontece das fontes ficarem meio nervosas e de conversar com você horrores, mas na hora que liga a câmera a pessoa trava. Você fala pra ela esquecer a câmera e fingir que é só um bate-papo, pra que a pessoa possa fluir pra manter uma relação bacana e pra que você tenha uma entrevista boa pra sua reportagem.

E tem algum tema mais delicado de tratar?

Eu tenho, eu não gosto, por exemplo, de ir a enterro. Porque eu não gosto, mas às vezes rola de ter que ir cobrir assassinato e faz parte da pauta ir ao velório e essa é, pra mim, a pior delas. Porque aquele é o momento em que as pessoas estão comovidas e, pra se chegar no local com a câmera é complicado, eu falo com o cinegrafista pra esperar no carro e vou sozinha, sem microfone pra chegar e conversar e abordar pra ver como está a situação, ver quem está em condição melhor pra conversar, se vai poder filmar ou não... Se tiver a possibilidade de chamar algum parente que não seja um filho, a mãe e conversar com um primo pra ver como estão as pessoas e quem pode conversar melhor com a gente. Acho que essa é a parte mais difícil, mais delicada.

E tem algum medidor da qualidade do seu trabalho?

Eu acho que é a rua. E a gente que é repórter de rua sente isso o tempo todo. Tanto as críticas positivas como as negativas, tanto que na hora do vivo a gente tem que parar de ouvir as pessoas um pouco pra se concentrar porque elas passam pra falar que estava bom, ou pra dizer que foi ruim alguma reportagem, que deixamos de mostrar alguma coisa... O termômetro que a gente tem é na rua.

Mas os outros jornalistas também atuam como esse medidor também?

Eu acho que sim, porque aqui o telefone toca o tempo todo. Tem muita gente que liga, por exemplo, quando mudamos o sinal pra HD e tanto na rua quanto aqui, as pessoas não paravam de comentar e isso serviu muito pra gente perceber o quanto as pessoas estavam assistindo. Era gente comentando o tempo todo, isso acontece muito, tanto pras pessoas que pautam algumas coisas quanto pros que criticam o material.

Na sua rotina, questionamentos sobre o que você pode ou o que não pode fazer... São frequentes?

É frequente, é a todo momento. E é aí que eu falo que tem que ter bom senso, assim. Você tem que ter consciência, e apesar de ter toda a hierarquia dentro da empresa, com quem pode tomar as decisões, pedir permissões sobre o que pode ou não fazer, existem decisões que são só suas, são rápidas porque não consegui falar com o entrevistado ou quando é algo rápido e o que mais vale é o bom senso e numa entrevista, às vezes você recua, ou pensa “não, eu vou nessa pergunta mesmo e vou ver no que vai dar”... Então você tem que assumir a sua parte e tomar conta dessa atitude, que é sua também nesse tempo.

E então, qual a importância da ética profissional?

Eu acho que a ética profissional é tudo, pra gente, assim. Porque a gente está lidando com informação e por se tratar dum telejornal e de uma empresa considerados sérios e eticamente corretos, você tem essa preocupação constante, o tempo todo, do que se vai pedir. Você tem que pensar e olhar as informações, por mais que elas estejam na pauta, precisam ser conferidas, precisa conversar com as pessoas e ver se aquilo realmente bate e porque o que está em jogo é o seu nome e o nome da empresa para a qual você está trabalhando então, ética e bom senso são as palavras-chave quando se fala de rotinas em reportagens.

Então assim a gente pode pensar que a qualidade e o jornalismo ético andam próximos?

Com certeza... A qualidade envolve tudo isso que eu te falei, envolve um bom texto, uma boa imagem e envolve, sobretudo, uma sintonia de todo mundo que está trabalhando praquilo acontecer. Desde a produção até a edição de imagens praquilo ir ao ar. Não adianta eu fazer um texto excelente com uma imagem ruim, ou não adianta uma imagem excelente com um texto ruim. Ou ainda, não adianta nada ter um texto excelente, uma imagem maravilhosa se chegar da edição pra não casar texto com imagem. E eu acho que sem ética nada disso acontece, porque você não tem respaldo, não tem audiência e não tem nada.

E nessa relação com a audiência e com os colegas... Parecer ético, colocar isso na sua matéria, demonstrar seus procedimentos, é tão importante quanto ser ético de fato?

Sim... sim... Na verdade essa coisa de parecer ético e demonstrar isso é importante porque a gente trabalha com imagens, então, às vezes, mostrar essas coisas é a comprovação de que isso está sendo feito. Então a gente na TV tem essa possibilidade e tem que usar isso a nosso favor, se a gente tem essas imagens, aquilo é importante que soma, porque te dá respaldo...

Serve como uma prestação de contas...

Exatamente.

E você já passou por algum questionamento de tipo moral das suas matéria?

Poxa... Isso acaba acontecendo sempre, porque ainda mais nessa época de chuva, acontecem mil coisas ao mesmo tempo e a gente às vezes não tem condição física, estrutural, de cobrir tudo ao mesmo tempo e gerar esse bairrismo de dizer que a gente não cobriu algum bairro por causa de outro. E isso é difícil...

Mas esses questionamentos são de fundo moral, de dizer que você delibera e escolhe uma cobertura ao invés de outra?

Sim, isso aconteceu comigo, inclusive, semana retrasada eu recebi um email reclamando desse tipo de coisa. Fiz uma matéria sobre um menino, jovem, que foi selecionado pro programa Jovens Embaixadores. Ele ficou sabendo do programa por meio do curso de inglês, fez o curso de inglês por causa desse concurso e a gente queria contar um pouquinho da história dele, então passamos na casa dele, no curso de inglês e fomos até a escola pra mostrar

um pouco de como são os projetos que ele desenvolve... O mote da matéria era mostrar a vida dele e não apresentar a escola ou o curso de inglês, mas a diretora mandou um email pra TV dizendo que se fosse alguma notícia ruim nós teríamos divulgado o nome da escola, mas como é uma matéria boa não foi falado, ela estava bem chateada por não termos falado, mas aquele não era o intuito da matéria. Então rola muito disso e eu falei que realmente podia ter colocado, mas não foi nada de maldade, pra não falar o nome da escola, somente não era o foco dali falar da escola... Como se fosse de propósito.

Os códigos de ética, como os da FENAJ, da ABERT, da ABI... Ou os princípios da Globo... Eles têm influência na sua rotina de trabalho?

Tem, sempre tem influência e então a gente, de certa forma, acaba seguindo os princípios. Mas o que pesa mais, mesmo, é uma questão de bagagem pessoal, de caráter mesmo. Se você já passou por aquilo, vai saber lidar com aquela situação ainda que você não precise ler um código de ética pra saber como reagir àquela situação. Então eu acho que você junta a parte teórica, mas também coloca a prática em questão pra saber o que é uma conduta moral, uma conduta ética...

Prática tanto de bagagem quanto de vivência de redação e códigos...

Isso, todas elas.

APÊNDICE C

Entrevista com o repórter Luciano Teixeira, na sede da TV Integração no dia 28 de novembro de 2013 - 22 minutos de duração.

Há quanto tempo você trabalha na função de reportagem aqui na TV Integração?

Na TV integração eu estou há 4 anos.

E como você chegou a essa função?

Eu trabalhava na Tribuna de Minas, mas cheguei a uma época, depois de dois anos na Tribuna, que eu decidi que queria trabalhar com televisão. Sempre gostei muito de televisão, gosto muito de jornal também, mas resolvi que tinha que ir trabalhar em televisão e consegui um estágio pra mim em televisão, larguei o emprego que eu tinha lá na Tribuna, na editoria de política, e fiquei com um estágio. Abri o jogo pra eles, que tinha surgido pra mim essa chance em televisão, pra ver se era a minha ou se eu podia voltar. Era mais pra eu ver se era realmente a minha vocação ou não, daí eu fui, vi que é sim e fiquei em produção, fiz estágio e surgiu uma vaga numa emissora no interior de Minas, em produção. Um mês depois surgiu uma vaga de repórter e aí me botaram na rua, pra ir todo dia pra rua. Numa primeira semana, fiquei na segunda semana e na terceira semana na rua me tiraram da produção e disseram: “não, você vai ficar na rua”. E desde então eu nunca mais deixei de ser repórter.

Onde era essa emissora?

Comecei na TV Integração mesmo! De Divinópolis.

E nesse tempo de trabalho, na hora de sair pra rua, qual é a principal regra a ser seguida?

Quando a gente vai sair pra rua, eu acho que a regra principal é você saber escutar o que o outro tem a dizer pra você. É... É lógico que quando você vai pra rua, já leva uma carga

pessoal, que é a sua vida, são as suas opiniões, mas é importante você escutar outra a pessoa, entender o que ela está dizendo, entender o contexto do que ela está dizendo e contextualizar o que ela está dizendo e, em cima disso você contar uma história do que ela está te dizendo. Mas, assim, eu acho que a qualidade principal de um jornalista é saber ouvir o que ela está dizendo, mas não ouvir... Ouvir de uma forma completa e abrir os ouvidos pra ouvir o que as pessoas estão dizendo mesmo, sabe?

E essa regra principal te foi passado de alguma forma?

Não, isso não me foi passado em momento nenhum, isso foi com a vivência mesmo. A experiência de coberturas, mas eu acho que isso é um mandamento bem constante em todos os jornalistas porque se você não sabe escutar, você não vai saber contar uma história em momento nenhum, com base nessa coisa que a pessoa te contou e pra mim essa é a principal qualidade de um jornalista, saber escutar pra saber contar uma história de acordo com o que a pessoa te falou.

Como é a sua rotina de trabalho?

Eu chego aqui, tenho umas duas ou três pautas e tenho que cumprir essas pautas. Mas isso varia muito, eu posso sugerir a pauta, posso até produzir essa pauta, no caso de mais matérias, como eu já cheguei a fazer. Já sugeri e já produzi série de matérias, a gente foi pro Haiti em janeiro, fui eu quem sugeri e produzi por pelo menos dois meses, mas muitas vezes você em uma produção que esquematiza, tem uma reunião em que as pessoas decidem quem vai fazer o quê... Faz levantamento das pautas jornalísticas de Juiz de Fora e região, marcam os horários e pautam os repórteres que vão pra rua fazer o quê.

Mas quando você sai pra rua já sabe qual material vai entrar pro MGTV segunda edição ou qual vai pro primeira?

Geralmente sim, já é bem definido qual é a pauta que a gente pode dar hoje ou amanhã... Isso fica bem claro pra gente, mas não quando é factual. Quando é factual é pro dia mesmo.

Qual é a principal característica das suas coberturas?

Olha, eu acho que pego bastante factuais, mas eu gosto bastante de assuntos de relevância social e gosto de fazer séries de matérias. Uma série sobre a ditadura militar em Juiz de Fora, que ficou bem bacana, já fizemos uma sobre crack e vamos fazer mais agora uma sobre crack agora, eu gosto bastante desses temas e foi até tema da minha dissertação de mestrado, que eu falei sobre as vítimas de armas de fogo no Jornal Nacional e eu gosto de contextualizar, porque às vezes a notícia chega meio perdida e as pessoas não sabem de onde começar aquilo ali, gosto de dizer de onde surgiu, pra onde vai... Porque nós, jornalistas, nem sempre temos tempo de ficar dando uma suíte do que aconteceu no dia anterior

Como você acha que acontece, se acontece, sua interferência, um traço pessoal na matéria?

Eu acho que tudo é pessoal, o tempo todo. Quando você escolhe uma palavra ao invés de outra na hora da sua matéria, isso já é pessoal. Por que eu escolho a palavra telefone ao invés de dizer comunicador por voz? Ali já tem uma vivência, talvez porque... igual a todo mundo que prefere uma cor ao invés de outra, em todos os momentos tem uma coisa de personalidade, né, só que existe... Eu já falei isso pra alunos assim, em palestras e aulas, que não existe a imparcialidade, mas existe a tentativa de isenção. Porque quando você põe uma palavra ao invés de outra, já não se é pessoal...

Você estava dizendo que quando sai pra fazer uma matéria normalmente já existe uma orientação de qual horário ela vai entrar...

Isso, se a matéria é para o dois ou para o um, que tem mais tempo. Porque pro dois, o *fade* dele, que é o tempo que a gente tem pro jornal, é de doze a quinze minutos, então já é um pouco menor, de dois minutos, um minuto e meio. O MGTV 1, já pode ter uma matéria de dois minutos e meio, três minutos porque o *fade* é de 40 minutos...

O material, então, acaba saindo de um jeito diferente...

Nem sempre. Depende muito. Tudo é muito relativo. Mas você tem, talvez, menos tempo pra fazer uma matéria te deixe mais sucinto, mas se tiver mais tempo você pode usar mais a criatividade. Dependendo do seu tempo ou do tema, se for um muito factual por exemplo, morte de um taxista, você não tem como mostrar a criatividade. O MGTV 1, por exemplo, se

for uma matéria de cultura ou MGTec, são matérias que você tem mais liberdade, mais criatividade mesmo. Talvez você tenha alguma diferenciação, sim, por causa do tempo.

Existe algum medidor da qualidade do seu trabalho?

A gente tem que trabalhar com o *feedback*, que é saber trabalhar e escutar as críticas e os elogios, o que for, porque você faz um trabalho que é pro telespectador e se você não souber ouvir a voz do espectador, você está se condenando um pouco. Então é fundamental e básico ouvir as respostas das comunidades dos trabalhos que você faz, do pessoal que está assistindo.

E isso contribui para a qualidade da sua produção...

É isso aí, você precisa e... Se não tiver *feedback* você acaba fugindo daquela função inicial que é reportar uma situação, contar uma história pra uma comunidade. E você acaba, se cortar esse canal, você acaba perdendo um pouco da essência do jornalismo.

Na sua opinião, um jornalismo de qualidade e o jornalismo ético se ligam como?

Eu acho que um não vive sem o outro, é uma relação básica, assim. É... Ética é um princípio básico. Se você quer um jornalismo de qualidade você tem que ter, no mínimo, um jornalismo ético. No mínimo.

No seu trabalho diário, os questionamentos sobre o que se pode ou o que não se pode fazer, sobre os limites... É algo rotineiro?

Eu não vejo muito o questionamento de limites aqui, assim. Não vejo isso de não poder fazer algo, ou ter que fazer a matéria. Isso não existe, existe todo um códigos e regras do jornalismo. Se você vai fazer uma matéria de televisão, você é regrado por isso. Mas quando você tem limitações, você acaba limitando e fugindo do que é o jornalismo e do que é o jornalismo de qualidade principalmente. Você está limitando, pode estar fugindo da ética jornalística, fugindo da ética de uma maneira geral. Olhando mais de uma maneira histórica, assim, eu sempre trabalhei em afiliadas da Globo... Vou te dizer que sempre a liberdade total, que nunca fui coibido ou tentado a coibir? Já aconteceu. Já aconteceu várias vezes e às vezes com entrevistados, com pessoas de fora, que tentaram impedir a entrada de uma matéria, com

ameaças... Isso acontece. Mas eu acho que a gente está num emaranhado, numa teia social que a gente acaba lidando com isso de uma maneira natural porque eu... Pra mim, ética é fundamental. Se foge disso, me tira da área jornalística e aí, o dia que eu for coibido de uma forma não-ética, eu prefiro sair, eu prefiro desistir da profissão do que estar... do que ser jornalista.

Essas situações complicadas alteram como você volta pro trabalho depois?

Deixa eu pensar... Eu acho que esse princípio básico jornalístico é estar com a pessoa, disposto a conversar com ela, ouvir o problema dela. Então eu acho que esse é o princípio básico, dessa história... É você estar disposto pra pessoa, porque se a pessoa te chama de novo, é porque ela tem algum interesse jornalístico e a minha obrigação é estar ali de novo, colhendo o depoimento dela. Eu sempre falo que, numa questão de refinamento da apuração, a obrigação é estar verdadeiramente com a pessoa a ser educado com ela, sem muito mais.

Na sua opinião, parecer ético e demonstrar isso, é tão importante quanto ser ético de fato?

Parecer ético nem sempre é ser ético. Parecer ético pode ser um teatro e ser ético é uma questão do seu valor, seu valor interno, que trouxe ao longo da vida, da sua família. Ética é uma coisa que é um valor básico e inicial. Parecer ético não é ser ético, parecer ético é estar ali criando e fingindo ali todo um valor pra comunidade ali que é complicado, porque será que isso dura? Nem sempre isso perdura e às vezes a máscara cai, né.

Mas numa situação em que você escolhe mostrar, por exemplo, uma parte da sua apuração onde você fala no telefone com o assessor de um entrevistado e esse assessor desliga o telefone na sua cara. Isso serve como prestação de contas pro seu telespectador?

Isso tem relevância jornalística? Eu te devolvo o questionamento... Tem relevância jornalística o fato do assessor não me atender no que eu queria? Depende, depende da situação. Isso serve pra notícia, pro público ou é algo pessoal entre você e o entrevistado? Às vezes é algo pessoal e isso não importa pra mais ninguém, porque o nosso dever é estar ali pelo fato social. Isso é outra coisa.

Os códigos de ética, ou mesmo os princípios editoriais da Globo, eles influenciam o seu trabalho?

Eu acho que eles norteiam o nosso trabalho. Sempre. Eles estão ali no ar te puxando todo dia, acho que faz parte, sim.

Mas isso vem, de alguma forma, da sua formação ou serviriam como momento de reflexão da rotina?

Ele pode nortear, pode estar implícito... Depende do que for, porque é complicado normatizar ainda mais algo tão variável, como a notícia, a ocasião, de qual foi o fato... Depende.

APÊNDICE D

Entrevista com a repórter Michele Pacheco, na sede da TV Alterosa no dia 13 de novembro de 2013 - 45 minutos de duração.

Há quanto tempo você trabalha na função de reportagem aqui na TV Alterosa?

Eu entrei cobrindo férias na TV Alterosa em julho de 1997 e fui contratada em outubro do mesmo ano, no mesmo 97 eu estava na TV Alterosa. Até o ano 2000 eu era funcionária de Belo Horizonte e trabalhava como correspondente aqui em Juiz de Fora. Em 2000, em março de 2000, nós inauguramos a emissora e nós fomos transferidos, eu e o Robson Rocha, que é o repórter cinematográfico, transferidos de Belo Horizonte pra Juiz de Fora, na questão contratual, e continuamos na praça.

E neste tempo de trabalho, quais foram as principais regras que você precisou estabelecer, no dia a dia.

Não existe, pra gente da TV Alterosa, uma regra sobre o trabalho em Juiz de Fora porque a gente cobre toda a região. Então quando, por exemplo, era correspondente de Belo Horizonte era maior ainda a área, porque a gente viajava muito. Ficava pouco tempo em Juiz de Fora, mas hoje com dois telejornais locais a gente acaba ficando mais aqui. Mas as regras principais que valem aqui, valem pra todos os lugares. Então o principal é que uma história nunca pode estar divulgada tendo apenas uma versão, você pode até dizer numa nota pé que o outro lado não quis se manifestar. Mas a gente tem que ter esse outro lado, seja com o repórter tentando procurar a pessoa que não quer falar, ou seja por telefone, ou ainda numa nota pé, mas precisa dar um posicionamento e tem que tentar de toda forma, porque dessa forma você está se resguardando em relação aos processos com relação ao que você está fazendo ou principalmente, que é o nosso maior foco, que é você dar voz a todo mundo. Até porque uma história pode parecer extremamente verdadeira quando se ouve um lado, verossímil, mas você pode descobrir que aquilo ali é tudo fantasioso, que é uma mentira, quando você ouve o outro lado. Ouvir todos os envolvidos, sempre que possível; quando não for possível, procurar o advogado de uma das partes, ou do representante da empresa ou a assessoria da empresa que

está sendo denunciada, que está sendo criticada ou principalmente procurar por alguma informação mais oficial, seja o Boletim de Ocorrência da Polícia Militar, em caso de alguma denúncia ou alguma ocorrência seja alguma lei que torna aquele fato denunciado legal ou ilegal. Sempre ter um embasamento oficial pra te ajudar nessa parte e, com relação à ética, eu acho que isso aí não é uma questão de empresa, não é uma questão de profissão, eu acho que é uma questão pessoal. Todo mundo tem que ter a ética, a minha ética sempre foi a do tipo: não faço a ninguém o que não gostaria que fizessem comigo. Acho que esse é o pré-requisito pra você trabalhar na sua vida pessoal e na sua profissional. Se você não gostaria de ser agredido na rua com um microfone enfiado no seu nariz, te bombardeando de perguntas, agressivas, então não faça com os outros...

Então essa regra de atuação, tanto com relação ao respeito à fonte quanto com relação à variedade de fontes... Chegou até você de que maneira?

Isso veio de um conjunto de coisas, veio desde o período de faculdade, que você vê aquela coisa de “preservar o sigilo da fonte” ... Só que na prática você passa a trabalhar de formas diferenciadas. Eu costumo dizer que a gente tem fontes e informantes. A fonte é aquela pessoa que se me passar uma informação eu tenho certeza que é verdadeira, que eu posso confiar no que aquela pessoa está dizendo. O informante, eu costumo dizer, que até é o porteiro do seu prédio, o motorista do ônibus, são as pessoas que te passam uma informação pra você apurar. A fonte é aquela pessoa que te passa a informação já com algum embasamento, se um policial que é a minha fonte me passa uma notícia me diz: “olha, encaminhei pro seu email uma ocorrência que é sigilosa, que ninguém está sabendo, que não está sendo divulgada, que está sendo protegida a sete chaves pela PM”, eu nunca vou reencaminhar aquele email pra ninguém nem muito menos divulgar. E a partir daquele documento que eu já tenho, eu vou passar a procurar uma forma de ter oficialmente acesso àquele documento. Eu vou até o comando da PM e dizer que “sei que existe o BO com número tal, com REDs tal, que diz isso, isso e isso, e quero uma cópia dele”. Isso é uma fonte e essa fonte é que precisa de que eu tenha cuidado com ele, mas volta-se à regra inicial. Por mais que a informação que te seja repassada seja um furo, que ninguém mais tem, ainda assim, você tem a obrigação de ouvir todos os lados e isso não é uma questão de faculdade ou da empresa, mas uma necessidade que você observa no seu dia a dia como repórter. E você percebe que se fizer uma matéria sem esses preceitos, você não vai conseguir fazer a segunda, porque vai perder a

credibilidade, vai perder o respeito, não vai ter a confiança. Porque isso não é só com relação às suas fontes, mas também com a população em geral. Porque eu não sei se amanhã você vai ser o meu entrevistado, e vice-versa. Então eu parto do princípio de que isso tem que ser em todos os lugares que você vai, com todas as pessoas. Ouvir as pessoas e respeitar as opiniões que ela está te passando, porque ela pode ser um informante em potencial, uma fonte em potencial... ou mesmo um entrevistado em potencial. Então a gente tem que ter esse cuidado em todos os minutos da nossa vida profissional, isso com certeza é adotado na empresa por todos os profissionais e isso se torna regra, mas ninguém nunca chegou pra mim aqui dentro da TV Alterosa e disse “Olha, você tem que agir assim”. Isso você já traz na sua bagagem pessoal, você traz a sua bagagem, de informação da faculdade e você fica observando a forma de agir dentro da sua empresa... Não necessariamente todas as regras têm que ser escritas e impostas ou mesmo formalizadas. É estranho te explicar, porque a gente acaba sabendo que aquele é o jeito certo de se agir.

Você falou da sua rotina de trabalho... Como é a sua rotina diária no trabalho?

A minha rotina de trabalho? Eu, por exemplo, trabalho na parte da manhã então, salvo algumas exceções como quando tem viagem ou quando o Evandro precisa e a gente troca o horário, mas a gente trabalha com o horário do repórter fixo. Eu entro às 7 horas e trabalho até as 3, em geral quando eu chego na TV já tem alguma pauta prevista. E como a nossa linha editorial agora está mais baseada em factuais, em comunitário e em curiosidades, parte-se do princípio que nem sempre um boletim da Prefeitura é necessariamente uma pauta. Então a gente costuma trabalhar com duas pautas marcadas por dia. E ficar atento às rondas que são feitas com os Bombeiros, com as Polícia, com os líderes comunitários... Das cidades vizinhas. A gente está sempre ligando pra saber e as pessoas enviam... Tem os sites, que são parceiros. A gente faz uma ronda muito grande, sempre antenado nas que são os principais factuais. A minha rotina é essa, eu chego, sei que tem duas ou três pautas e que eu tenho que estar sempre ligada no que é factual, que a produção também está ligada. Então se eu vou pra rua pra uma pauta marcada às nove e eu cheguei às sete, eu vou dar uma passadinha na delegacia, conversa com o pessoal e pergunta “teve alguma ocorrência de destaque essa noite? Alguém entregando alguma coisa por aqui?”... Porque o quê que acontece? Nem sempre o que pra gente é interessante a Polícia enxerga do mesmo jeito. Então pra eles é uma coisa tão rotineira, que de repente uma ocorrência de apreensão de duas buchas de maconha,

encontradas na mochila de uma criança de dois anos... Peraí! Duas buchas de maconha não é o tipo de notícia que você daria, mas o fato de estar na mochila de uma criança é diferente. Você tem que ter esse tipo de cuidado porque o policial na correria do dia a dia E às vezes até na preguiça de avaliar melhor a informação, acaba deixando passar, como uma coisa melhor. E aí você tem que garimpar e eu acho muito gostoso esse trabalho de garimpar, às vezes eu estou na rua e não está acontecendo absolutamente nada, eu pego o telefone e ligo pras minhas fontes: “E aí, você está trabalhando hoje, tem alguma ocorrência em andamento?” ou “não tem nada acontecendo no bairro, nenhum evento aí na comunidade?” ou então “algum problema que está precisando de ser resolvido, alguma rua com buracos?” É isso que a gente costuma fazer. Então a minha rotina é basicamente essa, a gente trabalha com algumas matérias marcadas pela produção, e sempre correr atrás de notícias que não sejam burocráticas, que você tem aquilo como marcado, que é o factual.

E isso pode ser o diferencial do seu noticiário...

Nosso jornal é baseado no factual, precisa ficar ligado pra isso. E o fato de que às vezes a equipe fica dentro da redação, acho que ela só pode ficar mesmo quando ela tem alguma coisa pra fazer, seja uma pesquisa importante de algum tema que ela esteja fazendo, na internet, ou seja consultar se em alguma cidade da região que aconteceu alguma coisa parecida, ou seja fechando o texto. Porque na rua, o simples fato de estar na rua o fato já chega até você. Um aglomerado de pessoas na rua pode ser alguma coisa. Eu costumo brincar que o jornalista precisa ter uma visão diferenciada daquilo que todo mundo viu. Se você passa no local e tem um monte de gente olhando pro alto e uma pessoa pendurada na janela, um médico vai pensar assim: “Nossa, se ela cair, vai quebrar o pescoço, todos os órgãos” ou então “não, daquela altura ali ela vai ter no máximo uma fratura” e o jornalista precisa perguntar o que aconteceu, se a pessoa quer pular, perguntar se ela disse isso, se ela está sendo ameaçada, se é um suicida, saber o que está acontecendo... Bater na porta do prédio, saber se a polícia chegou, se o cara é louco, se já chamou a família. Então o jornalista precisa saber o que está acontecendo. Saber os detalhes que as pessoas se contentam em julgar sem saber o porquê.

Suas matérias, por trabalhar de manhã, entram preferencialmente no jornal da manhã ou não existe uma divisão apesar do horário fixo do repórter?

Não existe isso não. Hoje por exemplo eu fiz duas matérias que não entraram no primeira edição, elas não entraram no Alterosa em Alerta. Elas vão entrar no Jornal da Alterosa local. O Evandro ontem, anteontem, ele “fez” um idoso que foi baleado por engano, né, por causa de uma rixa perto do Shopping. O horário que ele trouxe o material já não deu pra ser editado no jornal da noite e já entrou no Alterosa em Alerta. Eu acho que, assim, se o repórter trabalha no horário da manhã ele deveria preferencialmente entrar mais cedo, mas nem sempre é assim que acontece, não é obrigatoriamente. Nós trabalhamos para os dois jornais...

A linha editorial dos dois jornais segue mais ou menos a mesma coisa

A mesma coisa, sim. Na verdade tanto na linguagem quanto na apresentação.

Quanto à produção desse material passa pela produção e pelo repórter

É, o start da produção parte basicamente do mesmo jeito, tanto pro factual quanto pros outros. A produtora recebe uma ligação ou ela descobre um fato pela internet, pelas pessoas que ela conhece, pelos jornais. A partir disso, ela vai conseguir os contatos de todas as pessoas que precisa pra marcar a matéria e se aquela ali é uma denúncia, ela vai procurar o outro lado, procurar a autoridade, marcar aquilo tudo, colocar na pauta e entregar pro repórter. Se o repórter está na rua, vê ou é informado de alguma coisa, porque às vezes a gente está no carro, parado no sinal, e alguém avisa que viu um prédio pegando fogo... Então é muito uma coisa de conseguir chegar, perguntar onde, se ele sabe se tem alguém ferido, se tem bombeiros, se a rua está fechada. Por mais ansiosa e nervosa que a pessoa chega, ela pode te passar alguma informação, por quê? Porque você precisa pensar se a rua está fechada e se vai precisar de achar alguma rota alternativa pra chegar lá, pensando na praticidade da coisa. Como chegar até o local onde tem o fato, que roteiro preciso pra chegar lá, lugar pra estacionar. Se me falam que encontraram um corpo na Rio Branco próximo do Fórum, eu sei que ali perto não tem lugar nenhum pra estacionar o carro. Então tenho que organizar como chegar lá mais rápido, e no trânsito de Juiz de Fora, não dá pra pensar mais só como jornalista, mas como uma engenheira de tráfego... Infelizmente. Tudo isso faz parte desse fazer e as produtoras também têm que estar conscientes disso, se você vai marcar uma entrevista num prédio que você sabe que não tem garagem, não tem onde estacionar, às vezes você vai buscar equipamento, se o carro vai ficar longe... Então talvez você possa marcar com aquela pessoa num ponto de encontro. Já aconteceu de marcar com a pessoa e ela vir na TV dar a entrevista,

porque estava perto do centro. Você vai gravar a entrevista, vai fazer imagens, vai atrás do outro lado da informação.

Como é que pode acontecer a sua interferência enquanto repórter no material que está sendo produzido?

Isso é o tempo todo. Porque cada repórter tem o seu jeito de escrever, tem o seu jeito de avaliar a notícia e de avaliar o que é mais importante. Eu fico brincando que você pega o mesmo líquido e passa por diversas peneiras. Cada peneira vai ficar um pouco diferente da outra. Então se eu encontro com um repórter da Globo, um repórter da Record, um repórter da Band, um da TVE... Cada um vai pegar a mesma informação, vai analisar aquilo de um jeito diferente e vai escrever aquilo de um jeito diferente. Então cada repórter vai imprimindo da matéria um pouco do pessoal dele. Então eu tenho muito tempo de cobertura policial, se eu chego pra cobrir uma pauta, junto com uma repórter mais inexperiente, que está começando agora, nós vamos ver as coisas diferentes, das informações que a polícia está passando. Eu já vou pensar, “mas peraí... Esse bairro, há dois anos teve uma apreensão de 40 quilos de cocaína, é o mesmo endereço? Na época, toda a quadrilha foi presa, é alguém que foi solto?” Então essa coisa que você vai buscar no seu banco de dados pessoal, faz com que a gente veja aquela coisa: o repórter vai ser isento? Não, ele não consegue. Eu acho que o repórter tem que ser correto. Ele tem que ouvir todos os lados e não pode tomar partido, agora isenção total, você ser como um robô, ser frio e se distanciar do fato e não colocar nenhum pedacinho seu, ali, nenhuma assinatura... Eu não conheço um repórter que consegue. Eu tenho meu jeito, é Michele Pacheco que tem um, o Evandro tem outro. Mas eu acho que o gostoso é isso, a liberdade que as empresas dão ao profissional de deixar a sua marca. Deixar o seu estilo. Cada um tem o seu estilo, ter um estilo não significa inventar notícias, não significa você desvirtuar a notícia, não agir de má fé com o entrevistado, marcando com ele pra ele falar uma coisa que você acha que é verdade, mas que ele não acha... Claro que acontece, a nossa profissão tem cada pessoa, que eu vou te contar uma coisa, que são difíceis de você encarar como pessoas, mas isso depende da consciência de cada um.

Na sua experiência, tem algum tipo de tema ou abordagem que seja tratado com mais cuidado?

Eu acho o seguinte, qualquer pessoa, mesmo que não seja jornalista, que queira chegar numa delegacia e quiser se informar sobre alguma coisa, sobre algum caso, ela vai conseguir fazer

alguma coisa, escrever algum texto ou gravar alguma coisa, algum vídeo. Só que quanto mais experiência você tem, melhor. Isso é meio estranho, meio difícil de colocar em palavras, mas aquela coisa da sensibilidade. Você vê tanto de uma mesma coisa, que você passa a enxergar de uma outra maneira e se torna, eu não diria um especialista, mas você passa a ter uma visão mais crítica. Se hoje eu pego um garoto apreendido, de doze ou treze anos, que acabou de ser apreendido porque deu um tiro na cabeça de outro, que estava com drogas, e ele está chorando na delegacia, eu já não me sensibilizo mais. Eu já não acredito naquelas lágrimas, eu vou olhar aquele garoto como um adulto, porque antigamente eu ficava arrasada, eu queria torcer o pescoço do maior de idade que colocou o garotinho naquela situação, mas eu recebi uma lição quando, há uns oito anos, houve um assalto numa granja, no bairro Linhares e um senhor de idade, que morava sozinho e tinha uma acompanhante que ficava com ele durante o dia. Os ladrões entraram na granja, roubaram, pegaram os dois, espancaram, trancaram eles machucados no banheiro junto com essa acompanhante... E roubaram tudo que tinha na casa dele. Era uma casa humilde, com pouca coisa, mas o pouco que tinha os garotos levaram. A empregada ficou apavorada com medo dele morrer e conseguiu passar no basculante do banheiro, caiu no matagal, correu, pediu ajuda e a polícia conseguiu pegar os caras. Eram um adolescentes de 16 anos e dois caras, dois jovens, um de 18, 19 anos e um de uns 20. O garoto chorava de molhar a espuma do microfone, a camisinha do microfone ficou encharcada e ele chorava e eu fiquei arrasada com aquilo. “Por que você fez aquilo? Você foi obrigado?” “Fui, eles me ameaçaram” ... Meu coração ficou em pedaços vendo aquilo, pensando em que mundo cão é esse que eu tô divulgando. Cheguei pros policiais e disse: “gente, você têm que torcer o pescoço desses rapazes, olha o que eles fizeram com o garoto...” De repente veio o senhor, com o rosto todo deformado, com os dentes quebrados, virou pra mim e “ô Dona, aquele ali que tá chorando foi quem me bateu”... Pra mim, daquele dia em diante, eu passei a ter uma visão mais fria dos fatos, a não me deixar levar por lágrimas de crocodilo de quem tá preso, porque quem vai preso, seja por arrependimento ou por qualquer outra coisa, vai chorar mesmo, então você tem que ter esse olhar mais frio, mais experiente pra avaliar se por baixo daquelas lágrimas pode ter uma pessoa má. Então a gente, no início, é muito difícil mesmo, a gente fica muito sensibilizado com essas histórias de adolescentes envolvidos com o crime e hoje você vê a situação como a cidade está. Tudo, eu acho, que é um pouco de experiência, a situação do tráfico de drogas, quanto mais você sabe, quanto mais matérias você faz, melhor é quando você tem que pegar uma ocorrência desse tipo. A Polícia Civil fez uma apreensão de drogas, prendeu o... O Grilinho na Vila Olavo Costa. Quem que é o Grilinho, você sabe quem

é? Pois é, eu sei que o Grilinho era o atual chefe do tráfico de drogas, porque eu acompanhei a trajetória até ali, que o Agnaldo foi assassinado e o grilinho assumiu... Entendeu? Tudo é um pouco de experiência e eu acho que faz diferença sim...

E tem algum tipo de medidor da qualidade desse trabalho?

Retorno? É... O retorno você tem em audiência, mas esse retorno, pra mim, não é tão importante quanto o retorno que eu recebo de policiais, de familiares de presos, de comunidades. Eu sei quem tem equipe que não consegue entrar no Jardim Casablanca, só entra escoltada. Eu entro a hora que eu quiser, eu e o Robson, a gente sobe o Jardim Casablanca de carro ou a pé a hora que a gente quiser, porque eu tenho o hábito de enxergar da seguinte forma: Se eu estou entrando no presídio e eu vou entrar numa cela, aquilo ali é a casa de alguém. Então eu vou pedir licença, se eu vou na sua casa, eu vou ser convidada, concorda? Então por que que eu vou invadir a casa de outros? As pessoas já estão ali presas, já estão cumprindo as suas penas pagando o que devem, por que eu vou humilhar ainda mais aquelas pessoas ali? Então eu sempre fiz questão de pedir “ô gente, dá licença, eu posso entrar? Tá tudo certo aí?” Esse jeito, de tratar as pessoas com educação faz com que elas te retribuam da mesma forma. Se eu chego num bairro, que eu sei que é comandado pelo tráfico, a primeira coisa que eu faço é parar num lugar que eu sei que é, porque fica explícito, - volta essa questão da experiência - você observou que certos pontos do bairro e sabe, pela postura, quem está ali como olheiro, quem tá ali vendendo, como segurança de boca... E você passa ali como quem não quer nada e fala “tudo bom? Estou sabendo que tem uma rua cheia de buraco lá em cima, você pode me dizer onde que é, porque tô procurando os moradores que estão ligando pra reclamar...”. Então, quer dizer, eu estou pedindo autorização pra entrar no bairro? De certa forma, sim. Mas as pessoas, os criminosos do bairro não vão ficar com a sensação de que estamos tentando entrar lá pra vigiá-los ou pra pegá-los num flagrante. Pode até acontecer esse flagrante, mas isso vai ser usado muito depois que a equipe tenha ido ao bairro, então tudo é uma questão de postura de como você lida com as pessoas, que vai determinar a forma como vão te retornar e esse retorno pra mim é mais importante. Já aconteceu uma situação que o Robson achou que a gente fosse apanhar dentro do Ceresp, na época que a gente ainda... Que o Ceresp ainda estava sob a guarda da Polícia Civil e da PM, houve uma rebelião, eles pegaram uma cela inteira e cavaram a cela toda e a gente entrou, depois que os responsáveis autorizaram a entrada da imprensa, quando eu cheguei, as celas

estava todas abertas e todos os presos do lado de fora, quer dizer todo mundo do mesmo jeito e um preso me grita do outro lado do pátio: “Michele Pacheco!” e o Robson: “Agora cê tá lascada! Você morre hoje” e eu: “Quê isso, Robson? Calma...” e eu olhei pra ele e falei: “Sou eu...” ele respondeu: “Ó! Bacana a reportagem que você fez comigo, valeu mesmo! ficou legal” e eu “Ah, legal... Daqui a pouco você tá saindo, né...”. Entendeu? Se eu tive respeito por ele na hora que fiz a entrevista, ele tá tendo respeito comigo depois. Então, assim, as pessoas me perguntam, igual o Rodrigo (*Dias, diretor de Jornalismo*) falou comigo outro dia: “Como que você teve coragem de perguntar as coisas que você pergunta”. Eu disse que não, eu chego pra eles antes e pergunto se se importam que eu faça algumas perguntas e ele: “Não, Dona. Não me importo”. Se ele não quiser responder, ele não responde porque eu pergunto e ele responde se quiser, não obrigando ninguém a nada... O que vai ao ar, a pergunta, o bastidor daquilo ali é uma situação de respeito. Se não quiserem mostrar o rosto, abaixa a cabeça, se quiser, fica de costas, eu preciso perguntar, se não quiser responder, não responde.

Num dia com pouco factual desse tipo, com matéria mais fria, existe uma tendência a uma cobertura mais “automática”, mais burocrática?

Ah, sempre existe um dia em que você não está muito inspirado, né? Aquela questão, por exemplo, eu sempre enxerguei de uma forma diferente aquelas matérias que ninguém mais gosta. Quando entrei na TV Alterosa, novata, era aquela coisa de pegar só matéria de bairro... Matéria de bairro ou comunitária, seja lá como cada emissora chama, é considerada o patinho feio, aquele negócio que ninguém quer. Eu já era o contrário, era rata de bairro e catava todas, por quê? Ah, porque a matéria de bairro parte do princípio, pra muitos profissionais, de que é matéria de tapa buraco, mas eu nunca enxerguei dessa forma, porque no bairro você tem uma fidelidade muito grande. Se a pessoa te ligou pra falar de um problema no bairro dela, é porque ela confia em você pra resolver os problemas dela. Então já é um ponto positivo, eu já tenho que dar algum retorno pra ela, por esse voto de confiança. Ponto dois, as pessoas esperam muito de uma matéria de bairro. Se e uma matéria de denúncia as pessoas já ficam esperando uma matéria fabulosa, esperando que ela resolva absolutamente tudo... Se você faz uma matéria de polícia, fica esperando muito movimento, muita ação, muita... Mas da matéria de bairro ninguém espera nada dela, é o quê? É a escola, onde você está procurando alguma coisa inovadora, onde aparece. Quando a TV Alterosa mudou o estilo tradicional pro plano em sequência, foi lá a minha escola, porque eu ia pra lá e fazia todas as comunitárias, de

reclamação de bairro em plano sequência. E mostrava aqui, mostrava ali, via se ficou longo, ensaiava e o Robson passa por trás, desviando e mostrando o que precisava. Pra gente, era uma grande lição, de resolver os problemas, mas resolver de uma maneira diferenciada. Hoje a gente tem o jornal estadual, JA-1, de Belo Horizonte e a gente consegue contribuir com quase uma matéria por dia pra lá. Nem toda emissora da Alterosa consegue e não está no fato de o problema de bairro aqui ser mais grave do que o problema em Divinópolis, e sim da forma como você conta as histórias. Então eu acho que esse cuidado, esse carinho, é essencial. Eu adoro todos os tipos de matérias, e falar: “Nossa, você deixou de caprichar na matéria porque ela era mais simples ou não era destaque...”. Mas quem garante que ele não é destaque? Dependendo do meu trabalho ele pode ser destaque sim. E tem outra coisa, se eu faço um texto pra uma matéria local e o assunto é bom, ele não vai entrar no SBT, mas se eu faço um texto de rede em todas as matérias, seja ela boa ou não, ela vai entrar em todos os lugares. Eu sou preguiçosa, ao invés de escrever dois textos, eu escrevo e capricho num só e isso eu falo agora com o SBT Notícias, que nem sempre a gente aposta e manda pra eles material pro SBT Notícias, mas entra muito. E entra por quê? Entra por que o material é bom e ele já foi feito podendo ser usado num nacional. E isso me poupa trabalho.

E nesse dia a dia de trabalho todo, questionamentos sobre o que se pode e o que não se pode fazer, são constantes?

A primeira coisa, o primeiro censor que todo mundo tem é a questão do bom senso. De que forma? Não tem que pensar nem se vai perder o emprego, não, tem que pensar primeiro na sua vida. Porque pensando em matérias policiais. Então é muito mais fácil que aquele bandido, com quem eu estou tendo contato, me achar pra se vingar, do que eu descobrir onde ele está. Eu não sei como ele está com a família dele, eu não sei o que ele seria capaz de fazer comigo ou com a minha família se eu for antiética, se eu pegar no pé dele, se eu ridicularizá-lo. Então isso tudo você tem que levar em consideração e é uma questão de bom senso, essa é a primeira... a primeira censura parte de nós mesmos. Um, eu não faço porque não gostaria que fizessem comigo e Dois, você tem que lembrar que é uma figura que, bem ou mal, é uma figura pública, então está exposta e não sabe de onde pode vir uma ameaça, está todos os dias na rua, nos bairros, e não dá pra saber de onde vem o perigo. E a censura de uma forma geral... com certeza cada empresa tem o seu estilo, a sua linha editorial e as suas recomendações, de que tipo? “Ah, uma pessoa ligou pra cá pra denunciar um prefeito da

cidade tal por uma coisa gravíssima” então espera... Esse prefeito tem um histórico, pessoa de grande histórico na política, de uma pessoa envolvida, aguerrida, comprometido, isso é verdade? Qual é o documento, qual é a prova que se apresenta? Se não tem prova é óbvio que a empresa não vai aceitar a matéria, porque você vai expor aquela pessoa sem provar nada e é processo em cima da empresa. E é processo ganho. Ou seja, você não tem como justificar que fez uma matéria porque uma pessoa te ligou e disse algo que você não tinha um vídeo, um documento, um depoimento nem nada mais que embasasse aquela denúncia. Então a maior parte das pessoas acha que as empresa não faz nenhuma denúncia contra uma pessoa ou contra um partido tal, mas tem que olhar que às vezes a denúncia também parte de alguém que quer alguma coisa...

Nesse caminho, então, a gente pode traçar uma importância da ética profissional do jornalista?

A ética profissional, eu acho que é só um reflexo da ética pessoal. Não vai existir um jornalista antiético que não seja uma pessoa assim, porque empresta à sua profissão e ao seu personagem um pouquinho do seu eu. Então se eu sou uma pessoa que dia a dia não respeito ninguém, passo por cima de uma pessoa que está um pouco abaixo de mim, eu não sou educada sequer com a pessoa que me atende todos os dias, que abre a porta do meu prédio pra mim... Eu não vou ser um profissional diferente. Eu posso fingir, ser uma fachada de pessoa muito bem resolvida, muito bem educada, mas no fundo, no fundo aquilo dura pouco. Então a gente tem que ter o cuidado de pensar a questão da ética como um todo, então se por exemplo, numa seleção de emprego olha-se para aquela pessoa como um futuro profissional e não como uma futura pessoa que vai ocupar aquele cargo, há um problema. Porque na hora da entrevista ele pode montar aquela personagem, aquela pessoa que ele acha que a empresa precisa, aquele profissional ideal, mas se no dia a dia, na convivência, o resultado desse trabalho é o que essa pessoa é por dentro.

No caso de uma matéria, parecer ético e dizer isso de maneira clara, é tão importante quanto ser ético de fato?

Eu acho que sim, porque eu acho que às vezes a gente trata o público como se ele fosse burro e tapado, mas ele não é. Então você fingir que é simpático numa matéria, pode enganar uma pessoa que viu uma matéria a primeira vez, mas se depois você passa na rua, essa pessoa te

cumprimenta e você levanta o nariz, pra dar um exemplo bem básico, ela diz “Nossa, mas quem diria! Na tevê parece tão simpática, mas ela não é”. Quando o motorista do ônibus deu uma freada e você xingou... “Nossa, mas aquela menina é tão educada na tevê, ela parece tão educada, mas é grossa demais!”. E o mesmo é com relação aos assuntos mais graves, uma pessoa te passa uma coisa em off e agora você usa o nome, o rosto dela? Adianta mentir? Você engana uma pessoa uma, no máximo duas vezes e a ética é uma coisa, mais do que uma palavra bonitinha que você pode usar porque é politicamente correto. Se você não utilizar dela, vai sobreviver muito pouco tempo, seja na profissão que for, no jornalismo então nem se fala. Você depende da fidelidade dessas fontes e da credibilidade, porque o jornalista antiético pode conseguir alguma coisa, pode subir na vida e tem alguns casos que ficaram famosíssimos, que pula de uma fonte pra outra, de uma empresa pra outra, de um jornal pra outro porque a máscara cai e ele vai ser demitido. Mas se ele tem nome do mercado é contratado de novo e o que acontece? Os colegas são éticos de não ficarem falando dos defeitos do seu colega que foi demitido. Então quem é ético não expõe os podres do outro, que pode seguir subindo, subindo... Eu encaro a ética como necessidade de sobrevivência, sendo bem sincera eu não sei se eu conseguiria ter acesso a todos os lugares que eu tenho, convivência com todas as pessoas que eu tenho sem a minha ética profissional, se eu fosse uma pessoa sem caráter. Se eu não jogasse limpo, porque eu tenho fonte de polícia que eu já peguei o telefone, já liguei pra ele e disse: “escuta, eu fiquei sabendo que vocês entraram no lugar errado, entraram na casa errada, metralharam o cachorro e ainda saíram com a mão abanando” e ele diz “Pode bater, Michele, a gente errou mesmo, o endereço estava trocado no mandado judicial e a gente fez uma lambança mesmo, pode fazer a matéria que a culpa é nossa”. Ou então já aconteceu o contrário de dizer “não, Michele, isso é mentira. Eu te mostro o mandado, a ordem judicial pra entrar lá e essa moça que está denunciando é irmã do suspeito e é ela quem esconde a arma embaixo da cama”. Entendeu? Eu jogo muito limpo, sempre chego com a fonte e, por mais que eu não a conheça agora eu falo qual é a denúncia, falo qual é o tema e pergunto o que a pessoa tem a dizer. A empresa muda a linguagem, mas o comportamento pessoal está ali... Hoje a orientação da empresa é pra trabalhar com o microfone aberto, pra roubar a informação da pessoa? Roubar entrevista? Não, é pra assegurar a equipe, porque se eu te abordo e você prefere não dar entrevista, ou conta o que aconteceu, mas não quer aparecer, eu não uso esse material, tudo bem, mas se amanhã ele se mete num processo e diz que não foi ouvido eu mostro o material arquivado, explicando absolutamente tudo da ocorrência e pedindo pra não aparecer. Está aí, foi ouvido e isso de trabalhar com o

microfone aberto e trabalhar às vezes com um “sobe som” e não com uma entrevista gravada é porque a pessoa... Você captou esse material pra se resguardar e a pessoa te autoriza a usar, então vai ao ar. Se não pode, não pode, depende da autorização dela, tem coisas cabeludas que você ouve da pessoa, mas que não podem ir ao ar, você tem que respeitar a vontade dela...

Tem a ver também com o fato de usar o plano sequência e menos cortes?

Mas às vezes o nosso plano sequência pode chegar na edição e ter muitos cortes porque às vezes ficou longa demais, mas fica feio. Às vezes você assiste a uma matéria em plano sequência e percebe exatamente onde teve o corte. Muda o tom, parece que o ar foi mexido, porque o clima é tão composto que quando o editor mexe, você percebe na hora. Mas às vezes não tem jeito, o entrevistado chega depois e você não vai deixar 6 minutos de matéria porque o editor não pode cortar a sequência, ele vai editar...

Mas essa matéria em sequência está mais exposta a alguns riscos, como de chegar no entrevistado e ele pedir pra que se retire algum trecho?

Existe sim, mas isso depende de quem está fazendo. Quando alguém assiste a uma matéria minha, por exemplo, tem a impressão de que eu cheguei no lugar totalmente “esbaforida” e comecei a gravar sem parar, mas não. Eu já cheguei no local, apurei as informações, mas sou muito rápida porque eu não gosto de chegar num lugar e fazer um plano sequência ou uma passagem num lugar sem movimento. Se eu chegar por exemplo num incêndio e faço lá uma passagem com uma carcaça imensa, que já pegou fogo e tenho imagens em seguida dos bombeiros apagando o fogo. Eu acho que a gente tem que ter no mínimo a consideração de ter continuidade. E na falta de uma informação básica eu vou no óbvio, falo o simples da ocorrência: “Os bombeiros foram chamados aqui pelos moradores e o problema é com aquele botijão de gás ali, que está pegando fogo”. Daí eu chego até o comandante daquela operação ali e pergunto: “comandante, você pode explicar pra gente o que aconteceu?” e ele explica. O morador, ou motorista... Ontem, por exemplo, teve aquele acidente na Espírito Santo, ali, de um capotamento. Eu cheguei, gravei o primeiro plano sequência e fui até os motoristas e perguntei se eles podiam conversar comigo, um não quis nem chegar perto porque disse que estava errado e foi embora. O outro conversou comigo mas falou que não queria gravar porque estava nervoso, mas que estava com pena do outro que fez muita lambança e já ia pagar o prejuízo, não quis gravar entrevista. Então eu fiz um segundo plano dizendo que eles

não quiseram gravar entrevista, mas mostrando imagem dele, autorizada. Acontece da pessoa gritar pra repórter que não quer gravar, mas em alguma situação muito extrema. Um incêndio no Bahamas, aquela correria, aquela confusão toda... perguntar o que aconteceu lá dentro e a pessoa não quis falar, aconteceu comigo. Agora alguém dizendo pra sair do lugar por causa do risco é um sobe som que explica mais do que está acontecendo do que uma entrevista. E nesse caso se a pessoa não falar, ou não vai ao ar ou então as pessoas que estão em casa estão percebendo que é uma situação de crise que as pessoas não querem falar, é diferente do caso de algum crime que você vai enfiar o microfone na cara da pessoa e ela vai mandar sair, que não quer falar. Em geral, você consegue chegar antes e conversar com as pessoas antes, sentir as pessoas e perguntar se elas querem gravar ou não.

Já aconteceu algum questionamento das coberturas, ou críticas?

Acontece sempre... Jesus Cristo não agradou a todo mundo e você também não vai conseguir um milagre desses. Você não tem que se preocupar com isso, tem que se preocupar com o que a sua ética e o seu bom senso te manda. Por exemplo, se você for num bairro e fizer uma entrevista, uma matéria de bairro, vai ter morador que vai gostar e vai ter gente que não, vai ter gente que vai me ligar, como geralmente acontece com as pessoas que falam muito, vão ligar revoltadas... Ela falou dez minutos de entrevista e ela fica revoltada com você porque dá entrevista dela não foi nem um décimo ao ar. E não vai mesmo, você não vai abrir um buraco na programação porque aquela pessoa acha que precisa falar muito. Então quando a pessoa começa a falar demais eu já interrompo e falo que está longa, que o editor vai cortar e que não vai ao ar grande desse jeito. Nem sempre as pessoas gostam e às vezes não querem mais fazer a matéria, tudo bem, direito seu. A matéria foi ao ar, ficou longa e ainda assim as pessoas reclamam: “Ah, mas eu não fui ouvido!” foi sim. Você foi ouvido, eu tenho aquelas imagens pra comprovar, ou se não dá pra ser pessoalmente a gente normalmente grava as ligações por telefone pra nos resguardar, hoje a oferta de informação é muito grande, você manda um email pra assessoria de imprensa e espera por escrito uma resposta. A nota está aqui, já aconteceu, há pouco tempo, de a gente ir num condomínio, que é um dos mais violentos da cidade, eu consegui o telefone da síndica, fomos até lá, gravamos e a matéria foi ao ar no dia seguinte e ela me ligou estressadíssima: “olha aqui, eu quero que você refaça a matéria”. “Mas como assim, refazer a matéria, em que sentido? Não estou te entendendo...” Ela reclamando que os moradores estavam falando mal dela, que o lado dela ficou sujo, mas aí eu

falei “é claro que o seu lado está sujo, os moradores estão reclamando de você e foi por isso que eu te procurei, eles disseram que não têm segurança, que o esgoto tá vazando, que o portão fica aberto e você não vai lá nunca... Isso tudo foi passado antes da entrevista e você respondeu a isso tudo, o que mais você quer que eu faça? Tem a reclamação deles e o seu lado da história, agora você quer mais o quê? Que eu tampe a boca dos moradores e faça eles mentirem, te elogiarem e te aplaudirem? Isso é você quem vai fazer com eles e eu não tenho nada com isso não. O meu papel é ouvir todos os lados e todos os lados estão na matéria, agora em qual parte da matéria você acha que não teve espaço suficiente?” e ela respondeu “Ah, eu não assisti a matéria” e aí eu “então faz o seguinte? Antes de reclamar com uma pessoa do trabalho dela, procura assistir. Entra no nosso site, vai ver a matéria” e ela “ah, então de noite você vai repetir a matéria”. Disse “isso não cabe a mim, isso é com o editor, agora, não vejo mais o que você quer, mudar a matéria pra defender alguém? Aí os moradores têm o mesmo direito e eu vou ficar fazendo matéria com vocês o resto da vida? Se você assistir a matéria e continuar pensando dessa forma, aí você me procura de novo que a gente conversa”. Ela nunca mais me ligou porque ao assistir a matéria ela percebeu que estava lá exatamente o mesmo tempo de um pro outro. Então isso de reclamação, crítica e cobrança toda emissora recebe. A Globo recebe crítica porque é superficial, a Alterosa é criticada porque vai muito a fundo e só mostra polícia, a BAND porque só pensa em esporte e a Record porque é do Bispo. As pessoas não estão satisfeitas em lugar nenhum. Então você tem que lidar com isso, agora, se você tem todo aquele cuidado que nós já falamos, com a ética profissional, a ouvir todos os lados, o risco dessa reclamação dar em nada é muito grande. Você tem a sua consciência tranquila.

Sobre os códigos de ética em si, ou documentos da empresa, eles têm impacto direto na rotina...

Eu nunca recebi um documento da TV Alterosa que me dissesse assim: “olha, você não pode entrevistar um político tal, o médico tal, cobrir tal assunto”. Até mesmo porque se uma empresa fosse vetar alguma coisa, ela não deixaria isso físico, claramente. Então quando há algum tipo de recomendação, ela é feita oralmente de uma forma que te explique aquela coisa, pelo menos dentro da TV Alterosa. Houve uma vez, uma época em que a Polícia Civil estava em greve e eu e o Robson a gente tava na rua, sem pauta, quando a gente viu aquela movimentação, aquele tumulto, a gente foi e fez a entrevista. Quando eu trouxe o material já

pronto, achei que ele fosse entrar, e fui chamado pela minha chefe que disse: “Olha, você não faça mais isso, de fazer a greve da Polícia sem se comunicar” e eu falei “mas eu te trouxe o factual, trouxe o fato rápido” e ela disse: “mas você já parou pra pensar, Michele, em porquê que ninguém estava mais lá cobrindo?”. Eu respondi: “uai, porque ninguém mais chegou lá a tempo” e ela: “não. Você não viu ninguém lá cobrindo porque tanto a Globo quanto a Alterosa, quanto a Band... Fizeram um acordo com o Governo de Minas de pegar leve nessas matérias. Porque os policiais estão aproveitando ano de eleição pra fazer estardalhaço em cima de uma coisa que o Governo apresentou documentos de que não é algo verdadeiro.” Falei “ué, mas então cabe ao Governo gravar entrevista e falar isso”, mas ela “não, não cabe! Cabe a nós cumprir o que a empresa combinou”. Passados dois anos a minha pauta era greve da polícia, o meu chefe era outro e eu fui perguntar e ele disse que naquela época parece que o combinado era esse mesmo por causa do momento político que se estava vivendo, mas que agora não existe mais isso e o Governo vai responder se ele quiser. Então eu acho que em momento nenhum você vai encontrar alguma televisão ou órgão de imprensa que tenha por escrito a sua censura. Regras você tem, mas a TV Alterosa, por exemplo, tem os seus objetivos. Qual que é o nosso principal objetivo? Qual o nosso trabalho e a nossa função? Tudo se é treinado pra ser como tem que ser...

Aquele código de ética da FENAJ, ou da ABERT... Ele é uma presença que não acontece...

Não aqui, na TV. Parte-se do princípio que você é o maior interessado nisso tudo, você vai se filiar ao sindicato, você vai procurar saber, discutir, ler... É você quem vai procurar isso e é como a sua bíblia. Você tem as suas crenças religiosas e se baseia nas suas regras, profissionalmente é a mesma coisa. Você tem que conhecer aquilo que é a sua profissão, se o médico é obrigado a conhecer todos os códigos de ética da sua profissão, todos os tratados, todas as convenções da profissão, por que nós, jornalistas, seríamos diferentes se o que a gente faz é exatamente matar ou salvar, muitas vezes? Uma matéria mal feita, que mostre só um lado, ela condena uma pessoa. Você pode matar uma pessoa que, se ficasse envergonhada, acabada, arrasada com o resultado do seu trabalho poderia cometer suicídio. Como que você, profissional, conviveria com esse resultado do seu trabalho? Então é isso que eu acho com relação a essas regras, as posturas e a Lei de imprensa, não é uma obrigação da empresa te fornecer, mas sua como profissional procurar saber e aplicar sempre.

[Após a entrevista, ao encontrar novamente com a entrevistada, ela afirmou ter se lembrado de que em período anterior, de outro Diretor de Jornalismo, havia uma normatização, seguindo as regras de coberturas jornalísticas internacionais de Direitos Humanos a respeito de abordagem de jovens, adolescentes e crianças, ou sobre direito de resposta. Ela afirmou, ainda, que atualmente essas regras até continuam a ser seguidas, mas de maneira mais informal pela redação.]

APÊNDICE E

Entrevista com o produtor Pedro Ivo Nunes Almeida, na sede da TV Integração no dia 28 de novembro de 2013 - 37 minutos de duração.

Há quanto tempo você trabalha aqui e nessa função?

Bom, aqui eu trabalho desde abril desse ano, há sete meses, no dia 15 de abril.

Como foi o seu caminho profissional pra chegar aqui e nessa função?

Eu me formei em janeiro de 2011 na Universidade Federal de Viçosa e já era estagiário da TV local, uma TV Universitária. Mas na verdade quando eu acabei de me formar eu fui trabalhar num jornal local em Ponte Nova, perto de Viçosa. Eu trabalhei lá por três meses e então surgiu uma vaga pra coordenar a área de jornalismo na Rádio de Viçosa, que funciona junto com a TV lá. E como eu já tinha trabalhado lá por três anos, porque a maior parte do meu curso eu passei lá, eu voltei pra coordenar a parte de jornalismo apesar de ser muito novo, mas encarei o desafio. Apresentava um jornal na rádio lá, numa rádio universitária, mas ainda assim era um jornal diário pra colocar no ar. Então passei pra TV e depois teve uma mudança e eu fui pra coordenação do jornal da TV, foi assim que eu ganhei alguma experiência com TV. Mas lá eu ficava meio inquieto com essa questão de estar muito novo pra ocupar esse cargo de responsabilidade, porque lá eu era editor e até acho que fazia um trabalho bom, mas não estava na hora de ficar corrigindo texto porque era a hora de corrigirem os meus textos por que por mais que eu estivesse preparado, a questão de experiência era mais necessária. Aí fiquei sabendo da vaga aqui, mandei currículo, fiz entrevista e entrei como produtor aqui.

Então nesse tempo de trabalho...

Eu já passei por tudo, impresso, rádio, TV, edição, produção... Tudo. (Risos)

Mas existe alguma regra de trabalho?

Eu acho que, falando em jornalismo, independente de ser denúncia ou não... O importante é ouvir os dois lados ou ouvir os lados, porque nem sempre são dois. E isso parece papo chato, mas não é, porque é importante mesmo, ou então a empatia, pelo menos, de se colocar no lugar do outro. A sua pauta, as informações que ainda não são notícias chegam e você precisa se colocar no lugar daquela pessoa que está te passando aquela informação, se um release

chegou com dados do IBGE, por exemplo, você tem que pegar e aproveitar aquele trabalho e tomar o cuidado de ir atrás dele, buscar a fonte da informação primária e buscar ouvir os lados de todos aqueles que sejam envolvidos na sua informação. Não necessariamente da mesma forma, é comum colocar a nota pé, entrar assim... Mas não há regra, uma avaliação diária de questões logísticas e de questões editoriais também pra saber onde vamos encaixar os dados o tempo todo, sabendo se vai entrar no VT, ou se vai ficar com Nota pé... Mas eu acho que escutar os lados, nesse sentido é importante, além de escutar a fonte primária. São coisas que, pra mim, são as melhores regras. Acho que é isso que segue todo dia e é o que eu me lembro de ter que fazer o tempo todo.

A mais básica das regras é, então...

Checar a informação é o mais importante, porque informação chega o tempo todo e a gente tem que fazer esse trabalho de buscar confirmar, porque por mais que as pessoas não queiram se identificar, é um direito delas, mas, assim... É engraçado: Vai falar mal de um hospital, de uma secretaria e eu vou ter que ligar e confirmar e saber o que está acontecendo a não ser que seja algo muito grave, quando a pessoa me liga pra dizer que estava lá há três dias esperando atendimento e aí eu não vou ligar, vou lá, gravar com a personagem, que é quem sustenta essa denúncia e depois a gente guarda esse material pra confirmar com uma outra pessoa, mas aí eu tenho que ir lá ver... A gente tem que confiar na pessoa e é nessa hora que a gente tem as exceções às regras e a gente tem que confiar um pouco mais nas pessoas. Porque às vezes as pessoas ligam e faltam cinco minutos pro jornal e a gente tem que avaliar se tem como entrar com isso no ar ainda no jornal, ainda que não tenhamos uma apuração finalizada. Temos que ver como isso funciona, porque todas as pessoas que são envolvidas naquela notícia têm que ser ouvidas de alguma maneira e às vezes a gente liga para as pessoas pra apurar e vai registrar as formas como procuramos essa pessoa no caso de ter que entrar com o material ainda que ela não esteja ouvida completamente.

Essa regra, de averiguar e colocar as pessoas falando... Isso te foi passado como?

(Risos) Olha, eu não sei! Mas eu acho que é do próprio curso, que é uma noção que eu tenho desde sempre, sempre lembro de saber isso, das reportagens que todo mundo fazia pro jornal laboratório, já tinha meio que essa noção. Acho que foi passado dentro do curso mesmo e um pouco de conversas com quem nem era do curso também, mas que tinham essa noção, pelo modo e pelo formato que é feito que você tem uma noção de como que o negócio é feito, de

ouvir todos os pontos. Se você for ver, o direito de resposta vale não só pro jornalismo, porque se foi publicado, tudo bem, mas as pessoas têm, judicialmente, esse direito também de resposta porque a pessoa que diz aquilo precisa provar que está certo. Acho que sempre tem-se essa noção pelo sistema jurídico e policial a gente tem essa noção. Em casa, se você briga com o seu irmão, a sua mãe vai querer ouvir os dois lados, então é sempre essa orientação que é muito além, porque o curso já traz isso desde o primeiro dia e fica aqui na redação como uma vivência constante.

Como é a sua rotina de trabalho?

(Risos) Normalmente meu horário começa a uma hora da tarde, então eu chego aqui a uma hora da tarde e o MGTV Primeira Edição está acabando naquela hora, a gente tem uma reunião de pauta e a gente já prevê o que tem pro dia na parte da tarde e faz o que chamamos de passar a grade. E nessa grade tem tudo que a gente vai fazer, todas as equipes e horários lá que a gente designou pra fazer tudo e vai preenchendo aquilo. Eu chego de tarde pra ver quais são os buracos da grade, porque eu chego e vejo, cada equipe normalmente grava dois VTs, e um ao vivo, um stand up, ou alguma coisa menor. Pode fugir à regra, mas normalmente é isso que acontece. Cinco equipes, cada uma fazendo três coisas, a gente consegue gerar então 15 coisas ao mesmo tempo. A gente vê se no MGTV do dia seguinte tem alguns buracos pra pautar as equipes, porque hoje a gente sempre pauta pra amanhã... Sempre. A gente tenta não chegar aqui a uma hora tendo que produzir todo o material pra ficar pronto às quatro, é muito difícil. A não ser quando é algum factual, que acontece diariamente e aí a gente cai com a pauta que estava escalada, liga pra pessoa, explica que não podemos fazer a entrevista no dia e desloca a equipe pro factual, ou atrasa... Eu chego pra essa reunião de pauta pra saber o que tem que ser feito pro dia, o que precisa ser feito pra tarde e o que vamos preparar pro outro dia. Aí sai da reunião... Isso aqui dentro, porque em casa, de manhã, eu já olho o meu email e dou uma olhada nos releases e acesso alguns sites interessantes de notícias, de agências como a Agência Brasil, Agência Minas, o Tribuna, que é um jornal local e que, querendo ou não, não é um concorrente direto, são linguagens diferentes mas, querendo ou não, se eles deram na capa a gente tem que ter dado no MG 2 ou teria que ter dado, pela lógica da velocidade das linguagens... Mas se foi algo que aconteceu de madrugada, a gente vê no G1 pra analisar se rende entrada no MG 1 ou ainda no MG 2. Dou uma lida pra saber o que está acontecendo, não só de furo, mas pra ter uma visão geral mesmo. Leio o G1, logicamente, que agora temos na Zona da Mata também e uma olhada no G1 nacional... Isso quando dá tempo, quando não

dá tempo na reunião eu costumo fazer isso e ler o jornal, porque tem alguns que a gente assina, mas isso quando dá tempo porque tem dia que tá corrido e a gente sai daqui com 10 buracos e eu só tenho que focar em tampar aquilo ali. Mas se bem que com esses jornais e lendo tudo eu acho pauta pra tampar, se leio no jornal dados sobre emprego no Brasil eu fico pensando “será que eu consigo esses dados de Juiz de Fora”? Aí, com essas noções de outras reportagens e outros dados eu consigo ter uma noção do quê é que eu posso pautar. Daí eu vou pensar nas pautas do outro dia. Tampei os buracos na grade, agora era a hora de pensar nas pautas do outro dia e ligar, receber releases, ou então datas ou coisas programadas, sei lá, dia do combate ao câncer, ontem, aí você já recebeu um release na semana passada e já colocou na grade há muito tempo, vai pautando e é muito difícil só fechar as pautas e tem dia que eu chego e as pautas ainda estão se finalizando, outras que ainda estão só previstas... Então é isso, assim, ligar e bater as pautas e produzir mesmo, ou então apurar alguma coisa pra colocar numa nota pé, por exemplo, porque a equipe está na rua e não está conseguindo, eles vão repassando algumas demandas do dia a dia que vão sendo pedidas e a gente vai auxiliando. Porque ronda geralmente eu não faço, quem faz a ronda e ajuda a gente nesse sentido são os estagiários, mas quando eu estou de plantão nos sábados, por exemplo, sou eu quem faz a ronda em todas as cidades, liga pra PM, pra PRF [*Polícia Rodoviária Federal*], pros Bombeiros e então alocar, aí eu especificamente, vejo algumas demandas que eu tenho. No final eu faço a gaveta, né, aquelas matérias que foram feitas mas que não foram utilizadas e que vão pra gaveta dos jornais, faço essa última ronda e deixo os recados pro outro dia, eu falo: “Gente, o VT tal precisa de uma resposta amanhã e seria legal casar com um vivo sobre problema de bairros, com a secretaria de obras, ou uma nota pé pra propor em tal horário”. Ou então acontece algum factual mais tarde, eu faço a ronda e descubro que um cara tomou um tiro e morreu, aí eu ligo pro chefe e ele tem que tirar alguém de casa pra fazer a matéria ou então, se ele está mal no hospital, eu deixo escalada uma equipe cedo pra apurar isso. Então é basicamente fazer as pautas, apurar, ajudar a edição no sentido de fazer o jornal com as informações que precisam, de nota pé, de respostas, a gaveta, é isso...

Qual é o tamanho da equipe aqui?

Na produção são sete pessoas, sete produtores e seis estagiários, que seguem fazendo a ronda e ajudando a gente. De jornalismo, direto na rua, acho que são sete também, se não me engano.

Qual é a principal característica das pautas que vocês cobrem?

Tem um pouco do perfil dos jornais, que a gente tem que pensar. Quando a gente pensa no MGTV primeira edição a gente tem que pensar que é um jornal mais... Com um público e com um horário com VTs ligados à comunidade, problemas de bairro que não vão entrar muito no Dois, porque o perfil do MG Dois é *hard news*, né, que a gente chama. É economia, política e factual, algum comportamento e outro, mas tem que vir com dados, esse tipo de coisa. O Um, tem uma questão comportamento e pode vir com coisa mais completa, ele normalmente tem muito conteúdo também, mas é um jornal maior, com os VTs maiores e você consegue ampliar um pouco mais a lógica das matérias, o Dois é um jornal de quinze minutos, então é a notícia ali, crua, o lide e aquilo ali que a pessoa quer, o Um você consegue ampliar, então quando olhar pra pauta a gente consegue observar isso bem... Por exemplo, a gente não vai pautar três notícias de bairro aqui todo dia, aí a pessoa me liga dizendo que está faltando água ali há uma semana, isso às quatro horas da tarde. Aí eu olho na grade e vejo que ali tem um buraco no MG 1, que precisa ser preenchido e ali eu avalio, todas as pautas que eu pego eu tenho que avaliar com os meus editores, mas aí com o tempo você vai pegando, mas aí eu falo que tem um buraco pra comunidade no MGTV Primeira Edição do dia seguinte, mas aí a gente procura não localizar muito porque todas as reclamações que chegam a gente procura cadastrar os vários problemas de bairro e aí a gente vai nos dois locais e procura fazer uma matéria com os dois juntos. Ou então quando sai algum dado de pesquisa, por exemplo, tive acesso ontem a um dado de que reduziu muito o índice de queimadas e incêndios em estradas, fui conversar com o meu editor e falei: “Ah, Alberto, acho o assunto bom” e ele falou que faltava imagens, porque não tinha queimadas, estava chovendo e não ia render imagens boas, achou melhor fazer um vivo, uma entrada ao vivo com os Bombeiros porque o factual estava sendo divulgado hoje, mas a gente não estava falando de queimada ao longo do ano. Então a gente foi avaliando com o editor o tempo todo, mas a questão das informações eu pego isso, mais pelo perfil do jornal. Como eu trabalho mais à tarde eu costumo pautar mais o MGTV Segunda Edição, então eu fico mais ligado em questões de política, de polícia e muito factual mesmo, então se tem três assassinatos na mesma semana, vamos fazer uma coisa maior, não ficar só nos dados, mas trazer uma coisa maior pra poder dar a informação mais completa. Mas não vai ter muito tempo, por exemplo, pra uma pessoa da área das ciências sociais falarem sobre a violência na sociedade hoje em dia, isso caberia pro Um. Nesse caso, do MG 1, a gente poderia trazer essa pessoa, resgatar quais foram esses três casos e fazer uma

abordagem um pouquinho diferente, porque isso muitas vezes chega até a gente mesmo e a gente decide como pode pegar e como tratar...

E tem algum medidor da qualidade do trabalho de vocês?

Uhum... Nossa, muito *feedback* do público, porque é um dia inteiro de gente ligando pra reclamar ou pra agradecer da matéria feita sei lá onde... Às vezes é tanto do público ligar reclamando de alguma coisa que às vezes é engraçado. Por exemplo, tem um dia que você dá uma previsão do tempo, aí você acha que não vai ter nenhuma reclamação, mas saiu lá “Rosário de Limeira” e o nome da cidade é “Rosário da Limeira” aí as pessoas de lá ligam pra reclamar e você sabe que realmente está sendo assistido, tem pesquisas mais ligadas à área mais comercial, mais de Marketing que aí sim falam mais em números, questão de medição de Ibope e nível de audiência, mas a gente não vai ter acesso a isso o tempo todo e fazendo isso todo dia, mas tem uma noção de que o MG 2, por exemplo, tem cerca de 65 a 70 televisores em 100 ligados no MGTV 2 no horário do jornal. Isso a gente tem, mas no dia a dia a gente não fica pensando nisso o tempo todo, porque a gente tem o *feedback* das pessoas que ficam ligando todo dia pra falar das coberturas. O jornal acaba e a pessoa liga, às vezes, assim, com uma situação inusitada de corrigir alguma palavra que foi errada, mostra pra gente que as pessoas estão ali assistindo e prestando muita atenção ao que está sendo dito. É interessante ao mesmo tempo em que a pessoa te liga pra dizer que passou um problema de bairro, de mato lá em Barbacena, e que no dia seguinte a Prefeitura passou por lá e limpou. Então você tem essa noção porque as pessoas agradecem ou reclamam e nas redes sociais também tudo que é postado no G1 as pessoas podem compartilhar também, às vezes comenta.

E tem respostas quando as pessoas ligam reclamando, por exemplo?

Se eu souber responder, eu falo sim. Mas se não eu pego o contato da pessoa e vou atrás da pessoa que vai responder aquilo. Se for uma questão editorial, eu encaminho ao editor e se ele achar que não cabe a ele aquilo eu encaminho ao Diretor de Jornalismo e vai... Às vezes as pessoas ligam pra perguntar por que está passando só os jogos do Cruzeiro, e aqui em Juiz de Fora tem muito disso, né, dos jogos do Cruzeiro ao invés dos jogos do Flamengo... Aí eu não vou saber responder isso pra ele e passo ele pra Programação, pra explicar. Quando mudou pra digital foi muita reclamação da parte técnica, porque as pessoas estavam assistindo e tinham muitos problemas, aí eu encaminhava pra Engenharia, quando não sabia resolver o

problema pra pessoa. Eu sabia explicar o que mudou, cabe a gente sempre dar uma resposta, se possível na hora, ou então passa por avaliação e a gente procura a pessoa de novo.

No dia a dia, tem algum tipo de traço de personalidade nas pautas por parte da produção?

Eu acho que via o tempo todo, desde o momento da leitura da pauta, da angulação e o repórter pode mudar isso na rua, na hora de fazer mais apuração, mas ele sai daqui com um resumo que eu defini em uma ou duas linhas sobre o quê que é. Vamos falar sobre a redução do número de queimadas. Então eu já direciono e existe uma personalidade quando eu escolho mais ou menos a forma como aquilo ali vai ser tratado. É lógico que eu não faço isso sozinho o tempo todo não, porque na reunião de pauta a gente discute os assuntos, e vou lapidando com o editor. Até nas escolhas das palavras que estão na pauta, que de alguma forma vão ser aproveitadas nos textos dos repórteres, existe uma personalidade. Então, a maneira que eu escrevo os dados que escolhi, da escolha das fontes... Tudo isso vem com um traço de personalidade das coisas que eu escolhi fazer ali. Isso não quer dizer que eu estou colocando a minha opinião, obviamente, a minha opinião fica de fora, mas a angulação e a maneira como isso vai ser colocada no papel varia muito de cada pessoa e não tem muito jeito, não. É igual o perfil de ver uma reportagem com a cara de um repórter e aquilo ali é um estilo da pessoa e acho que o estilo da pauta vai influenciar de alguma forma, com certeza, porque vai de uma maneira que com certeza está vinculado a você.

Você acha que a cobertura de pautas mais frias pode ficar mais automática?

Eu acho que o automatismo vai cair em qualquer profissão e no jornalismo a gente tem que tomar um cuidado danado. Por exemplo, com repetição de fontes. Às vezes tem aquela fonte que você sabe que vai topar, que fala bem, querendo ou não a TV vai ter disso porque a pessoa não pode travar ao vivo, ela tem que se sentir bem. Você tem um espaço de quatro minutos e vai colocar a pessoa monossilábica pra falar, é uma coisa que, infelizmente, não vai poder acontecer e você pode até aproveitar aquela pessoa de uma outra forma, gravar num VT... Acaba que você tem que medir quantas vezes a pessoa tem entrado pra evitar de ficar voltando a essa pessoa o tempo todo. A gente coloca no sistema, no *easynews* e já sabe quantas vezes a pessoa entrou, então se veio três vezes nos últimos dois meses, é hora de procurar outra pessoa pra dar uma entrevista. Por exemplo, coloquei lá 'economista', tem um banco de dados muito bom. Aí dependendo da escolha da fonte, por exemplo, toda semana sai

o preço da cesta básica em Juiz de Fora e não tem como eu colocar o preço da cesta básica toda semana no MGTV Segunda Edição, é uma questão de bom senso ou então vira quadro. Mas às vezes acontece de um dia ter muito factual da parte da manhã e o pessoal não conseguiu pautar e chega no outro dia tem 10 buracos na grade. Ou seja, cada um vai pegar 4 pautas pra fazer, aí fica complicado e você pensa que, se hoje é quinta, tem a cesta básica. O automatismo até pode te ajudar em algum momento, mas ele ajuda no sentido de entrar num momento complicado, mas não tem como vir com ele toda semana. Mas você tem que se policiar, porque se o volume de trabalho é muito grande, você precisa fechar a grade do outro dia, infelizmente o jornalista trabalha com isso o tempo todo. Tem um colega meu, que foi chefe da Rádio Universitária onde eu estagiei durante um tempo e depois virou meu colega de trabalho, é muito amigo meu, ele diz que o bom de hoje é melhor do que o ótimo de amanhã, então se você não tem todos os dados, ela vai sair daquela forma e amanhã dá pra correr atrás do que falta pra completar o necessário, mas o bom hoje é melhor do que o ótimo amanhã. Isso não é algo aqui da TV Integração, mas é algo que eu trago comigo, da minha formação, e que eu acho que funciona muito no dia a dia. Infelizmente é o que tem nas mãos e se tiver que aprofundar um dar direito de resposta no outro dia, que se faça no outro dia. Mas tem que sair daqui tendo feito o trabalho do dia se policiado pra fazer um trabalho que saia da mesmice.

No seu trabalho é frequente o questionamento sobre o que se pode e o que não se pode fazer?

Eu acho que é o tempo todo que a gente se policia. Tem gente que já tem a habilidade, igual essas pessoas que eu falei, que vão chegar e gravar com o repórter, e tem gente que você chega lá e se surpreende porque vai ter que gravar, por mais que você tenha se identificado como produtor da TV. E as pessoas não obrigadas a entender, então na abordagem com a fonte você não pode ficar falando em VT, você geralmente vai conversar usando a linguagem que está no dia a dia delas. Ao invés de eu falar que vamos fazer um VT sobre o dia do combate ao câncer, quando eu ligar pra uma personagem ou for falar diretamente com o médico, eu vou falar que sabemos da situação dessa pessoa e que queremos gravar uma reportagem, damos um exemplo de alguma outra reportagem e pedimos a ajuda da pessoa. Inclusive não dá nem pra falar com a pessoa que ela é uma personagem, ela é uma pessoa que está ali e não estamos as tratando como atores, mas elas não são obrigadas a entender. É diferente, por exemplo, de quando eu vou falar com um assessor ou vou falar com dez assessores, eles já entendem a linguagem do que eu vou propor e é meu dever explicar pras

peessoas porque não é obrigação delas saber. A pessoa está em casa a tarde assistindo TV e eu tenho que explica absolutamente tudo, mas tem casos em que uma pessoa da família morreu e você precisa conversar com essa pessoa... É complicado, às vezes você não quer ligar, mas... Você liga e tem que, infelizmente, te falar com as pessoas e às vezes elas vão desligar na sua cara, às vezes elas vão te xingar e é complicado, mas você tem que falar é uma informação que você tem que tentar e às vezes o repórter está na rua e pode te ajudar também e é difícil te explicar, porque varia a cada dia e a cada dia eu posso te dar uma resposta diferente. Você sente e tenta não invadir um limite que, com certeza existe...

Mas então existe essa prática de pensar até onde ir...

É... às vezes você pode falar uma coisa que magoa uma pessoa e você não esperava, mas isso é do ser humano e a gente sempre tenta avaliar a falar de alguma forma que não agrida as pessoas. Por exemplo, sobre sexualidade, eu tratei de uma maneira muito normal uma matéria que a gente fez na Parada Gay, que a gente tentou fazer uma angulação diferente. A gente foi começando a pauta e sugeri o questionamento se casais homo afetivos teriam o papel do homem e da mulher... Discutir, no MG 1 e a gente ligou pras pessoas que a gente sabia que ficariam a vontade de discutir isso, mas tem gente que não. Então eu liguei, sabia que minimamente a pessoa estaria a vontade pra falar sobre isso, porque entrei em contato com o Movimento Gay, eles me indicaram alguns nomes, e todo mundo que eu liguei foi super tranquilo.

Qual é, na sua opinião, a importância da ética profissional jornalística nessa rotina de trabalho?

A ética é tudo, é o que baseia a forma como você trabalha e não tem como... Eu acho que a ética é o tempo todo ter que respeitar as pessoas. Mas eu acho que é um pouco daquela questão moral também de ter que respeitar o tempo todo as pessoas, coisas que já valem o tempo todo pra fora do jornalismo, mas que podem ser moldadas também de alguma forma pra nossa rotina de produção também. Mas mesmo nessas regras tem coisas que a gente segue por que faz parte da nossa rotina e não porque está lá na cartilha, no Artigo 5º, mas porque é uma coisa que normalmente já é feita. Quando surge alguma dúvida, eu pergunto pra alguém que é mais antigo na redação e com certeza vai ter alguém que já vai saber ter me respondido com alguma referência pra você, algum editor ou um repórter que esteja aqui há muito tempo... Com certeza ele vai saber te responder.

Numa matéria, parecer ético é tão importante quanto ser de fato?

Não, mas se ela parece ser se ela não é fica complicado, não é não? Aí eu acho complicado interpretar como as pessoas vão ler, mas se você está lendo algum problema do ponto de vista da produção, do texto ou da edição, tem algum ponto em que houve uma rachadura e você pode identificar. Mas eu acho difícil que haja uma coisa que você respeitou e que não esteja no produto final... É um telefone sem fio e pode chegar lá na frente uma coisa diferente, mas sempre tem alguma coisa que não vai agradar a todo mundo e pode ser que uma pessoa que gostaria de ter sido ouvida em sonora, ficou só em nota pé, mas isso quem decide não é aqui e sempre vai ter alguém descontente, se for uma denúncia, por exemplo, você não vai ter como agradar a todo mundo, porque se você vai ouvir um cara e ele vai ter 30 segundos, 1 minuto, um vivo de 5... E sempre uma pessoa que teve uma nota pé vai querer uma entrada dentro do jornal, mas às vezes avaliando aquele sentido naquele dia não coube, mas se fosse outro dia seria diferente... A gente tenta equilibrar, mas acho que é muito difícil a gente agradar a todo mundo.

Às vezes esse princípio se dá mais na relação com quem tem mais experiência...

Pra mim, na dúvida, do dia a dia sim, porque algumas são lógicas. Porque quando você traz uma regra geral e ela vai cair pro estudo de caso, cada caso é um caso. É igual quando você liga pra um advogado e pergunta se vai ter direito a aposentar, ele não vai te dar uma resposta certa, ele vai te avaliar o seu caso. Acho que nós, jornalistas, também porque isso vai variar de dia pra dia, numa matéria em que a pessoa entre num dia, no jornal do dia seguinte ela só seria mesmo uma nota pé. Isso é do dia a dia mesmo.

Os códigos de ética têm algum tipo de peso e papel efetivo no seu trabalho diário?

Tem... Tem e eu acho que, assim, se você está trabalhando numa empresa vinculada à Globo, você tem algumas regras que valem praquela firma e se tiver alguma dúvida, vai ser tratada daquela forma, porque está dito que a empresa trabalha daquele jeito. Tem uma noção disso sim, da escolha de alguma coisa, de não abordar alguma coisa daquela forma... A palavra sensacionalismo eu acho muito forte, mas às vezes considerar como tratar um determinado assunto, pode estar ligado ao princípio editorial da Rede Globo e não tem como fugir, porque aqui é uma empresa afiliada a ela. Tem uma linha editorial totalmente diferente, mas quando você olha pra uma linha editorial, você não pensa nela todos os dias, porque quando você

assiste ao jornal você já sabe que não vai colocar, pra citar, os menores realmente a gente não pode mostrar, mas quando uma pessoa é presa, por mais que ela seja presa em flagrante, ela só é considerada culpada depois de ser julgada e condenada. Tem gente que chama, algumas emissoras ou jornais, enfim, elas chamam de assassinos, criminosos, enfim. Pelo que eu vejo aqui, coisas que eu já sabia por ter percebido e ninguém chegou pra mim e falou claramente, é não colocar o nome da pessoa completa. Muitas pessoas perguntam porque que não coloca o nome da pessoa, porque não mostrar o rosto e a gente tem que em primeiro lugar respeitar aquela pessoa que está ali, mas enquanto ele for suspeito eu não vou chamar ele de bandido enquanto não ficar provado, porque acontecem erros, já aconteceram vários erros e eu não posso cometer junto. Se é uma questão editorial de respeito à pessoa e segundo por uma questão de Direito, do ponto de vista judicial mesmo, de chamar uma pessoa de bandido e, de repente, ela não é. Então, assim, nesse sentido editorial algumas regras valem e eu as vezes pego essa questão policial durante a tarde e tenho que ficar de olho porque não vou ficar falando o nome do cara enquanto ele não for julgado e condenado, até esse dia você pode ter certeza que não vai ver isso nem no MGTV Primeira Edição nem no Segunda.

APÊNDICE F

Entrevista com Rodrigo Dias – Gerente de jornalismo e editor do Jornal da Alterosa segunda edição, na sede da TV Alterosa no dia 13 de novembro de 2013 - 17 minutos de duração.

Há quanto tempo você está na função de edição e gerência de jornalismo na TV Alterosa?

Rodrigo: Como gerente há apenas 40 dias...

Mas já trabalha com jornalismo em Juiz de Fora...

Rodrigo: É, tenho 19 anos de carreira e passei a maior parte do tempo aqui em Juiz de Fora.

E como que é a sua rotina de trabalho aqui?

Rodrigo: Então, aqui o gestor de jornalismo aqui acumula diversas funções, né. Não somente as questões de gestão, de administração internas, criação de novos programas e falta de equipamento ou verificar se tem algum problema de computadores... Além dessas questões práticas de contratação e demissão de um gestor. O gestor aqui tem que fechar os telejornais, o Alterosa em Alerta no final da manhã e o Jornal da Alterosa Regional, da noite. Então temos que acompanhar o andamento das equipes em externas, como é que está a questão da edição dos VTs, escrever as cabeças, apresentar o jornal a noite e coordenar o Alterosa em Alerta que está no ar.

Quais são as principais regras que você segue na sua prática jornalística?

Rodrigo: Durante o... Mas em qual setor, em qual função? Como repórter?

É...

Rodrigo: Eu acho que o principal é o básico, é saber ouvir. O importante pra todo repórter é saber ouvir. Acho que tem que prestar atenção e observar não o que está se passando, mas acho que mais do que o entrevistado, a própria pauta vai te oferecendo dados. Acho que a principal regra é saber observar e ouvir.

Especificamente no trabalho como editor isso muda?

Rodrigo: Não, eu acho que como editor a principal regra é ficar atento para as pegadinhas que às vezes o repórter deixa no texto ou que o entrevistado deixa na hora de gravar uma sonora. Acho que o maior cuidado do editor é não deixar que o repórter ou que a reportagem afirme nada. Por exemplo, aqui na Alterosa a gente trabalha muito com o factual. Toda semana, praticamente, chega aqui pra gente alguma imagem de circuito interno de algum assalto, por exemplo, de alguma tentativa de homicídio ou coisa do tipo. Então, a gente toma muito cuidado pra não afirmar nada. Mesmo que a imagem mostre que a pessoa entrou na loja e roubou cinquenta pares de sapatos. O maior cuidado é não afirmar nada mesmo que a imagem mostre. Mas você pode pensar “ta ficando doido?” não afirmar mesmo quando a imagem está afirmando, então tem que tomar o cuidado pra dizer sempre que segundo a polícia a pessoa que aparece nas imagens seria fulano de tal. Só aí você já deixou de afirmar duas coisas: primeiro que não fui eu quem disse, foi a polícia; segundo que é aquela pessoa, porque se não era ela mesma, quem disse foi a polícia. Se amanhã ou depois um advogado vai lá e diz que “não, aquele não era o meu cliente não! O meu cliente estava no motel com a namorada naquele dia”. E aí, mesmo que a polícia tenha afirmado, você embarcou na da polícia então mesmo que eles afirmem, esse não é o nosso trabalho. Então eu acho que o trabalho da edição está em não deixar passar essas pegadinhas. Você nunca afirmar nada nem nunca assumir nada. Deixar sempre que outros órgãos ou outros entrevistados afirmem, é de tirar a sua responsabilidade sobre o que vai pro ar, porque se amanhã ou depois se sofre um processo.

E essas regras apreendidas mais de dentro da redação ou de alguma normatização, escrita das regras?

Rodrigo: Não, é vivência e você vai e ouve um colega aqui, outro ali e vai... Acho que a grande maioria dos jornalistas, dos colegas, vai tomando esses cuidados.

Pra que um tema passe a ser coberto e passe a ser notícia, qual a principal característica que deve-se ter?

Rodrigo: A prioridade é que seja factual. Entre uma matéria fria e um factual a gente vai sempre optar pelo factual.

Durante esse processo de produção de notícias por quantos profissionais mais ou menos essa pauta pode passar?

Rodrigo: Aí depende do tamanho da empresa, da equipe...

Especificamente aqui, na Alterosa, para o jornal da segunda edição...

Rodrigo: Aqui na Alterosa? Pra ele ser aprovado... Passa por duas pessoas, pelo produtor e por mim.

A partir de que momento, na rotina da emissora, se começa a pensar na edição da noite do telejornal?

Rodrigo: Agora (risos). Não, brincadeira. Na verdade, muitas vezes no dia anterior a gente já está pensando. Por exemplo, não só o jornal da noite, o Alterosa em Alerta na hora do almoço também. A gente já sabe que amanhã às 5 horas da tarde vai ser apresentado o novo técnico do Tupi. Então a gente já sabe que, provavelmente, esse material vai ser usado pelo Jornal da Alterosa Edição da noite amanhã e pro Alterosa em Alerta do dia seguinte. Entendeu? Então, a não ser quando ocorre um factual. Mas aí não tem como prever. Normalmente a gente já está pensando o dia seguinte.

Do ponto de vista editorial, existe alguma diferença entre o Alterosa em Alerta, o primeira edição e o jornal da noite?

Rodrigo: Sim... Na verdade o que acontece é que como nós temos poucas equipes todas as matérias veiculadas no telejornal da noite passam no jornal do dia, no Alterosa em Alerta. E vice-versa. Porque a gente tem que repetir matéria. A diferença é que a noite, no Jornal da Alterosa, a gente pode usar matéria que vêm de Belo Horizonte, matérias que vêm de fora. De

Governador Valadares, Divinópolis, Varginha, Manhuaçu... No Alterosa em Alerta não, a gente prioriza o local, só entra matéria local.

Existe algum medidor de qualidade e satisfação do público com relação a esses telejornais?

Rodrigo: Então temos a pesquisa Ibope que é feita de tempos em tempos.

E no caso de uma crítica que seja feita pontualmente a uma cobertura ou outra, ela é respondida diretamente?

Rodrigo: Claro, a gente tem o nosso site, onde a gente recebe reclamações e sugestões. E tem o nosso sms, que é um canal direto do telespectador com a gente e que eles mandam mensagens. Através dessas mensagens a gente percebe a aceitação ou não das reportagens todos os dias. Todos os dias, porque por exemplo, semana passada começamos com um Alterosa em Alerta novo. Novo cenário, novo apresentador. O primeiro dia a gente recebeu muitas mensagens perguntando “cadê o Sabones”, que era o apresentador anterior. Nos 3, 4 primeiros dias era só falando que “ah, esse cara é muito mala, quero que volte o Sabones” ... De lá pra cá, depois as pessoas vão se acostumando e a gente recebe “ah, o programa tá muito bom, tá de parabéns fulano...” Então parece que as pessoas vão se acostumando. O SMS é um medidor de todos os dias, então.

E ele é mais sensível, mais rápido...

Rodrigo: É rápido e ele é muito... A interação dele com a gente é muito grande, porque ele manda o recado direto para o apresentador.

A cobertura de pautas mais frias normalmente é feita de forma mais “automatizada” pelos repórteres, na sua opinião?

Rodrigo: Não, não tem nada disso não. É normal.

No seu trabalho de todo dia, o questionamento sobre o que “se pode” e o que “não se pode” fazer nas matérias é algo frequente?

Rodrigo: Como assim?

**Conflitos éticos sobre como tratar uma fonte, sobre como uma entrevista foi conduzida...
Uma temática que pode ou não ser coberta...**

Rodrigo: Tá, você quer saber assim, como eu avalio isso? Por exemplo, voltando ao circuito de segurança, que a gente cobre muito. Todas as pessoas que aparecem, isso desde que eu assumi, todas, sem exceção, seja em circuito interno ou não, eu peço pra cobrir o rosto. Isso por quê? Porque tem muitas pessoas, muitos menores e adolescentes que parecem que têm 20, 22, 23 anos. Então se eu ponho o rosto de um menino daqueles ali no ar, já começa a me dar problema danado. Todos os rostos eu mando cobrir. Segundo, em caso de algum suspeito preso, se ele for preso em flagrante, eu deixo colocar o rosto. Se ele for preso como suspeito de um crime a primeira orientação é não filmar o rosto do suspeito. Se acontecer de aparecer em alguma imagem o rosto dele, a orientação é cobrir o rosto dele. Se a pessoa vai denunciar uma boca de fumo, chutando um tema aqui, se a pessoa vai denunciar, mesmo que a fonte me fale que não tem problema, vai chegar aqui e cobrir o rosto e distorcer a voz, porque aquela pessoa não tem a noção do perigo que está correndo. Então ela coloca o rosto na televisão agora dizendo que “não tem problema”, mas amanhã ela toma um tiro, uma facada, qual é a responsabilidade que eu tenho? Entendeu? É a responsabilidade do jornalista, mais ou menos por aí, algumas regrinhas que eu tenho e dificilmente eu ponho o nome de pessoas presas justamente pra preservar a pessoa que ainda é suspeita. A não ser que seja o caso do julgamento “hoje é o julgamento do fulano de tal, acusado pelo Ministério Público de ter matado fulano de tal”. É diferente, né. Mas fora isso, “a polícia prendeu o suspeito de matar a adolescente fulana de tal de 16 anos”, nesse caso ele é só suspeito.

Muitas vezes o questionamento sobre os trabalhos e a validade do trabalho do jornalista passa por uma questão moral e ética. Então qual é a sua opinião sobre o peso e o que é a ética profissional do jornalista?

Rodrigo: É a credibilidade, a partir do momento em que o jornalista não tem a noção do que é... Ou melhor, ele tem a noção do que é ético e do que não é, mas ele opta por um caminho

que não é ético, a imagem dele vai ficando prejudicada. Ele pode não perder hoje, mas ao longo de um tempo a imagem dele vai ficando prejudicada também junto ao público. Se hoje eu estou fazendo uma entrevista com você... Hoje você está fazendo essa entrevista comigo e eu te peço “caio, não publique isso” e você vai e publica, a partir desse momento você acabou como profissional pra mim. Sua credibilidade não vale nada. A conduta ética não só do jornalista, mas de qualquer profissional, ela vai refletir no futuro da carreira dele.

Parecer ético, e colocar na matéria de uma maneira geral, é tão importante quanto de fato ser? Ou seja, mostrar que o processo de produção é ético é tão importante quanto ser de fato?

Rodrigo: mas existe uma diferença aí no que você está colocando pra mim. Esse tipo de ética que você está falando está mais relacionado com a imparcialidade...

Não, mais no sentido de que por mais que você seja ético no seu trabalho, demonstrar isso faz parte e tem tanta importância quanto ser de fato?

Rodrigo: Ah, é! Mas eu acho que a partir do momento em que você põe no ar ou escreve uma matéria na qual você respeitou as fontes, colocou os dois lados... O próprio personagem da matéria, por mais que ele se sinta prejudicado, ele vai perceber que você colocou ali exatamente o que você apurou e passou pra ela. Os sinais da ética estão justamente na produção e não precisa demonstrar isso de outra forma, os sinais da ética já aparecem o tempo todo, caso você a tenha na reportagem.

Essas regras e conjunto de normas que existem nas redações... De alguma forma os códigos de ética na produção, que estão escritos e consolidados, influenciam o dia a dia da profissão?

Rodrigo: Eu acho que não. Eu acho que é mais a experiência, o convívio, a prática, os anos de bagagem. Acho que é mais ou menos por aí, observar as condutas dos seus colegas, tanto as condutas erradas quanto as condutas certas, acho que é por aí que você vai se moldando e moldando o profissional que você vai ser...

APÊNDICE G

Tabela de eixos temáticos encontrados nos códigos de ética analisados no trabalho.

	Eixo temático	FENAJ	ABI	ANJ	ANER
1	Direito à informação	x	X		
2	Acurácia da informação	x	X	X	
3	Proibição de censura ou autocensura, defesa do livre exercício da profissão	X	X	X	X
4	Instituições (públicas, privadas ou particulares) com atividades de impacto social têm o dever de prestar informações	X	X		
5	Subordinação da prática jornalística ao código de ética	X	X		
6	Sigilo da fonte	X	X	X	X
7	Liberdade de pensamento, expressão de opiniões, de debate e do respeito aos Direitos Humanos.	X	X	X	X
8	Defesa da profissão e prestígio às entidades representativas e democráticas da categoria;	X	X		
9	Respeito à privacidade e do cidadão	X	X	X - com ressalva	X - com ressalva
10	Conflito de interesses entre parte noticiada e parte noticiadora;	X	X		
11	Direito autoral sobre a produção e responsabilidade do jornalista sobre suas matérias, desde que inalteradas.	X	X		
12	Direito de resposta	X	X	X	X
13	Defesa da soberania, da língua e da cultura nacionais	X	X		
14	Possibilidade de “matérias ilegais” desde que evidenciado o seu interesse público	X			
15	Cláusula de consciência	X			

16	Punições às transgressões ao Código	X	X		
17	Censura pública ao autor de representação sem fundamento com a intenção de prejudicar o jornalista.	X	X		
18	Independência dos meios			X	X
19	Defesa da livre iniciativa			X	X
20	Diferenciação dos materiais jornalísticos e publicitários	X	X	X	X
21	Correção obrigatória de erros			X	